



MISSANG

**UMA ODISSEIA
ANGOLANA NA
GUINÉ-BISSAU
2010 - 2012**

Hélio Sozinho

**MISSANG UMA ODISSEIA ANGOLANA NA
GUINÉ-BISSAU
2010 - 2012**

HÉLIO TCHUVICA SOZINHO

Ficha Técnica:

Título: MISSANG UMA ODISSEIA ANGOLANA NA GUINÉ-BISSAU
(2010 – 2012)

Autor: Hélio Tchuvica Sozinho

Editora Digital: "ÁGUA PRECIOSA"

Texto: Verdana 12

Capa: Belson Hossi

Revisão dos Textos: Abílio Lupenha

Lubango, 2022

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me ter dado vida e saúde para continuar os estudos que, condiram a este trabalho. Aos meus queridos progenitores, Vasco Sozinho e Adérita Filomena Bernardo que desde cedo acreditaram, confiaram e investir na educação dos filhos. Aos meus irmãos Jotel Sozinho, Bernardo Sozinho, Joaquina Sozinho, Zeferino Sozinho, Ildefonso Sozinho, Lucindra Sozinho e Rodrigues Sozinho. À minha esposa Deogilda, pelo companheirismo em vários momentos altos e baixos ao longo do trabalho, aos meus queridos filhos, Heldânia, Helcânia, Onésimo, Radija e Yhelela. Aos meus queridos sobrinhos e sobrinhas que tanto amo.

Ao Professor Doutor Ricardo Sousa, por ter aceitado juntar-se a este projecto, a partir da Universidade Autónoma de Lisboa, autor de diversos artigos sobre a Reforma do Sector de Segurança em todo mundo. O MEU MUITO OBRIGADO!

Ao Professores Doutores Hélder Alicerces Bahú e Walter Chissingui, pela visão e modelo académico, aos meus eternos professores Drs. Justino João e Domingos Pascoal (de felizes memórias), ao Doutor Edgar Jacob, ao Doutor Félix Narciso à Doutora Sónia Pó, à Doutora Solange Luís à Doutora Natália Pascoal. Um agradecimento especial ao Dr. Valdemar Ribeiro, por ter sido um cajado muito importante ao longo deste processo, à Editora Preciosa.

Estou grato aos professores Artur Vieira, Bartolomeu da Silva e Damiano Padre, pelo apoio compreensão e colaboração para a feitura deste projecto. Aos Drs. Abílio Lupenha e Zezé Ngueleka pela correcção textual. Agradeço igualmente de forma inequívoca aos Coronéis Avelino Severino e Adriano Lopes, aos Capitães, Sargentos do Exército e da Marinha (anonimato), aqui vai a nossa compreensível gratidão pela colaboração, profissionalismo e dedicação prestada, numa época em que se vivia o pico do Estado de Emergência e Calamidade em Angola devido a COVID19, entretanto desempenharam um importantíssimo papel nos desdobramentos e terminologias de técnicas castrenses para a complementaridade do trabalho. Aos jornalistas que de forma directa ou indirecta, forneceram dados primário. Muito obrigado!

Resumo

Esta obra é composta por três capítulos: o primeiro faz um Enquadramento Socioeconómico e Político da Guiné-Bissau. O segundo aborda o Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau face a MISSANG e, o terceiro capítulo traz um debate sobre as Consequências da Instalação da MISSANG na Guiné-Bissau. Fez-se a pesquisa de abordagem qualitativa, com predominância na Análise Bibliográfica, Documental, dos Registos em Arquivos e entrevistas, correspondente ao período que vai desde Setembro de 2010, momento em que foi assinado o protocolo de implementação do programa de cooperação Técnico-Militar, entre os governos da Guiné-Bissau e Angola que, resultou na instalação da MISSANG e, Junho de 2012, altura em que é “abortada” a missão.

Fruto da investigação, deve-se reconhecer que houve falhas estratégicas na sua forma de implementação, actuação e reacção depois o golpe de 12/04/2012. Faltou um estudo no terreno, assim como a estrutura da missão com base nos acordos tidos; subestimaram-se os registos das outras forças militares e diplomáticas que por lá haviam passado, por isso mesmo depois do Golpe de 12 de Abril de 2012, os militares guineenses, obrigaram que o armamento que o efectivo da MISSANG possuía ou fosse entregue aos militares guineenses ou então regressasse para Angola, tendo a missão angolana na Guiné-Bissau, escolhido a segunda

opção. Deste modo, ficou patente que, esta missão fracassou, não só pela sua forma de actuação, mas também a maneira como abandonou aquele país, assim como as suas consequências que, beliscaram imagem de Angola na sua esfera político-militar e diplomática.

Palavras-Chave: *Conflitos, Defesa, MISSANG e Política.*

Abstract

This work is composed of three chapters: the first provides a Socio-Economic and Political Framework of Guinea-Bissau. The second addresses the Political-Military Conflict in Guinea-Bissau against MISSANG and the third chapter brings a debate on the Consequences of the Installation of MISSANG in Guinea-Bissau. The research was carried out with a qualitative approach, with a predominance of Bibliographic and Documentary Analysis, of Records in Archives and interviews, corresponding to the period from September 2010, when the protocol for the implementation of the Technical-Military cooperation program was signed, between the governments of Guinea-Bissau and Angola, which resulted in the installation of MISSANG and, June 2012, when the mission was "aborted".

As a result of the investigation, it must be recognized that there were strategic flaws in the way it was implemented, acted and reacted after the coup of 04/12/2012. There was a lack of a study on the ground, as well as the structure of the mission based on the agreements made; the records of other military and diplomatic forces that had passed through there were underestimated, so even after the coup of April 12, 2012, the Guinean military forced the weapons that the MISSANG staff possessed to be handed over to the Guinean military or then return to Angola, with the Angolan mission

in Guinea-Bissau choosing the second option. In this way, it was clear that this mission failed, not only because of its way of acting, but also the way it abandoned that country, as well as its consequences that, pinched Angola's image in its political-military and diplomatic sphere.

Keywords: Conflicts, Defense, MISSANG and Politics.

ÍNDICE

PREFÁCIO	12
Enquadramento Socioeconómico e Político.....	22
OS Caminhos para a Independência da Guiné-Bissau	26
O Pós-Independência Guineense	29
O Papel Histórico do Exército na Guiné-Bissau	34
Desafio Securitário da Guiné-Bissau na Agenda da Comunidade Internacional.....	40
Organização das Nações Unidas (ONU)	42
União Africana (UA)	46
Comunidade de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO)	52
União Europeia (UE)	56
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).....	62
I- O CONFLITO POLÍTICO-MILITAR NA GUINÉ- BISAAU E A MISSANG	66
OS Militares como Maior Obstáculo para a RSS na Guiné-Bissau	76
A Questão do Narcotráfico na Guiné-Bissau	90

Será a Guiné-Bissau um Estado Falhado?	97
A Política Externa Angolana para a África Subsaariana	106
A Política Externa Angolana para a Região dos Grandes Lagos	114
A Política Externa Angolana para a Região da África Austral	120
Relação entre Angola e Guiné-Bissau	123
Acordos de Cooperação entre Angola e a Guiné- Bissau para a RSS.....	126
O Papel da Missang na Guiné-Bissau.....	130
III- CONSEQUÊNCIAS DA INSTALAÇÃO DA MISSANG NA GUINÉ-BISSAU	142
A MISSANG Fracassa e Recua	151
A CEDEAO Face à Saída da MISSAMG	162
Consequências Políticas para Angola.....	165
Consequência Socioeconómica para Angola	170
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	182
ANEXOS	192
Siglas.....	206
Tabelas	210

PREFÁCIO

Não obstante já ter participado numa “aventura” de género; quando, surpreendentemente, fui solicitado pelo professor e investigador Hélio Sozinho senti um certo calafrio, semelhante ao vivenciado na primeira vez em que fui desafiado a prefaciar um livro. Todavia, envolto deste e outros sentimentos e, motivado em contribuir, ainda que de forma incipiente, na construção do acervo bibliográfico ligado à história recente de África lusófona, eis-nos cá, na obra intitulada “A MISSANG – Uma Odisseia Angolana na Guiné-Bissau entre 2010 e 2012; para, de forma singela preambular este trabalho investigativo, que o considero de grande relevância teórica para as relações entre Angola e a Guiné-Bissau e, conseqüentemente para a diplomacia angolana.

Desta feita, importa antes destacar que, na generalidade, um número considerável dos países lusófonos fazem parte da denominada terceira vaga das independências proclamadas em África, depois do primeiro e segundo grupos, isto é, nos finais da década 50 e início da 60, respectivamente.

A Guiné-Bissau é um dos países lusófonos que, também proclamou a sua independência nesta terceira vaga; todavia, a semelhança de muitos países, a sua transição para a

independência, foi marcada por um conjunto de situações que, a partida, macularam e continuam a macular o processo de solidificação deste país, como um Estado soberano no verdadeiro sentido do termo.

Infelizmente, em muitos países africanos as querelas, sobretudo militares, entre os principais actores políticos persistem e continuam a comprometer o destino de nações inteiras; é o caso da Guiné-Bissau que, na dificuldade de ultrapassa-las pacificamente, teve a necessidade de recorrer a outros actores do continente, como a Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), que se instalou naquele território a 21 de Março de 2011, com o intuito, primordial, de reformar o sector de defesa e segurança.

Recorrendo a arquivos de entrevistas de vários órgãos de comunicação social, imagens oficiais e amadoras, bem como a depoimentos de certas individualidades que directa ou indirectamente abordam estas matérias, o autor, inicialmente, faz um enquadramento socioeconómico e político da Guiné-Bissau, onde faz referência da precariedade da prestação dos serviços de assistência social, figurando entre os países dos mais pobres do mundo; da miscigenação étnico-cultural e poliglota dos seus povos. Seguidamente, faz uma descrição sobre o caminho que o país teve de trilhar para alcançar a sua independência, marcado pela intervenção determinante da UPG, do MLG e, principalmente

do PAIGC que, posteriormente, deu origem as alas cabo-verdiana e guineense. De referenciar que a agudização das querelas advindas da divisão dentro do PAIGC causou o assassinato do líder fundador Amílcar Cabral que, mais tarde foi sucedido pelo seu irmão Luís Cabral, que chegou a ser o primeiro presidente da Guiné-Bissau independente.

As consequências do período conturbado de transição para independência agravaram-se e arrastaram-se depois da mesma, resvalando numa luta frenética entre as elites políticas e militares, compostas por cabo-verdianos e guineenses, respectivamente. Ressalta ainda que, neste processo a figura de Nino Vieira, rotulado como estando ligada a maior parte dos fracassos do país; prova disto é facto de que, terá sido o mesmo a perpetrar o primeiro golpe de Estado na história deste país, seguido da expulsão dos cabo-verdianos de quase todo aparelho do poder político.

Nos primeiros anos da década 90, o país conheceu alguns avanços quanto a sua democratização que culminou com a realização de eleições multipartidárias, ganhas pelo PAIGC; que, pela primeira vez nomeou para o governo muitos civis, não obstante as pastas chaves terem sido atribuídas aos antigos combatentes, portanto ex-militares. No final desta temática, o autor assevera que, não obstante os poucos momentos de tréguas, os de instabilidades têm sido a marca da acção política da Guiné-Bissau.

Ao longo da sua digressão discursiva, o autor retoma a discussão em torno do papel que o exército guineense tem desempenhado ao longo da história. Se por um lado é considerado como o artífice da libertação do povo, por outro fazer parte do mesmo significa prestígio e influência na vida política e económica do país. Outrossim reside no facto do carácter tribal do mesmo que, tem sido uma das causas de muitas discórdias. Um dos factores determinantes também aqui descrito, é o facto do referido exército ser composto, maioritariamente por oficiais superiores, em detrimento dos subalternos, invertendo assim a pirâmide castrense.

Na sequência da sua abordagem, o autor faz também uma descrição sobre os desafios securitários da Guiné-Bissau na agenda da comunidade internacional, com destaque para o papel que tem sido desempenhado por um número considerável de organizações internacionais como a ONU, a União Africana, a CEDEAO, a União Europeia, a CPLP e os PALOPs; revelando a atenção que tem merecido a situação sociopolítica deste país pela comunidade internacional.

No capítulo II, aborda o conflito político-militar na Guiné-Bissau e a MISSANG, com destaque para as consequências da actuação do exército na vida política do país, os graves problemas do tráfico de drogas, a falibilidade ou não do Estado, a política externa angolana para a África Subsaariana e Região dos Grandes Lagos, bem como para a Região da África Austral. No mesmo, fala também da relação entre Angola e a Guiné-Bissau e dos acordos de cooperação

celebrados entre os dois países, terminando com o papel da MISSANG, temática que, por sinal representa o cerne da presente pesquisa.

O terceiro e último capítulo versa sobre as consequências da instalação da MISSANG; no mesmo, o autor descreve a relação desta com o golpe de Estado de 2012, o fracasso da referida missão angolana naquele país, a postura e a reação da CEDEAO face a intervenção angolana na política militar da Guiné-Bissau. O autor termina este capítulo descrevendo as consequências políticas e socioeconómicas da MISSANG para Angola.

Face ao anteriormente exposto, trata-se de uma incursão que a considero agridoce, mas interessante e, que pela sua relevância e actualidade afigura-se como um contributo importante para a história recente das relações entre Angola e a Guiné-Bissau, com realce para os interesses ocultos que estiveram por detrás da MISSANG. Outros aspectos de revelo que os leitores poderão encontrar ao serpentear o presente livro é a compreensão das razões que estão na base da recorrente instabilidade política daquele país; a postura calma, serena e disciplinada que a referida missão teve em função das controvérsias registadas no terreno; bem como o exemplo de solidariedade prestado pelo Estado angolano ao povo irmão da Guiné-Bissau.

Tenho plena certeza que a presente obra será, para todos aqueles que a poderem ler, uma viagem no tempo e no

espaço à uma realidade muito próxima da angolana, com destaque para um dos factos de grande visibilidade da diplomacia do nosso país a nível dos PALOPs, nos últimos anos.

Espero que façam bom proveito!

Damiano Salei Padre

Introdução

Resultado de inúmeros conflitos em África ao longo de meio século independentes, alguns países não se mostraram capazes de dirimirem os seus problemas internos, fazendo por isso recursos à países supostamente potencialmente mais fortes a nível regional ou continental. Uns determinados a defender o seu povo e, outros sedentos do poder, não medem esforços em procurar apoio de quem quer que seja, para atingir tal fim.

É neste contexto que na base de um acordo de cooperação entre os governos da Guiné-Bissau e Angola, resultou na criação de uma Missão Angolana na Guiné-Bissau denominada MISSANG e a sua instalação no território guineense a 21 de Março de 2011, com o propósito de Reformar o Sector da Defesa e Segurança, ao mesmo tempo que o governo angolano projectava um investimento milionário de exploração de recursos minerais entre outros, naquele país.

Para que tal se concretizasse, era necessário garantir um clima de confiança e um controlo da ordem e segurança. Assim, nos dias 11 e 12 de Agosto de 2010, realizou-se na capital guineense, uma reunião extraordinária do Comité dos Chefes do Estado-Maior General dos Estados Membros da Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO) e, da Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), cuja

finalidade foi discutir juntamente a Reforma no Sector da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau, confirmada no dia 10 de Setembro de 2010, com a assinatura de um protocolo de implementação do programa de cooperação Técnico-Militar e de segurança para um período de dois anos, em conformidade com a CEDEAO e com a CPLP (Pintinho, 2015). Isso, foi na sequência do anúncio da retirada da missão da União Europeia (EU) da Guiné-Bissau, a 30 de Setembro de 2010, por falta de segurança para continuar os trabalhos. É neste clima que Angola decide unilateralmente avançar, assinando vários protocolos de cooperação e intervenção, exploração de bauxite, construção do porto de águas profundas em Buba, exploração de petróleo, apoio ao orçamento de Estado e, um dispositivo técnico-militar para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança, designado MISSANG (Sanhá, 2013).

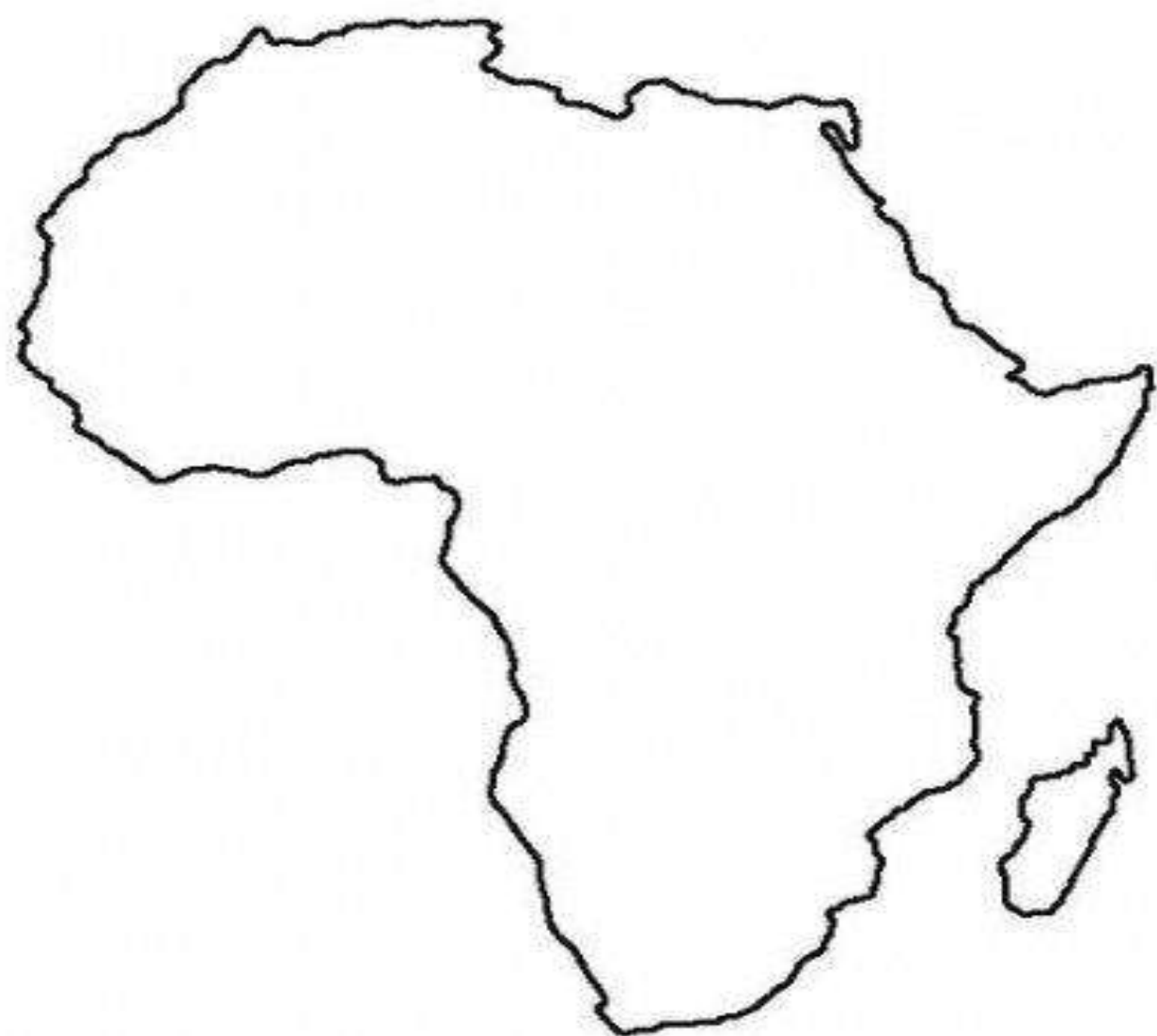
A reforma do Sector da Defesa e Segurança, destacou-se neste período, com um orçamento de 13 milhões de dólares que, incluía a recuperação das infraestruturas militares e 5,7 milhões investir-se-iam, na reorganização administrativa e na formação técnico-militar, bem como na formação de efectivos em instituições de ensino militar e policial em Angola.

O anúncio destes projectos angolanos na Guiné-Bissau, suscitou desconfiança de alguns países membros da

CEDEAO, inclusive reforçou a presença pouco visível do Senegal, da Nigéria e a Costa do Marfim.

Esta pesquisa, teve-se acesso a arquivos de entrevistas de vários órgãos de comunicação social (nacional e internacional), imagens oficiais (profissionais e amadoras), bem como depoimentos de entidades que, abordaram o evento ou dele participaram directa ou indirectamente.

As entrevistas, foram informais e focalizada que, de acordo com Gil (2008), estas duas formas são recomendadas nos estudos exploratórios, que visam a abordar realidades pouco conhecidas, de formas a oferecer uma visão próxima da realidade que se pretende.



Enquadramento Socioeconómico e Político

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental de África, limitada a Norte pelo Senegal, a Leste e Sul pela Guiné-Konakri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Independente a 24 de setembro de 1973, uma população estimada em 1.530.673 habitantes e de 36.544km² superfície, administrativamente, é constituída por 8 (oito) regiões e 1 (um) sector autónomo (Bissau). As regiões estão por sua vez divididas em sectores (37 no total) e estes em secções, compostas por *tabancas* (aldeias) (Vasconcelos et al; 1991).

Segundo o relatório de Perspectivas Económicas em África (PEA 2014), o nível médio de instrução é ainda extremamente baixo quando comparado com as médias regionais e apenas 39.4% dos professores do Ensino Primário receberam formação adequada prévia ou em serviço, contra 74.5% estimado para a África (Mendes, 2016 p.13).

«A falta de prestação de serviços de assistência social aos cidadãos guineenses, deve-se aos problemas internos, derivados da má administração dos recursos de Estado no interesse geral, e do desvio da ajuda externa para os sectores sociais da educação e da saúde, para outros fins. Pois não existem argumentos convincentes, que expliquem a actual situação, de carências sobretudo na área da saúde, caracterizada pela insuficiência de

hospitais, de centros de saúde, faltas de equipamentos e de especialistas nas diferentes áreas. (...) No sector da educação, as degradadas estruturas físicas das escolas do ensino secundário, o número insuficiente de escolas públicas, para responder às necessidades das populações sobretudo, das zonas rurais e a ausência de um ensino de qualidade, não se justificam pela falta de recursos materiais e humanos, mas pela incapacidade de gestão dos recursos existentes. (...) Por outro lado, a corrupção generalizada na Administração Pública que se manifesta, pelo nepotismo, clientelismo, desvio de dinheiro público e partidarização de cargos administrativos, constituíram grandes obstáculos à modernização da Administração» (Bayart, Mbembe, & Toulabor, 1992).¹

O Fundo Monetário Internacional (FMI) previa para uma subida de 5% o Produto Interno Bruto (PIB) guineense, entre 2019 e 2020, contrariamente aos 3,8% registados em 2018.² A Guiné-Bissau teve um índice de desenvolvimento humano de 0,455 em 2017, o que significou uma melhoria de 0,95% por ano desde 2010, mas que não acompanha o crescimento dos outros países, onde o PNUD colocou o país na 175.^a posição no ano de 2016 e, em 2017, desceu duas posições.³ O *Relatório Sobre a Intervenção Internacional em Estados Frágeis de 2011*, diz que dos cerca de 1.5 milhões de

¹ GOMES, Antonieta Rosa, (2010). O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau. Lisboa.

² Disponível em <https://noticias.sapo.ao/economia/artigos/fmi-preve-crescimento-de-5-da-economia-de-guine-bissau-em-2019>. Acesso: 18/11/2018.

³ Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/guine-bissau-e-o-pais-lusofono-com-segundo-pior-resultado-no-indice-de-desenvolvimento-da-onu-9846151.html>. Acesso: 18/09/ 2019.

habitantes da Guiné-Bissau, 69.3% vive em situação de pobreza absoluta (abaixo de um dólar por dia), um dos países mais pobres de entre os mais pobres, ocupando em 2010 o 164º lugar em 169 países, com a esperança média de vida a rondar os 48.6 anos. O Orçamento Geral do Estado no sector social, situa-se nos 22% ao invés dos 40% recomendados a nível internacional.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) exigiam um crescimento médio do PIB guineense superior a 7% até 2015 e um nível de investimento próximo dos 40% da riqueza criada no país, níveis que a Guiné-Bissau está longe de alcançar.⁴

A sociedade guineense integra hoje o processo de miscigenação étnico-cultural e civilizacional, a tal ponto que não possibilita falar de nenhuma etnia ou identidade étnica que se possa considerar integralmente pura. Quase não existem zonas específicas de determinadas etnias, mas sim, partes de predominância de alguns grupos que não deixam de estar circundados de diversas outras etnias, criando uma rede de afinidade (Carvalho 2014).

⁴ Relatório 2011 Sobre a Intervenção Internacional em Estados Frágeis República da Guiné-Bissau. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.

Apesar de ter o português como língua oficial, a população guineense é considerada poliglota e, o *crioulo* (mistura de elementos linguísticos africanos e portugueses), é livremente usado como língua, de uma maneira geral, pela população de todas as etnias, embora cada etnia considere a sua língua local como a principal.

OS Caminhos para a Independência da Guiné-Bissau

A luta armada para a independência da Guiné-Bissau teve início em 23 de Janeiro de 1963 e com base em Mendes (2016), durou onze anos, tendo sido o ponto de partida o massacre de Pindjiguiti, em 03 de Agosto de 1959 onde as forças policiais portuguesas retorquiram violentamente a greve dos funcionários do governo que protestavam baixos salários, reivindicavam a melhoria das condições de trabalho, o que não tardou para se iniciar uma acção armada contra o regime colonial português.

Em 1964, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), liderada por Amílcar Cabral, procurou sem sucesso, conciliar as outras formações políticas da Guiné, unindo-se com a União dos Povos da Guiné (UPG), liderada de Henry Libery e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) de François Mendy Kankoila (Sousa 2011). Em Fevereiro do mesmo ano, o PAIGC realizou o seu primeiro congresso, e de acordo com Pintinho (2015), foi criado igualmente neste congresso, o Conselho Supremo da Guerra, e as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) onde ficou bem notória a manifestação daqueles que concebiam o partido numa visão ideológica, política e partidária e os que viam nele, como um mecanismo de alcançar o poder e mobilizar recursos para benefícios pessoais. Daí surgiram duas fileiras no seio do PAIGC:

«A ala cabo-verdiana do partido estaria contra a unidade Guiné-Cabo Verde “Paulo Dias, Luís da Silva, José Francisco Gomes e José Leitão da Graça” defendendo não haver ligações históricas entre os dois territórios e ainda diziam que “a Guiné tem mais laços com o Senegal e a Guiné-Conacri do que com Cabo-Verde” e que a dinâmica das posições ocupadas pelos dois países “gera nos povos da Guiné, um ódio indelével para com os cabo-verdianos e nestes, uma atitude colonialista-racista ou paternalista para com os guineenses”. E do outro lado existia a ala guineense com nomes de Umaro Cano, Benjamim Pinto Bull e Sambel Baldé, que chegaram a questionar se fosse possível “a um só homem tentar libertar dois territórios diferentes e separados pelo mar”» (Sousa, 2011.p.23).

Na sequência dessas desavenças, a 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral, pai do nacionalismo guineense e cabo-verdiano, foi assassinado em Conacri. Trata-se de “uma conspiração que envolveu homens do PAIGC e elementos de PIDE. Um deles é Inocêncio Cani, um veterano de PAIGC que, depois de uma ríspida troca de palavras, dá instruções para amarrarem Amílcar com uma corda, este resistiu e recusou ser amarrado e humilhado diante dos seus compatriotas, então Cani disparou a pistola à queima-roupa, atingindo Cabral no fígado e na cabeça que morreu de imediato” (Castanheira, 1995. p.82).

Depois da morte de Amílcar Cabral, sucedeu ao lugar Luís Cabral seu irmão que foi o primeiro Presidente da Guiné-

Bissau, após a independência, a 24 de Setembro 1974 (Mendes 2016).

Não obstante o facto de a luta anticolonial na Guiné-Bissau estar quase sempre relacionada com a feição admirável de Amílcar Cabral, não havia união entre guineenses e cabo-verdianos, desde a colonização.



O Pós-Independência Guineense

Após da independência na Guiné-Bissau, a luta travava-se entre a elite política e militar composta por guineenses e cabo-verdianos, “resultante do desequilíbrio do poder do Estado-Partido e a questão étnica. O conflito entre os guineenses e os Cabo-verdianos, mascarava um conflito muito mais fundamental: a oposição entre a tendência tecnocrata reunida em torno de Luís Cabral” por um lado, “e a tendência militar-populista e negrófila reunida em torno de Nino Vieira”, por outro (Djaló, 2012, p.271).

Sob direcção do PAIGC, a Guiné-Bissau contou com quadros que, na sua maioria tinham pouca experiência administrativa, tornando difícil construir o Estado que se pretendia, embora a independência tenha sido recebida com muito entusiasmo, não se traduziu na esperança e certeza do povo pois, alguns partidários do PAIGC não encaravam com bons olhos a presença de membros de origem cabo-verdiana nos altos cargos do partido, temendo a dominação ideológica, contrariando os ideais de unidade de Amílcar Cabral.⁵

⁵ -«Amílcar Cabral foi o teórico mais profundo dos dirigentes nacionalistas na África Portuguesa. Para ele, a descolonização não só era mais um processo contínuo do que um acontecimento singular, como também algo cujo alcance transcendia a mera transferência formal do poder pelo Estado colonial. Para Cabral, portanto, a simples substituição do Estado colonial por um estado ‘nacional’ não atingia por si só a categoria de ‘descolonização’, o que exigia uma luta contínua, não apenas política, ou até económica, mas também profundamente psicológica. Era o tipo de posição que criaria tensões dentro do PAIGC durante a luta armada e que complicaria a sempre difícil situação de uma chefia dominada por não guineenses (MacQueen, 1998, p 41.)»

Em termos simples, o poder político estava concentrado maioritariamente na mão cabo-verdiana, muitos deles eram vistos pelos guineenses, como substitutos dos colonizadores, embora Cabral afirmasse que “por natureza, por geografia, por tendência económica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só”, eram obvias as divergências: enquanto na Guiné-Bissau a constituição previa a “igualdade na unidade” no que tange o direito igual na acessibilidade as mais altas funções do Estado, em Cabo-Verde, vigorava o princípio de “unidade na hegemonia”, ou seja, conferia exclusivamente o direito de acesso aos mais altos cargos do Estado simplesmente aos cabo-verdianos (Sá, 2016, p .94). Entre vários divergentes, estava Nino Vieira, integrante da cúpula do PAIGC que também se encontrava ligado a todos os fracassos do país, como os gestores mal preparados, não conseguiram dar conta dos avanços do país, definidos por Amílcar Cabral principalmente no sector da agricultura, a ponto da produção do arroz e amendoim desceram na ordem dos 30% (Silva, 2010).

Estes e outros problemas resultaram no afastamento de alguns altos funcionários administrativos e no primeiro Golpe de Estado a 14 de Novembro de 1980, (a génese de tantos outros), liderado por João Bernardo Vieira Nino, e se seguiu com a expulsão de quase todo o aparato cabo-verdiano do poder político, na Guiné-Bissau, acusados e de excluir os guineenses da esfera política (Mendes 2016).

Ao som de tiros e movimentações militares, a rádio fechada, a conturbada vida social que ainda restava, mostrava os problemas internos do PAIGC com muitas prisões e assassinato de alguns membros do partido. Luís Cabral e seus membros mais próximos foram presos, e mais tarde expulsos do PAIGC, os demais adversários foram perseguidos e presos, alguns acabaram por morrer na prisão após humilhações e tortura (Carvalho, 2014).

De forma geral, o golpe teve consequências desastrosas mas de forma particular para o PAIGC, como o corte de relações com Cabo Verde que resultou na criação do PAICV, uma separação de muitos cabo-verdianos da Guiné, deixando a administração completamente desestruturada os guineenses, passaram a nomear os quadros sem observância dos critérios minimamente exigidos, isto resultou na criação de fações que contribuíram para agudizar as clivagens no seio do PAIGC que abriram caminhos para perseguição dos antigos líderes e os próximos golpes de Estado. Os que dentro ou fora do partido tentavam denegrir a imagem, do PAIGC, eram considerados traidores e, a forma de os combater, foi o fuzilamento o que marcou profundamente pela negativa a memória colectiva dos guineenses e influenciou de certa forma até hoje a sua cultura política.

Em 1986, devido à onda de descontentamento de uma forma quase geral, houve o chamado "caso de 17 de Outubro", em

que foram barbaramente fuzilados depois de acusados de estarem a preparar um golpe de Estado para derrubar Nino Vieira, entidades como Paulo Correia, 1º Vice-Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau e ministro da Justiça e Poder Local e Dr. Viriato Pã, então Procurador-geral da República, entre outros que foram executados. Em nada deram os fuzilamentos senão as perdas aos familiares das vítimas, na má imagem do país, total perda de confiança do governo pelo povo principalmente da pessoa de Nino Vieira (Silva & Santos, 2014).

No início dos anos 90, houve uma vaga da democratização na Guiné-Bissau, formaram-se novos partidos e, em 1991, o PAIGC passou a competir com os outros partidos como a União para a Mudança (UM), o Partido da Renovação Social (PRS), a Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (RGB-MB) ou a Frente Democrática Social (FDS) (Carvalho, 2014).

O processo liberal seguiu com a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, onde o PAIGC conquistou a maioria na Assembleia Nacional Popular (ANP) e o PRS alcançou a segunda posição, sendo que pela primeira vez, o país experimentou o multipartidarismo e a grande maioria dos ministros do Estado era formada por civis. Não obstante a chegada dos civis no governo, a verdade é que os cargos chave continuavam sob domínio dos antigos combatentes,

cuja maioria pertencia aos membros do PAIGC de etnia Papel, ligados a Nino Vieira, pondo de lado os militares de etnia Balanta que era a maioria castrense na Guiné-Bissau (MacQueen, 2005).

Muitos dos antigos oficiais da libertação foram progressivamente perdendo comando, alguns ficaram sem funções e outros compulsivamente passaram para a reserva, como medida principal de evitar qualquer acção dos militares da luta de libertação contra Nino Vieira, preocupado com a manutenção do poder.

Em 1998, Nino Vieira afastou o seu antigo chefe de estado-maior, Ansumane Mané, acusando-o de se ter envolvido no tráfico transfronteiriço de armas. Porém o autoritarismo de Nino, estava cada vez mais corrompido, conduzindo assim o Exército, quase em peso, a juntar-se a Mané, para o derrube do regime que, veio confirmar-se em Maio de 1999, com a derrota final de Vieira que, pediu refúgio à embaixada portuguesa e posteriormente concedeu-lhe asilo político em Portugal.

Isto fez com que a Guiné-Bissau realizasse uma reformulação, quer na sua constituição quer na diplomacia, no período pós-partido único e aproximar-se a francofonia em Maio de 1997 quando a Guiné-Bissau abandonou o peso como moeda passando a aderir ao franco.

Não obstante as reformas, as fricções continuaram com assassinatos arbitrários intrinsecamente ligadas à luta pelo poder político e económico, à corrupção activa, ao tráfico de droga entre outros, a Guiné-Bissau parece ser um país que ainda não “se encontrou consigo mesmo”, pois apesar de alguns curtos momentos de tréguas ou pacificação, a cronologia da cadeia de acontecimentos relata mais momentos de instabilidade, quer a nível do próprio país, como no seio do PAIGC.

O Papel Histórico do Exército na Guiné-Bissau

Com base em O’Regan & Thompson (2013) as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) da Guiné-Bissau foram amplamente respeitadas pela população desde 1963, aquando da luta pela independência, por isso, foram muitas vezes celebradas como libertadoras do povo, criando raízes profundas principalmente com um crescente sentimento de poder que, influenciou as orientações políticas do país.

A Constituição do país de 4 de Dezembro de 1996, no artigo 5º, “proclama a gratidão eterna ao combatente que, pelo seu sacrifício voluntário, garantiu a libertação da Pátria do jugo estrangeiro, reconquistando a dignidade e o direito do povo à liberdade, ao progresso e à paz”, gozando por isso, de determinadas regalias. No seu artigo 20º, diz que as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), “instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação, incumbindo-lhes a defesa da independência, da soberania da integridade territorial e a

colaboração estreita com os serviços específicos na garantia e manutenção da segurança interna da ordem pública”. Obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei e os seus elementos, no activo, não podem exercer qualquer actividade política.⁶ Entretanto a realidade atesta o contrário, pois fazer parte do exército, significa ter grande prestígio popular e influência, o que torna difícil dissociar os militares do poder político, de forma escandalosa e desigual a nível da superestrutura, mesmo aqueles que não tiveram participação directa nas lutas contra o colonialismo e são parentes directos ou tribais, gozaram de oportunidades, numa base de relações interpessoais, chegando mesmo a desempenharem cargos relevantes no seio do sistema político reinante no país, sem no entanto ter uma preparação técnica moldada para o efeito e, como era de se esperar, conduziu, a um caos generalizado e uma conduta que choca com os interesses supremos do país.

A aceitação popular por parte da elite castrense tem tido um carácter tribalista, como ficou demonstrado pelo “Movimento Reajustador” de Nino Vieira, que procurava reforçar o poder do Presidente, com um controlo mais efectivo dos militares, mantendo-os perto do poder político e reprimir de forma violenta quaisquer tentativas de rebelião que o mesmo Nino Vieira criou a partir do golpe de 1980, (Carvalho, 2014).

⁶Constituição da Guiné-Bissau, aprovada em 27 de Novembro e promulgada a 4 de Dezembro de 1996.

Soares (2013) por exemplo cita um documento resultante de uma conferência organizada pelos serviços de informações militares com o seguinte teor:

“[...] No que toca à abertura política na Guiné-Bissau nos anos 1990, o aparelho de segurança não estava minimamente preparado para a transição multipartidária. Neste sentido, o multipartidarismo constituiu um factor de vulnerabilidade, o que tornou os oficiais dos Serviços de Informação do Estado (SIE), facilmente aliciáveis pelos diferentes actores políticos nacionais, desviando assim os princípios que norteiam a actividade operacional do SIE. Para ultrapassar a situação, os participantes da 1.^a Conferência Nacional do SIE e da Direcção Central de Inteligência Militar concluíram que existe a necessidade de criação de um regulamento do organismo, estatutos de carreira contemplando o regime remuneratório especial como previsto na lei, atribuição de incentivos de isolamento e de riscos aos efectivos de SIE” (Soares, 2013,p.71, cit. Bissau Digital, 2013).

Este trecho, mostra claramente como é que coexistiu e continua até hoje a dificuldade de distinção entre o que é partidário e o que é republicano, mas isso é quase transversal a países africanos que optaram pelo comunismo mal interpretado e pessimamente aplicado nos seus países, embora reconheça-se que quase todas as independências africanas têm uma componente marcadamente militar.

Para Sanhá (2012), se a parte governamental fosse triunfante no conflito político-militar de 1998, talvez os militares não teriam o papel relevante que hoje têm, porque o governo controlaria efectivamente os militares e estes

respeitariam os princípios democráticos, subordinando-se ao poder político legalmente instituído. Com a Junta Militar, o poder foi exercido e sustentado nas leis marciais, sem nenhuma instituição política a exercer o seu papel, de facto. Até hoje a última decisão compete aos militares, que os da mais azo nas suas actuações, consolidado com o Acordo de Abuja, a 1 de Novembro de 1998 que havia conferido ao "Comandante Supremo da Junta Militar" o estatuto de "copresidente", pondo de lado, as questões prementes do país, tais como a desmobilização e reinserção dos ex-combatentes, a Reforma do Sector da Defesa e Segurança, a restituição das infraestruturas e a reconstrução do país. Estes passivos resultaram no assassinato do General Ansumane Mané (copresidente), por entrar em constantes desacordos com o então Presidente da República eleito, Kumba Yala (Carvalho, 2014).

Um estudo realizado em 2008, mostrou que mais de metade dos militares da Guiné-Bissau, tinha idade superior a 40 anos e, 45% de todos os efectivos no activo tem mais de 20 anos de serviço, cuja maior concentração estava na capital, com 70%. O número de oficiais das Forças Armadas representava o dobro do número de soldados, o que fazia das Forças Armadas um clube elitista de indivíduos idosos, que age

geralmente em favor dos seus interesses pessoais, numa base da hierarquia caracterizada pelo nepotismo.⁷

Muitos antigos combatentes da independência guineense, não conseguiram ter uma estabilidade socioeconómica e, cá chegados com a idade avançada, olhando para o seu estado e a fonte de receita quase inexistente, prefere continuar no exército, mesmo velho e, sem nenhuma função específica, mas como recompensa por ter participado no processo de luta contra o colonialismo.

De acordo com Pintinho (2015), as Forças Armadas guineense, possuem uma grande disparidade e má organização dos seus efectivos, designadamente: a carência de recursos, dificuldade na aplicação das leis militares e carecendo de uma estrutura de formação e inovação:

- A classe de oficiais composta com cerca de 2239 efectivos;
- A de sargento correspondente a 1600 efectivos e
- Os praças totalizam apenas 1780 elementos.

Em 2016, o exército era pouco mais de 4.000 homens, mais de dois soldados por mil habitantes, aos quais ainda se adicionam os paramilitares da Guarda Nacional, para além de várias Forças de Segurança, as Forças de Defesa e Segurança contam com cerca de 8.500 homens. Pouco mais

⁷ Estudo realizado em 2008 a pedido do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. (Davin O'Regan e Peter Thompson, 2013, P. 8)

de 200 em 4000 militares recenseados em 2016 possuíam uma formação superior. O exército não soube burocratizar-se como noutras instituições, sendo que o recrutamento de acesso às formações, a cargos e às promoções não são regidos por regras estáveis e conhecidas, mas através de disputas de redes influentes, dando origem a desigualdades e injustiças. Alguns há vinte anos permanecem no mesmo estádio, enquanto outros foram promovidos para três ou quatro graus.⁸

Esse contrassenso no seio da classe castrense, faz com que a maioria pertencente à classe de oficiais, cobre mais direito e cumpra menos o seu dever, estando, portanto mais preocupada em regalias e negócios de seu interesse em enquanto um grupo sacrifica-se para a estabilidade do país.⁹

⁸ (UNIOGBIS e ISS) Março de 2017 a Janeiro de 2018.

⁹ PINTINHO, Zeferino Cariço André (2015) «Angola no Processo de Reformas das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau». Mayamba Editora, 1ª Edição. Luanda.

Desafio Securitário da Guiné-Bissau na Agenda da Comunidade Internacional

A Reforma do Sector de Segurança enquadra-se no contexto das intervenções internacionais para a paz, oportunidade de remodelar vários sectores do Estado e dar resposta às necessidades e expectativas socioeconómica da população. Este sector é considerado bastante sensível na Guiné-Bissau em função das fragilidades institucionais, tráfico de drogas e armas, corrupção generalizada, conducentes à pobreza generalizada (Sousa 2014).

De acordo com Roque (s/d p. 52), numa sociedade marcada pela fragilidade do estado, exclusão da população na base da etnicidade, do género, da religião, ausência da educação, saúde, emprego, acesso aos recursos ou na tomada de decisões políticas, alta corrupção, etc, a adopção de meios violentos tem sido o único meio para a garantia de legitimidade e dignidade do Estado.

Infelizmente parece que a violência ofensora, defensiva, punitiva ou dissuasiva directa e invertida, têm sido os principais meios de governação ou alcance do poder político e militar guineense.

Analisemos então a actuação dos seguintes órgãos internacionais na Reforma no Sector da Segurança (RSS), da Guiné-Bissau:



Organização das Nações Unidas (ONU)

As Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a Guiné-Bissau remontam ao ano de 1998, com o objectivo de pacificar e desmobilizar dos efectivos militares, criação de um governo de unidade nacional e implementação de uma força de interposição de paz, denominada ECOMOG (*Economic Community of West African States Monitoring Group*), à luz da Resolução 1216 (1998) de 21 de Dezembro. Todavia essa política só surgiu em 2006 no âmbito da Reforma no Sector de Segurança (RSS), com um Escritório Integrado para a Consolidação da Paz denominado UNIOGBIS (United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau), com quatro departamentos Políticos:

-Secção de Assuntos Políticos;

-Secção de Estado de Direito e instituições de Segurança;

-Secção de Direitos Humanos e Género que também representa o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR);

-Unidade de Informação Pública (Soares 2013, p.68).

Segundo este autor a reconfiguração do UNIOGBIS, foi feita em três fases, especificamente, a fase eleitoral, a fase posterior às eleições durante a qual começaria a ser implementada a agenda de reforma e o plano de transição e a fase de transição que, previa a transferência gradual das competências e equipas do Gabinete da ONU para a África

Ocidental, que deveria ser concluída até 31 de Dezembro de 2020.

Em 2006, a ONU na Guiné-Bissau, apoiou o Governo, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o recenseamento biométrico dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea), num total de 4560 efectivos militares, foram recenseados 4458. Tinha sido determinado que, 4 mil homens seriam afectos aos três ramos onde, em primeiro lugar, as forças terrestres seriam contempladas com 2600 homens, correspondente a 65%; em segundo, a força naval seria afectada com 1000 homens, respeitante a 25% e finalmente, em terceiro lugar, a força aérea teria 400 homens que correspondem a 10% do efectivo em geral. Deste total, segundo o documento, 30%, isto é, 1200 homens, formaria o quadro permanente (profissional) e os restantes 70% complementariam a base da aplicação da Lei do serviço militar obrigatório por período rotativo de 2 anos para os jovens com idade compreendida entre os 18 e 35 anos de idade (Sanhá, 2013, 53).

O desafio da ONU, para a reforma da Guiné-Bissau, tem as suas causas fundamentadas em primeiro lugar nas rixas entre os diferentes grupos étnicos e a insubordinação das Forças Armadas; em segundo, a prática do narcotráfico envolvendo altas patentes e políticos emergentes e em terceiro, a questão da etnia balanta que domina o aparato

político e militar interferindo negativamente nos assuntos internos e externos do Estado, pondo em causa a própria questão securitária da Guiné-Bissau (Pintinho, 2015).

A UNIOGBIS, procurou promover a reconciliação, consolidação do Estado de Direito e um Governo democrático, com reformas políticas, económicas, sociais e segurança, nas seguintes áreas:

- 1- Reforma da Administração pública;
- 2- Consolidação do Estado de Direito e das Reformas no Sector da Segurança e Defesa (RSSD), com o apoio ao sistema eleitoral, judicial, desmobilização, reintegração, reinserção dos militares e polícias;
- 3- Promoção da formação técnica e profissional e do emprego para os jovens;
- 4- Apoio aos grupos vulneráveis através de acesso aos serviços sociais, desenvolvimento do capital humano no sector da educação bem como o reforço da capacidade humana e melhoria do funcionamento da saúde (Pintinho, 2015, p.p 67,96).

Entretanto, estes projectos não tiveram sucesso, devido à falta de seriedade no seio dos políticos e militares, devido às constantes turbulências resultantes das sublevações dos militares, aliado ao incumprimento da lei e tráfico de drogas, corrupção, inadequação e pouco interesse das autoridades, em profissionalizar os militares.



União Africana (UA)

A 11 de Junho de 2000, realizou-se na capital do Togo (Lomé), a adopção do acto constitutivo da União Africana (UA), que veio substituir a Organização da Unidade Africana (OUA), onde ficou claro que, o continente só vai se desenvolver se se apostar num ambiente de paz e segurança.

É justamente na área da resolução de conflitos que a estrutura da UA apresenta reformas consideráveis, fundamentadas d), do artigo 3º onde se afirma “o direito da União Africana intervir nos Estados-membros consoante decisão da assembleia, perante circunstâncias graves, nomeadamente crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade” e “o direito dos Estados-membros solicitarem a intervenção da união com ordem para restaurar a paz e a segurança” (Van-Dúnem, 2007, pp.157,158).

A União Africana (UA) tem trabalhado com as organizações internacionais, para que sejam tomadas medidas para solução pacífica e rápida na Guiné-Bissau, apelando às Forças de Defesa e Segurança, o respeito à Constituição, pautando pela neutralidade e não colocar em causa os avanços registados nem dificultar a mobilização da

assistência internacional que a Guiné-Bissau tanto precisa para a sua recuperação socioeconómica.¹⁰

Desde 2012 que a UA, trabalha com o ECOWAS, integrando uma força de interposição capaz de promover a paz e a estabilidade na Guiné-Bissau, com a missão de garantir a segurança e protecção, apelando à comunidade internacional para continuar a apoiar financeiramente a presença da ECOMIB, no país até que as Forças de Defesa e Segurança estejam em condições de assegurar a totalidade das responsabilidades em matéria de confiança. Fruto disso, numa reunião de emergência em 2012, o presidente do Conselho de Paz e Segurança da UA, Arcanjo do Nascimento, disse ser necessário que os membros do Conselho de Paz e Segurança (CPS) fossem implacáveis na sua condenação contra os autores do Golpe de Estado na Guiné-Bissau, no sentido de se desencorajar que situações de género se repetissem no continente africano.¹¹

De acordo com Pintinho (2015 p. 108), o representante da UA naquele país, Ovídio Pequeno, disse em 2012, que a missão do CPS da União Africana não tem uma estratégia pré-definida para o impasse político, contudo alerta para a necessidade de todos se mobilizarem em torno do

¹⁰ Disponível em <https://www.voaportugues.com/a/conselho-de-paz-e-seguranca-da-uniao-africana-pede-que-fa-figuem-de-fora>. Acessado em 23/07/2019.

¹¹ «União africana unânime na condenação do golpe» (2012). Revista Figuras e Negócios nº125, cit., p.47.

desenvolvimento da Guiné-Bissau e aponta cinco pilares, quanto à intervenção na Guiné-Bissau:

1º Incentivo ao diálogo aberto e inclusivo com todos os guineenses, visando o aproximar das partes desavindas.

2º Criação de condições de apoio para encetar o diálogo entre os guineenses.

3º Unificação ideológica e interesses da Comunidade Internacional, com vista a ultrapassar-se o mau entendido entre a CEDEAO e a CPLP, trabalhando em conjunto para o bem maior que é a Guiné-Bissau.

4º A luta contra a impunidade, uma vez que existem crimes por julgar, reformando a justiça, a punição dos culpados, o combate ao narcotráfico com o auxílio de meios técnicos.

5º A questão da Reforma no Sector da Defesa e Segurança, visa garantir a subordinação dos militares ao poder político reflectido na vontade do povo por meio do voto.

Porém, apesar destes indicadores para a pacificação, na prática a UA não tem tido uma atitude punitiva contra os golpistas ou uma posição que seja clara na Guiné-Bissau, depositando o processo na organização regional da CEDEAO e outras organizações internacionais designadamente, a CPLP, EU ou ONU.

Sem uma actuação activa, a UA tem pautado meramente em ideias políticas de resolução sem uma intervenção directa ou aplicação de verdadeiras sanções resultantes da Declaração de Lomé, sem uma base sustentável vigorosa, com estruturas profundamente burocráticas, para um país sem interesse na construção de uma nação inclusiva, falta de diálogo e desrespeito aos direitos humanos que corrói a sociedade guineense.

A UA é uma organização que se mostra fragilizada para dirimir as clivagens internas africanas e, parece se empenhar pouco, na resolução das crises da Guiné-Bissau de forma directa. Não tem sido muito interventiva nas questões de paz e segurança naquele país, limitando-se a condenar e a suspender a GB na organização, ou ainda a subsidiar as responsabilidades à CEDEAO. Com uma forte dependência para poder intervir diplomática e militarmente em operações de manutenção de paz, limitação de recursos humanos, económicos e logísticos, indícios que contribuem para o seu fracasso e debilidade perante os novos desafios da segurança que se impõem na RGB, devido à inflexibilidade em cumprir os propósitos da sua criação (Sá 2016).

O Conselho de Paz e Segurança da União Africana, presidido por Angola, reuniu-se no dia 23 de Abril de 2012, para adoptar medidas de restabelecimento da ordem constitucional na Guiné-Bissau. A UA ameaçou a Guiné-

Bissau com sanções individuais aos membros do Comando Militar, no sentido de enviar uma força com mandato internacional para a estabilização do país. A UA procurou trabalhar igualmente com a CEDEAO, CPLP e o resto da comunidade internacional com vista a encontrar soluções rápidas, quitáveis, justas e duradouras para a crise guineense.¹²

Em termos reais, a UA tem sido frágil, sem medidas adequadas sobre o conflito na Guiné-Bissau tendo em conta os seus poderes legais. O Fundo para a Paz, desta organização é um instrumento financeiro que supostamente daria à UA meios necessários, para a paz e segurança bem como financiar missões militares e civis, mas ainda é incapaz de pôr ordem e estabilidade no continente.

O fracasso e a fragilidade da UA para segurança, quer na Guiné-Bissau ou na África em geral são paralisados, inflexíveis e inconstitucionais levando assim ao fracasso da própria organização, para a reposição da ordem interna na Guiné-Bissau passando a conferir o seu papel às comunidades económicas regionais como é o caso da CEDEAO.

¹² Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/uni%C3%A3o-africana-discute-a-crise-na-guin%C3%A9-bissau/a-15907790>. Acessado em 15/08/2019.



Comunidade de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO)

Criada em 1976, a CEDEAO, no princípio tinha objectivos meramente económicos e mais tarde os Estados membros entenderam então que para melhor atingirem o seu desiderato, era necessário criarem condições de segurança. É neste seguimento que em 1981, os mesmos Estados membros assinaram um protocolo de assistência e defesa mútua, em que qualquer ameaça armada contra um dos membros, era considerada ameaça contra a comunidade e caso fosse necessário acionariam em defesa, uma força a que se chamou Forças Armadas Aliadas da Comunidade (AAFC) e, no artigo 18º deste mesmo protocolo, ficou bem claro que " a organização não faria qualquer intervenção em conflitos exclusivamente internos" Van-Dúnem (2007, p. 146).

Neste caso particular, depois da saída do contingente angolano em 2012, já se cogitava a presença na Guiné-Bissau de uma força de cerca de 600 militares de países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), tendo como pano do fundo o apoio, em mais um cenário conflituoso, cujas consequências não alteraram a situação do novo elenco governativo, conivente ou refém das chefias militares em exercício (Teixeira, 2013, p.24).

A CEDEAO esforçou-se para pôr termo à crise política desencadeada pelo golpe de Estado de 12 de Abril, tendo

nomeado logo a seguir a saída da MISSANG Manuel Serifo Nhamadjo como Presidente interino e este empossou Rui Duarte de Barros como primeiro-ministro que, chefiaria o Governo no prazo de um ano, até a realização das eleições gerais, tendo como prioridades políticas, o pagamento dos salários da função pública e a criação de condições para salvar o ano escolar, bem como a necessidade de lutar contra o crime organizado e o tráfico de droga que impede na produção de alimentos e a colheita do caju, principal produto de exportação do país. Entretanto a nomeação de Serifo Nhamadjo pela CEDEAO foi contestada pelo PAIGC e pela CPLP.¹³

Na sequência destes acontecimentos, a 19 de Maio de 2012, aconteceu em Abidjan, uma reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos Países Membros da CEDEAO, dedicada à análise da situação na Guiné-Bissau, enquanto o primeiro-ministro da Guiné-Bissau deposto, nos dias que se seguiram ao golpe, deslocara-se para Angola, no encalce de esforço diplomático no sentido de se garantir a reposição da legalidade democrática na Guiné-Bissau.¹⁴

Como confirma Mendes (2016), a CEDEAO, tradicional organização regional, procurou tomar as rédeas do futuro do país membro, com ideias bem claras:

¹³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/for%C3%A7as-da-cedeo-come%C3%A7am-a-chegar-%C3%A0-guin%C3%A9-bissau/a-15958719>. Acessado em 28/08/2019.

¹⁴ Ibidem

As razões para os três países membros da CEDEAO apoiarem a actual solução de transição, aproximam-se, mas são distintas. A Costa do Marfim, não quer Angola na região. O Presidente Alassane Outtara e também actual presidente da CEDEAO, não esquece que após os resultados eleitorais e ao impasse que se seguiu em Novembro de 2010, José Eduardo dos Santos apoiou o seu opositor, Laurent Gbagbo e ofereceu-se para enviar tropas se necessário. Para o Senegal a questão de Casamansa continua na ordem do dia e a entrada de tropas senegalesas no território da Guiné-Bissau, seria a melhor forma de encurralar os separatistas, outra questão que influencia a posição senegalesa é o seu interesse em não perder a primazia que tem ao nível da entrada e escoamento de produtos por via marítima, com a construção do porto em Buba. Já a Nigéria uma potência na região que, não pretende ver outro interveniente na sua zona de domínio, prova disso é que é o país que mais investe, em termos de efectivo militar e financeiro para as missões de intervenção das forças da ECOMOG (Mendes 2016, p.50 *apud* Sousa, 2013, p.95).

Por outro lado, a CEDEAO é composta por um grupo de Estados francófonos, outros anglófonos e dois lusófonos (Guiné-Bissau e Cabo Verde). Destes conjuntos, há uns que apoiam os grupos rebeldes e outros os regimes nos poderes, foi talvez por isso que numa primeira fase dos acordos bilaterais entre Angola e a Guiné-Bissau, tanto o governo quanto os militares não queriam a presença da CEDEAO no país, conhecendo já as suas formas de actuação, mas como ficou claro, atendendo aos interesses das diferentes facções no seio do exército guineense, os interesses dos partidos da

oposição e de certos países membros da organização, num segundo momento, o Alto Comando do Exército da Guiné-Bissau, decide aceitar que a CEDEAO intervenha para apoiá-los depois do Golpe.

Coincidência ou não, em quase todos os países onde a CEDEAO tenha intervindo, os conflitos continuaram e, em certos casos aumentaram de intensidade. Tais foram os casos da sua intervenção na Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau, embora destacassem a sua importância na salvação de vidas humanas, protecção dos deslocados e/ou refugiados resultantes dos conflitos, apoio na evacuação do pessoal estrangeiro e de ONGs que, de uma forma pontual, têm tido algum sucesso, porém, acredita-se que a falta de recursos financeiros e humanos preparados, equipamento e material técnico moderno em altura e uma seriedade nas suas práticas, tem estado na base desses fracassos (Van-Dúnem 2007, p. 147).

União Europeia (UE)

Em Novembro de 2006, a Guiné-Bissau apresentou uma estratégia nacional de segurança, à União Europeia, e o Conselho Europeu considerou adequada uma acção política europeia de segurança e defesa naquele. Assim, em Dezembro de 2007, a cimeira UE-África realizada em Lisboa, adoptou uma Parceria Estratégica África-UE, direccionada especialmente para a Guiné-Bissau, com um orçamento de 7 810 000 euros, onde participaram a França, Portugal, Itália e Espanha composta fundamentalmente por conselheiros militares e civis que trabalhariam com o Exército, a Marinha, a Força Aérea, a Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública, o Ministério Público e o Secretariado do Comité Director para o processo de RSS na Guiné-Bissau (Correia, 2008).

No seu mandato, a missão ajudou as autoridades guineenses preparar uma legislação abrangente a documentos organizacionais para a área militar, policial e judicial, preparando o desenvolvimento do modelo legal das Forças Armadas e de Segurança, definição das suas estruturas, restabelecimento da ligação entre a Polícia Judiciária e a Interpol, o projecto para a Guarda Nacional e a revisão da Lei Orgânica do Ministério Público e do código de conduta dos magistrados (Correia, 2008, p.144).

Com base no mesmo autor, o maior doador multilateral da Guiné-Bissau é a Comissão Europeia, com prioridade na segurança e defesa, economia e orçamento, assente no Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). De 2008 a 2013, o FED doou cerca de 100 milhões de Euros, dos quais 27 milhões para a prevenção de conflitos, 32 milhões para o orçamento e 23 milhões para a água e energia.

É assim que em 12 de Fevereiro de 2008, uma Acção Comum do Conselho da UE, estabeleceu uma fase preparatória com início daquele mesmo mês e outra de execução com início a 1 de Maio.¹⁵

De acordo com Sanhá (2012.p.47), a União Europeia procurou fortificar as instituições governamentais e o desenvolvimento socioeconómico no país, com o objectivo de criar alicerces consistentes que suportassem a prossecução da Reforma no Sector de Segurança, em três componentes: Defesa, Polícia e Justiça.

A missão da UE/RSS foi a primeira a ser planeada no âmbito de aconselhamento das autoridades locais, com vista à criação de condições para a implementação da estratégia nacional das RSS, elaboração de um plano para a redução

¹⁵ Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-o-pa%C3%ADs-onde-nenhum-presidente-terminou-o-mandato/g-37918406>, Acessado em 31/01/2019.

dos efectivos das Forças da Defesa e de Segurança. Acontece que a primeira vez que a missão da UE/RSS esteve no terreno, não se apercebeu da real situação do país, elegendo como principal interlocutor os órgãos de soberania, sobretudo a classe castrense, ignorando outros actores activos, como os políticos e a sociedade civil, enquanto elementos determinantes da democracia (Ibidem, 48).

“A duração da missão seria de 12 meses a partir da declaração de capacidade inicial, mas acabaria por ser prolongada, por 28 meses, com início efectivo em Junho de 2008, tendo terminado em Outubro de 2010. O mandato da missão estabelecia que a EU/RSS, deviam oferecer às autoridades locais conselho e assistência, de forma a criar condições para a implementação da Estratégia Nacional para a Reforma do Sector da Segurança, em colaboração estreita com outros atores europeus, internacionais e bilaterais, através da assistência no desenvolvimento de planos detalhados para a redução e reestruturação das Forças Armadas e das forças de seguranças. Contemplava também treino e equipamento, facilitando a mobilização de doadores; avaliação do potencial do risco para um compromisso continuado a médio prazo no apoio à implementação da RSS” (Press - EU Council Secretariat, 2010).

Apesar da presença da UE na Guiné-Bissau, no dia 01 de Março de 2009 houve um atentado à bomba, no Quartel-General do Chefe-de Estado Maior das Forças Armadas, que vitimou mortalmente o seu chefe Batista Tagme na Wai. Consequentemente na madrugada do dia seguinte, homens armados uniformizados assassinaram o Presidente da República, João Bernardo Vieira e, a 05 de Junho foi assassinado Baciro Dabó, um antigo primeiro-ministro e candidato às eleições presidenciais de 28 do mesmo mês, enquanto circulava de automóvel em Bissau.¹⁶

Com estes incidentes, a UE condicionou a sua missão na Guiné-Bissau, que se agudizou ainda mais na sequência dos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, quando foram detidos ilegalmente vários líderes civis e militares, incluindo o ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e o ex-Chefe de Estado-Maior, Zamora Induta.

A União Europeia considerou que esses factos eram um retrocesso no processo democrático e, a 30 de Setembro de 2010 a UE/RSS abandonou a sua missão na Guiné-Bissau, terminando o processo de RSS que estava em curso, com o argumento de instabilidade política. Tudo isto veio trazer à luz o quão é difícil delinear a reforma num país com uma estrutura militar muito desobediente à constituição.¹⁷

¹⁶ Crisis Group, (2009).

¹⁷ Press - EU Council Secretariat, 2010.

As inúmeras dificuldades contribuíram significativamente para o fim da missão da UE/RSS na RGB, bloquearam a oportunidade do sector ser reestruturado e modernizado, embora tenha conseguido a nível técnico ajudar as autoridades guineenses na elaboração de um Documento de Estratégia Nacional para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança, que foi aprovado pela ANP (Assembleia Nacional Popular) a 23 de Janeiro de 2008 (Sanhá 2013.p.63).



Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Com base em variadas fontes, a CPLP, principalmente Portugal e Angola, são os países que se têm manifestado mais activos nas tentativas de repor a ordem constitucional na GB, não obstante, a sua margem de manobra ser diminuta no actual panorama, fazendo pouco mais do que continuar a exercer pressão nos bastidores dos fóruns internacionais, na preocupação da cooperação bilateral ou multilateral, no contexto político-militar da Guiné-Bissau.

Para Pintinho (2015, p.98), a 9ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada no dia 19 de Julho de 2012 em Maputo, reconheceu que a questão da estabilidade na Guiné-Bissau só seria alcançada caso, se apostasse fortemente na implementação séria da reforma no Sector da Defesa e Segurança com urgência.

Igualmente houve tentativas de parcerias e cooperação entre a CPLP e a União Africana para a auxiliar a reforma na defesa e segurança na Guiné-Bissau (GB), elaborando uma legislação contra o narcotráfico e retomar a credibilidade do país que tem sido encarado a nível internacional como um "Estado-falhado".

No fim desta conferência a 19 de Julho de 2012, ficou claro que:

«É fundamental, promover, sob a égide da ONU, a estreita coordenação com os Estados da sub-região e

com os demais parceiros regionais e internacionais que contribua de forma efectiva para a pacificação e estabilização da Guiné-Bissau.» (Pintinho, 2015.p.107).

Em 2012, na VIII Reunião Extraordinária, para analisar a situação da Guiné-Bissau, a CPLP condenou as acções de subversão na Guiné-Bissau, exigindo a imediata reposição da ordem constitucional, para a preservação da integridade física Pde todos os titulares de cargos públicos e demais cidadãos que se encontravam sob custódia e a sua libertação imediata e incondicional. Sendo que a persistência na ilegalidade conduzirá a CPLP propor aplicação de sanções individualizadas pelas organizações internacionais, quer civis ou militares, tais como a proibição de viagens; congelamento de activos e a responsabilização criminal. ¹⁸

¹⁸ Resolução adotada na VIII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Lisboa, 14 de Abril de 2012

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

Os PALOP, organização criada em 1992, com vista à promoção institucional da cooperação política, diplomática e solidariedade entre os seus membros, ainda enfrenta uma realidade difícil de criar uma força diplomática ou de interposição, pelas complexidades internas que encerram os seus países membros, tais como processos de remodelação e actualização, dos ritmos de desenvolvimento, frutos da inadequação dos processos pós-independência, que os colocam até hoje, num marasmo titubeante nas dinâmicas das suas actuações como organização (Porto 2013).

A maior parte dos PALOP, passa por processo de permanente instabilidade, pois quase todos eles tinham optado pelo socialismo a quando das suas independências. Depois da queda do Muro de Berlim e do descrédito das filosofias de esquerda, estes países procuraram transformar-se perante os novos desafios, mas até hoje prevalecem a dificuldade e incapacidade de se adaptar, devido a ausência de um programa claro para os seus países.

Quanto a sua actuação na Guiné-Bissau, os PALPO pouco ou nada têm feito, senão se posicionar na defesa *do status quo*, na manutenção da estabilidade político-militar e social, condenando as subversões à ordem política guineense.

Mostra-se por isso muito claudicante na sua forma de actuação na procura de uma solução guineense, defendendo ao mesmo tempo a reforma da defesa e segurança na Guiné-Bissau, com base num debate aberto como acesso para o progresso.

Consequentemente, os PALOP prevalecem incapazes de garantir a interposição da força e segurança para o cumprimento da lei na Guiné-Bissau, uma vez quase todos os seus membros estão imbuídos numa corrupção transversal, sem uma posição concreta ou real das suas principais funções, falta de actuação forte, mostrando-se por isso ineficiente para a resolução dos conflitos na Guiné-Bissau, ficando apenas em condenações, por meio de comunicados oficiais, dos seus Estados membros.

I- O CONFLITO POLÍTICO-MILITAR NA GUINÉ-BISSAU E A MISSANG

“Os conflitos surgem da incapacidade de um grupo em lidar com seus próprios problemas sobre a sua participação na administração de assuntos gerais do governo, sem estabelecer padrões de comportamento que superem as disseções do normativo e evitem situações perigosas ao estabelecer regimes, regras, princípios, normas ou procedimentos, com base nas expectativas sobre como serão tratados os tipos de problemas” (Zartman, 2009, p. 88).

Entre 2007-2009, a organização *Voz di Paz* ouviu cerca de 6000 guineenses de todas as regiões, onde participaram representantes locais da sociedade civil, do Estado, instituições privadas, tradicionais e religiosas, os mídias, particularmente das rádios comunitárias, membros dos Espaços Regionais, em que a palavra foi totalmente livre. Mais de 1000 elementos das Forças de Defesa e Segurança tiveram igualmente a oportunidade de se exprimir sobre as causas do conflito no país que identificou quatro fontes, consideradas principais para o conflito naquele país:

- 1º O enfraquecimento do Estado e má governação;
- 2º A pobreza;
- 3º A má administração da justiça;

4º O tribalismo. ¹⁹

a) O Enfraquecimento do Estado é um elemento transversal a todas as camadas sociais e regiões geográficas guineenses, embora as manifestações do problema variem, em função das regiões e das camadas sociais, onde a presença simbólica do Estado é vista como um sinal de debilidade, por não ter ao seu dispor meios bastantes para desempenhar condignamente o seu papel. a deterioração das infraestruturas administrativas locais, tanto nas secções como nos sectores é o maior exemplo caricato: «Com todo o imposto pago pela população, é estranho que não se possa fazer a manutenção do edifício da Administração. Ninguém pode exercer funções de direcção debaixo da chuva. Reparem o edifício da Administração, cujo tecto deixa entrar água nos gabinetes» (O'Regan e Thompson 2013).

Esta degradação da administração local tem causado a banalização do Estado devido isolamento de secções e sectores como é o caso de Boé, em que o desaparecimento do Estado na base, confinou as populações a uma situação de marginalização crescente, uma zona considerada como o berço da independência do país. Assim se tem desenvolvido um sentimento de revolta nesta região devido à "rejeição do Estado guineense", inclusive a maior parte dos habitantes do sector de Boé não têm registo de nascimento que os

¹⁹ As causas profundas de conflitos: a voz do povo 2008.

identifique como cidadãos nacionais. Por isso, existe uma aproximação cada vez mais crescente entre as populações desta região com a Guiné-Conakry.

b) A pobreza: as populações que falam da fome relacionam-na com a perda do poder de compra nas zonas urbanas, devido ao empobrecimento resultante da insuficiência e irregularidade dos salários, o que faz com que as populações emigrem para as principais cidades sobrepovoadas e despovoando os campos levando consigo a força de trabalho dos jovens, a penúria alimentar que emerge nas zonas rurais que são sujeitas a ter uma única refeição diária, chamada «um tiro», principalmente em Catió, Komo (Sul), Cossé, Pitche, Sonaco Gabú Pirada, Cossé, Bambadinca e Bafatá, (Leste) Caió e Calequisse (Norte - Cacheu), um flagelo que contribui para o empobrecimento das zonas rurais. As pérfidas políticas públicas arruinaram as perspectivas de transformação dos produtos agrícolas locais, contribuindo para o agravamento da pobreza que sustenta a perturbação geral no país. «Quem tem fome não tem vergonha de nada. Quem tem fome não tem medo de nada» (Ibidem).

De acordo com Pintinho (2015), em termos económicos, o Produto Interno Bruto (PIB) da Guiné-Bissau em 2011 atingiu uma cifra na ordem de 5,1%, contrariamente a de 3,5% do ano anterior, com a exportação do caju, cerca de

90% a nível do país. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), neste mesmo período, verificou-se uma regressão dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), do país colocando-o no 177º lugar a nível do *ranking* mundial, devido à fraqueza dos recursos internos, pela negativa permanente da poupança, fundamentalmente depois do conflito de 1998/99 que obviamente destruiu várias infraestruturas que por si só já eram débeis (Pintinho, 2015, p. 30).

Com base no relatório de FMI de 2019, em 2012 a taxa de variação anual do PIB da Guiné-Bissau era -2%, sendo que em 2019, atingiu os 6%.²⁰

c) A Justiça- para muitos guineenses, o país está doente pelo mau funcionamento do sector da justiça que deveria ser o alicerce da paz entre os cidadãos, pelo contrário, tornou-se num obstáculo para toda a sociedade, aliada à corrupção que grassa a todos os níveis. A justiça é quase exclusivamente protectora dos mais fortes, mais ricos, mais influentes, mais astutos, mais elevados na hierarquia social, etc. A impressão que se tem é a de que todo o aparelho judicial está minado por vícios e entregue à manipulação para proveito próprio, questionando a competência e a honestidade dos magistrados. Para muitos guineenses o que

²⁰ Disponível em: <https://observador.pt/2018/12/11/relatorio-propoe-fim-da-missao-da-onu-na-guine-bissau-em-2020/>. Acessado em 18/08/2019.

incentiva impunidade, é a amnistia concedida pelo Parlamento aos que atentam contra a segurança do Estado e continuam a cometer crimes públicos desde os anos oitenta. «A Guiné é uma mulher sem marido. Cada um faz com ela o que lhe apetece, pois nada acontece uma vez feito o mal».

«O rigor da justiça é só para os pobres. Quando uma pessoa bem protegida está detida, chega uma chuva de telefonemas que acabam por a libertar».²¹

A má interpretação do sistema pluralista que a Guiné-Bissau escolheu nos anos 90, desvirtua o sistema de governação e fomenta o seu deficiente andamento. “O maior conflito que temos é que nenhuma legislatura conseguiu chegar ao fim. Nunca esperamos pelo voto da urna para condenar um governante. Este é um dos factores que promovem conflitos no nosso país”.²²

A semelhança de muitas partes do globo, a terra tem para os guineenses um valor elevadíssimo tanto simbólico quanto real, tido tradicionalmente como bem colectivo inalienável, por motivos de estreiteza histórico-natural, que leva a um apego tão forte, gerando conflitos logo que os laços íntimos entre o bem e seu possuidor são ameaçados ou alienados.

²¹ Paula Pereira, representante das mulheres de São Domingos, 26 de Abril de 2008. *Entrevista Voz Di Paz (2010)*.

²² As causas profundas de conflitos: a voz do povo 2008.

“Há conflitos de terrenos... Há pessoas que se matam com catana por causa de terrenos. E a autoridade não intervém”.²³ A corrupção generalizada é considerada a mãe dos males, geradora de instabilidade, conflitos e crise que, atravessa todos os sectores da vida social, económica e política guineense apontada como uma das principais causas dos conflitos. A disseminação da corrupção fundamentalmente dos dirigentes é particularmente delatada como geradora de conflito e pobreza. «O presidente rouba, o ministro e o primeiro-ministro roubam, o governador rouba, o administrador rouba, os centros de saúde não têm nada, os doentes não têm cama, não têm lençóis, os dirigentes andam a construir prédios».

Data	Ranking de corrupção	Índice de corrupção
2018	177º	16
2017	171º	17
2016	168º	16
2015	158º	17
2014	161º	19
2013	163º	19
2012	150º	25
2011	154º	22
2010	154º	21

Tabela 1 - Índice da Percepção da Corrupção na Guiné-Bissau.

Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/governo/indice-percepcao-corrupcao/guine-bissau>. Acessado em 23/10/2019.

²³ Nhaga Indami, participante; São Domingos, 26 de Abril de 2008. (*Voz Di Paz*, 2010)

Segundo o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, em 2018, a Guiné-Bissau, ocupava o 177.º lugar, num ranking de 180 países. Aqui, a interpretação é que, quanto mais elevado for o número, pior é a situação.

Não é o povo que está a estragar, o povo está unido, mas o Estado não quer a nossa unidade. Eles estão a pôr-nos uns contra os outros, dizem-nos “tal pessoa não presta, tal linhagem não presta”, nós brigamos eles vão se sentar e comer juntos, rir e tocar palmas, as concubinas todas têm carros».²⁴

d)O Tribalismo: desde a independência, em nome de uma ideologia unitária, do *establishment*, afastou-se a possibilidade da existência de contradições étnicas da nação, como se dizia: “na terra de Amílcar Cabral, não há lugar para o tribalismo”. Este slogan prevaleceu nos primeiros anos de independência, para dissipar o debate sobre a diferença étnico-cultural. Entretanto para muitos guineenses, são os políticos que promovem o tribalismo desde a independência, «a população nunca teve problemas. As pessoas fizeram 11 anos na luta. Havia tribalistas aí? Não. Se houve independência, e surgiu o tribalismo, quem o trouxe? Não são as pessoas que governam?» A relação entre a pertença a uma etnia e o acesso ao poder caso esta for majoritária é

²⁴ Adja Suntu Mané, anciã; Bissorã. *Entrevista Voz Di Paz*. 10 de Maio de 2008.

um sustento do tribalismo, por ser a chave do acesso à riqueza num contexto de escassez de recursos.

Nas regiões Leste e Centro-Sul onde as populações de várias etnias coabitam tradicionalmente, os graves problemas de relacionamento entre etnias surgiram nos últimos anos por causa do roubo de gado, que tomou proporções alarmantes. Outras etnias acham mesmo que os ladrões de gado são recorrentes na etnia balanta, pelo facto de terem confiança e apoio dos seus parentes detentores de altos cargos civis e militares.

Por exemplo as etnias fula e mandinga têm uma rivalidade histórica cíclica em proveito de causas políticas. «Aqui também houve um problema entre os mandingas e os fulas. Durante a campanha de vacinação, os mandingas não vão aos sítios onde há fulas. Tens que vacinar primeiro os fulas, depois tens que ir vacinar os mandingas.» A rivalidade étnica está frequentemente associada à problemática da pertença a uma religião, por isso, as linhas identitárias passam entre os muçulmanos (raça muçulmana: mandingas, fulas, beafadas) e os cristãos (raça criston ou animistas – pepel, manjaco, balantas) (O'Regan e Thompson 2013).

Entretanto, nem os discursos nem as práticas tendentes a valorizar a unidade nacional, desanuviaram este fenómeno, ficando-se apenas nas estratégias de marketing político

desenvolvidas à sombra do pluralismo político. “As pessoas não estão preparadas para a democracia. Todos os partidos têm a sua vocação tribal. E dentro de um partido, se disseres uma verdade, corres o risco de seres mal visto se não pertenceres à etnia majoritária.”²⁵

²⁵ Paulo Bodjam, ex-deputado do PRS, professor; . *Entrevista Voz Di Paz*. Mansoa, 19 de Abril de 2008.



OS Militares como Maior Obstáculo para a RSS na Guiné-Bissau

Desde 1998-1999, com o financiamento da União Europeia (UE), do Banco Mundial e recentemente de Angola que, se vem tentando a desmobilização e reinserção dos militares da vida civil, mas tudo não tem passado de mero fracasso que desemboca na destituição das chefias militares e dos políticos por via de golpes.

O Relatório África nº 183 de 2012 revelava que o diagnóstico que serviu de base ao projecto de reforma tal como concebido com o apoio da UE e retomado no roteiro CEDEAO-CPLP, resulta do legado de duas guerras sucessivas. A criação de um exército reduzido, bem treinado, organizado, capacitado, sustentável e mais apartidário, é condição indispensável para que sector militar deixe de intervir na esfera política.²⁶

As alterações constitucionais feitas depois do golpe de 14 de novembro de 1980, comandado por João Bernardo Vieira "Nino", reforçaram ainda mais os poderes das elites militares. Para além de possibilitar as chefias militares terem certas regalias, reforçaram a sua interferência nos assuntos do Estado, fazendo com que a elite militar se imiscua, nos

²⁶ Relatório África nº 183 de 23 de Janeiro de 2012

assuntos específicos dos políticos e civis, com uma arrogância acentuada (Djau 2016).

De acordo com Teixeira (2008), “nas democracias consolidadas às Forças Armadas são instituições sociais organizadas com base na hierarquia e disciplina dos seus membros sob comando directo do Ministro da Defesa, ou autoridade do Chefe do Estado ou de Governo, tratando-se de Estado de Direito”. Deste modo, caberá aos militares, a sujeição da vontade do povo, a defesa da soberania nacional e a garantia institucional dos poderes, bem como a lei e a ordem interna.

«É imprescindível que os militares guineenses percebam que poderão ser mais úteis e contribuirão melhor para a estabilidade do país cumprindo com as suas funções, deixando a política para os políticos, porque em democracias, são os políticos que devem fazer política e governar o país. Um dos principais obstáculos que a Guiné-Bissau enfrenta para o processo de consolidação democrática, é a renitência dos militares em se subordinarem ao poder político. E esta recusa de insubordinação, tem tomado contornos muita das vezes incontroláveis, na medida em que no seio dos próprios militares há elites que lutam pelo poder.» (Mendes, 2016, p.37).

Outro assunto que se deve ter em conta quando se aborda o desempenho dos militares na Guiné-Bissau, é a questão étnica que foi bastante crucial para o Partido Africano para a

Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), uma vez que a desmilitarização do partido único que vai acontecendo gradualmente, deixa cada vez mais de lado os militares maioritariamente da etnia dos Balantas que ocupavam cargos relevantes, nas Forças Armadas da Guiné-Bissau. E de acordo com Juará (2007):

«O presidente Nino Vieira decidiu afastar a maioria de oficiais dessa etnia, enviando-os para a guarnição de fronteira e/ou para comporem as forças de paz solicitadas pelas Nações Unidas (ONU). Ao mesmo tempo, iniciou a política de rejuvenescimento do oficialato das forças armadas, promovendo jovens oficiais que tinham terminado a Academia Militar para oficiais superiores no exterior. Muitos desses jovens eram, na ocasião, tenentes e foram promovidos para majores e tenentes-coronéis e, paralelamente, os antigos oficiais da época de libertação foram progressivamente perdendo comando; alguns ficaram nas forças sem funções específicas e boa parte dos antigos oficiais foi compulsoriamente para a reserva, sem remuneração condigna.» (Jauará, 2007, p.3 apud Djau, 2016, p. 23).

As tentativas de reestruturação do exército e de redução dos seus efetivos suscitaram ainda mais tensões do que resolução, porque para o exército guineense, durante muito tempo, a “reforma” foi vista simplesmente como um afastamento punitivo, um assassinato económico ou meio para distanciar alguns oficiais considerados indesejáveis pela comunidade internacional, mas o essencial e muitas vezes

ocultada é a construção de verdadeiras instituições de Defesa e Segurança, caracterizada pelo clientelismo, o desequilíbrio étnico deliberado do exército, tido como factor sensível, aparentemente importante nas diversas tentativas de RSS²⁷.

Essas resistências à reestruturação, são tão antigas quanto os seus resistentes, como confirma Djau (2016):

«Em 1998, quando o Presidente Nino Vieira, decidiu acusar, afastar e prender o general Ansumane Mané por decreto presidencial, dois dias depois, o general formou uma Junta Militar e, surgiram dois grupos na Guiné-Bissau: um liderado por Nino Vieira e alguns membros do governo apoiados por alguns militares e alguns países da região e a Junta Militar composta por ex-combatentes da guerra de libertação dirigida pelo ex - Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Ansumane Mané.» (Djau, 2016, p.24).

²⁷ Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e O Instituto de Estudos de Segurança (ISS) Março de 2017 a janeiro de 2018.

Em Setembro de 2009, um documento da União Europeia (UE) ²⁸ afirmava que “embora alguns intervenientes internacionais se tenham dado ao luxo de pensar que os militares guineenses são tropas indisciplinados e brutais que não compreendem os desafios da Reforma no Sector da Segurança (RSS), a verdade é que o exército está muito interessado na reforma”. Isso é bem claro, mas os militares que se bateram quer na luta para a independência quer os mais jovens incorporados durante o conflito interno de 1998, exigem garantias de regalias futuras, depois de serem desmobilizados ou reintegrados na polícia ou na vida normal.

“Alguns estariam dispostos a abandonar as Forças Armadas em troca de uma compensação atractiva; isto verifica-se tanto entre os mais antigos como os jovens mas diz respeito sobretudo àqueles que, não sendo próximos dos chefes militares, não têm acesso às missões e graduações interessantes e têm de se contentar com salários medíocres”²⁹.

Após as eleições presidenciais, realizadas no dia 16 Janeiro de 2000, ganhas por Kumba Yalá, foi afixada uma placa de “Co-Presidente” na porta do gabinete de Asumane Mané, CEMGFA, que passou a ignorar o novo governo civil. Entretanto, Mané passou a perder apoios no seio das Forças

²⁸ Conversas do Crisis Group, membros da missão da UE para a RSS, Bissau, Setembro de 2009, p.16.

²⁹ Ibidem, p.17

Armadas devido à sua participação cada vez maior na luta política e, em Novembro de 2000, foi assassinado por soldados leais ao General Veríssimo Correia Seabra seu sucessor. Em 2003, o General Seabra destituiu o Presidente Kumba Yalá, por ser considerado responsável pela ineficácia geral do governo perante a crise económica (O'Regan e Thompson 2013).

Com Seabra, a fragmentação das Forças Armadas agravou-se à medida que os diversos grupos a nível do exército, se alinhavam com diferentes altos oficiais militares que o assassinaram em 2004. Sucedeu-lhe então o General Batista Tagme Na Wai, cuja nomeação, foi determinada pelas chefias militares, e não pelo governo civil. Na Wai era de etnia Balanta, ligada a Kumba Yalá e tinha um posicionamento extremamente antagónico com o Presidente Nino Vieira, que havia regressado do exílio e vencido a segunda volta das eleições presidenciais de 2005, como candidato independente. Em Novembro de 2008, as tropas atacaram o palácio presidencial, tendo sido morto um soldado e o General Na Wai sobreviveu a uma "bala perdida" disparada pela segurança de Vieira contra a sua escolta de veículos (Ibidem).

Na sequência destes acontecimentos, Na Wai foi assassinado num atentado bombista no dia 1 de Março de 2009, e horas mais tarde, as tropas leais ao General Batista Tagme Na Wai

invadiram a residência presidencial, torturaram e executaram a tiro Nino Vieira. Depois da morte de Na Wai, sucedeu-lhe o Vice-Almirante José Zamora Induta, até ao dia 01 de Abril de 2010, quando o seu adjunto, o General António Indjai ordenou sem dar explicações a sua prisão e a de outros oficiais das Forças Armadas, assim como a do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr., que tinha aspirações presidenciais e declarado apoiante da facção dos rivais de Indjai nas Forças Armadas que estava a promover mudanças no sector de segurança.

António Indjai proclamou-se Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas e depois de intensa pressão e manifestações públicas, dos líderes influentes da sociedade civil interna e dos parceiros internacionais, Carlos Gomes Jr. acabou por ser libertado. Daí para adiante, os dissabores entre Indjai e Gomes Jr. se agravaram e, em Abril de 2012, o General Indjai prendeu novamente Gomes Jr., tendo o incriminado de colaborar com Angola na mobilização de várias centenas de tropas no âmbito de uma missão angolana na Guiné-Bissau, que na sua visão, destinava-se, a enfraquecer as Forças Armadas da Guiné-Bissau e se Carlos Gomes fosse eleito Presidente, afastaria Indjai, na altura Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. As facções militares adversárias foram extinguidas e expulsas, sendo que Indjai continuou a ser o indivíduo mais poderoso do país e a ter

capacidade para definir o xadrez político e civil (Davin O'Regan e Peter Thompson, 2013, pp. 6-7).

A má organização do exército, resultante da desproporção entre os diversos ramos da classe castrense, tem se reflectido na forma como os líderes guineenses são destronados como ilustra a tabela a seguir:

Nº	Nome	Mês/Ano	Patente	Etnia	Ocupação durante o assassinato
01	Ansumane Mane	11/2000	General	Mandinga	Chefe das CEMGFA
02	Veríssimo Seabra	10/2004	General	Papel	Chefe das CEMGFA
03	João B. Vieira	3/2009	General	Papel	Presidência da República
04	Tagme Na Way	1/2009	General	Balanta	Chefe das CEMGFA
05	Lamine Sanha	2010	General	Mandinga	EX-CEMGFA

Tabela 2 - Principais figuras assassinadas na Guiné-Bissau por motivos político e militar entre 1999 e 2010.

Fonte: Relatórios dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2000/2004/ 2007/ 2009/ 2010); Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa – INEP, 2010 e elaborado pelo autor.

Só em 2015 é que o Presidente José Mário Vaz nomeou pacificamente o General Biaguê Na Ntan na chefia do Estado-Maior em substituição de António Injai, esta que em termos reais foi a primeira com carácter pacífico desde 1992 neste posto, renovando uma boa parte do comando operacional, pondo de lado alguns oficiais atingidos por sanções

internacionais, daí que em julho de 2017, o exército organizou um recrutamento formal, igualmente, o primeiro desde 1992 que seleccionou organizadamente 750 jovens para o serviço militar.³⁰

Em 2008, 55% dos soldados tinham mais de 40 anos e em 2016, alguns tinham mais de 80, ainda assim, a maioria dos soldados preferiu continuar nas fileiras militares, uma vez que as reformas, parecem ter agravado as suas dificuldades, um processo que passou a ser visto como arbitrário, excludente, vingativo, partidário e injusto, prejudicando assim, injustificadamente, os interesses de um grupo em benefício de outro (Relatório da UNIOGBIS e do ISS, de Março de 2017 a janeiro de 2018).

Por isso, as várias tentativas de reformar o exército guineense, nem sempre foram bem-sucedidas, como demonstra a tabela que se segue:

Ano	Actividade
1973	Atribuir subsídios e concessão de pensões
1979	Reformar o exército através do modelo de um exército clássico
1985	Modernizar o exército de acordo com uma estrutura ocidental
1991	Ajustar o orçamento e reduzir os efectivos das Forças Armadas

³⁰ (UNIOGBIS e ISS) Março de 2017 a janeiro de 2018.

1998 – 1999	Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos antigos combatentes (PDRRI)
2005	Introdução do Projecto de Reforma do Sector da Defesa e Segurança (RSDS)
2006	Reestruturação estratégia e Modernização do Sector de Defesa e Segurança
2008	A UE planifica a implementação da estratégia da RSDS
2010	Decreto de criação de Fundo de Pensão Especial das FDS
2015 Març o e Abril	Apresentação do plano quinquenal de 270 milhões de dólares para o sector da Defesa e Decreto-Lei sobre o funcionamento do fundo de pensão especial

Tabela 3 - Principais iniciativas no sector da Defesa e Segurança para a Guiné-Bissau.

Fonte: (UNIOGBIS e ISS) Março de 2017 a Janeiro de 2018. Elaborada pelo Autor.

Como diz Pintinho (2015), a Lei do Serviço Militar Obrigatório nunca foi aplicada pois as exigências da selecção para o ingresso exigiam a formação académica, a 11ª classe como requisito mínimo o que não tem sido cumprido:

«O serviço efectivo normal tem a duração de 24 meses, finda a qual estes efectivos devem ser levados ao quadro da disponibilidade, processo esse que na maioria dos casos não é observado e, como

consequência, leva ao aumento de números de efectivos militares ... a forte resistência à inovação tem sido observada no seio das Forças Armadas, possivelmente devido à má organização do processo de desmobilização, proporcionou a manutenção dos efectivos militares constituídos por veteranos da Guerra de Libertação Nacional, que não coadunam a visão da conjuntura militar actual com as aspirações pessoais, associado à baixa formação académica e à necessidade de manutenção de cargos, inviabiliza a sua reinserção condigna e a incorporação de novos efectivos militares» (Pintinho, 2015, pp. 80-81).

É por isso que para muitos militares, permanecer no exército, é ser autodeterminado, sobretudo do ponto de vista económico e de afirmação social e, as tentativas de reestruturação do exército suscitaram ainda mais tensões do que resolução.

Como afirma Carvalho (2014, p.9):

Na verdade existe na Guiné-Bissau, um poder real (militar), que não se subordina ao poder civil, não se submete à lei e a justiça e contra o qual, não se instaura o devido processo legal, para julgar e punir os arbítrios cometidos. Somos obrigados a aceitar, que o princípio da legalidade na Guiné-Bissau é uma garantia formal, mas não de facto. Na prática, vigora a *rule of men and not of law*.³¹

O Artigo 20º, da Constituição guineense diz:

«1- As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço

³¹*Rule of men and not of law* (supremacia de homens e não da lei), tradução feita pela autora.

do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação, incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública. 2- É dever cívico e de honra dos membros das FARP participar activamente nas tarefas da reconstrução nacional. 3- As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei. 4 - As FARP são apartidárias e os seus elementos, no activo, não podem exercer qualquer actividade política. Artigo 21º 1- As forças de segurança têm por função defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e são apartidárias, não podendo os seus elementos, no activo, exercer qualquer actividade política. 2- As medidas de polícia são só as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário. 3- A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só se pode fazer com observância das regras previstas na lei e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.»³²

Embora a constituição seja bem clara quanto às funções e limitações dos militares, estes nem sempre cumprem com o estatuído pela constituição, confundindo muitas vezes o seu papel, intervindo inclusive nas questões dos serviços de segurança e ordem no país, o que acaba por em desentendimentos entre os dois grupos.

É a partir deste quadro que se deve compreender as dificuldades que os militares criam naquele país, quando são

³² Constituição da RGB 1996.

propostas ideias reformistas dos militares, da alta classe castrense, cria ameaça à estabilidade política, colocando em causa o processo da construção do Estado-Nação. Infelizmente o povo guineense tem sido martirizado, principalmente pela forma como tem aguentado o sofrimento e sacrifício dos últimos trinta anos.



A Questão do Narcotráfico na Guiné-Bissau

Nos anos 1990, fruto das crises políticas e orçamentais do Estado guineense os militares estavam entregues aos caprichos e influência dos oficiais, controlavam o acesso aos recursos alternativos, pilhagens e tráfico de droga.³³

Em Abril de 2007, o director da Polícia Judiciária, Orlando António Silva depois de ter sido elogiado internacionalmente com o seu trabalho contra os barões da droga, foi exonerado e os 670 quilos de cocaína da apreensão que estavam em sua posse, desapareceram. Os serviços secretos ocidentais neste período disseram que todas as noites, chegavam à Guiné-Bissau 800 quilos de cocaína em aviões que atravessam o Atlântico, passando pela Guiné-Bissau, com destino à Europa.³⁴

A Guiné-Bissau está a transformar-se num narcoestado e o que preocupa mais a comunidade internacional é a impunidade dos narcotraficantes. Um exemplo foi o episódio que aconteceu em 2013, em que Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, apreendeu quase 700 quilos de cocaína, avaliados quase a 60 milhões de Euros, detendo igualmente dois colombianos Juan Carlos Teran Figuera e Pedro Marin Vega

³³ Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau. Relatório África n°183 23 de Janeiro de 2012.

³⁴ Conversa ao telefone com Aladje Balde, responsável da organização não governamental Plan International ao Jornal de Angola.

e um capitão, Rui Na Flak, membro do gabinete do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Tagma Na Waie que, de seguida foram libertados e desapareceram. Apesar das investigações envolvendo trocas de acusações entre o Juiz Gabriel Djedjo e o Procurador Geral da República, Fernando Jorge Ribeiro, o que se sabe é que a cocaína desapareceu, porém, ficaram expostas as ligações dos militares ao tráfico de droga. Dias depois, o chefe do Estado-Maior da Armada, Bubo Na Tchuto, reconheceu que havia pessoas no poder envolvidas no tráfico, "é triste, mas é a verdade. Há pessoas a enriquecerem-se de um dia para o outro, nenhuma delas se coíbe de exibir novos carros, novas casas ou dinheiro que trazem nos bolsos", fruto dessas práticas ilegais, legitimada pelos dirigentes do país. Essa acusação na altura, abrangia membros do Governo e familiares do Presidente Nino Vieira.³⁵

Entre 2005 e 2013, foram apreendidas, cerca de 4.362 quilograma de cocaína, (entre outros números que não foram revelados por falta de provas), envolvendo altas patentes do exército guineense. Essa droga tinha vários pontos de origem e destinos, onde a Guiné-Bissau era apenas um centro giratório. Há inclusive, relatos de um avião vindo da Venezuela em 2013 que, fez uma aterragem ilegal, num hangar militar do aeroporto de Bissau. Posteriormente

³⁵ Disponível em <https://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/guine-bissau-a-beira-de-ser-vista-como-um-narcoestado-660573.html>. Acessado em 12/07/2019.

uma inspeção no avião com cães farejadores de droga, descobriu que haveria cerca de 500 a 600 kg de cocaína a bordo. Os pilotos na altura, afirmaram que transportavam medicamentos destinados às Forças Armadas, mas um oficial do Exército declarou que, a cocaína descoberta no avião, pertencia ao Chefe do Estado-Maior (O'Regan e Thompson 2013).

“O tráfico de droga é um perigo particularmente desestabilizador para o país. O laxismo na aplicação das leis, a permeabilidade das autoridades à corrupção e a escassez dos recursos disponíveis para a luta contra o mal, fazem desta problemática um novo flagelo altamente nocivo para o corpo social, dentro do qual introduz novas divisões e novos conflitos” (Voz di paz 2010, s/p).

Em Março de 2010, o General Indjai reconheceu o seu envolvimento na aterragem de um avião, dos dois registados que, transportaram remessas distintas de 750 toneladas de cocaína que aterraram nas pistas improvisadas, defendidas por soldados seus.³⁶

Sem infraestruturas adequadas, sem instituições a funcionarem legalmente, sem recursos, com fragilidade administrativa e vastas zonas abandonadas, a Guiné-Bissau

³⁶ CARVALHO, António Luvualu de, (2013), Guiné-Bissau Narco-Estado falhado. Jornal de Angola-15.4.2013.

oferece condições ideais, aos traficantes de cocaína, da América Latina para a Europa, uma vez que a polícia guineense, carece dos mais elementares meios para actuarem, como armas, algemas, carros, recorrendo algumas vezes à táxis nas suas operações, falta de barcos para vigiar as costas. Os aviões aterram em pistas de terra batida controladas pelos barões da droga.³⁷

Aproveitando-se da instabilidade e fragilidade, as redes de tráfico cooptaram alguns líderes políticos e militares relevantes e transformaram a Guiné-Bissau num local giratório do tráfico que movimentava milhares de milhões de dólares e contribuiu directamente para a instabilidade do país (Relatório Especial do CEEA Nº 2, Junho de 2013).

O Plano Operacional Nacional para o Combate ao Tráfico de Drogas, Crime Organizado e Abuso de Drogas na Guiné-Bissau de 2011-2014, apontou três esferas fundamentais para se analisar a questão do tráfico: a primeira são as fracas Agências de Segurança que contribuem para tornar a Guiné-Bissau vulnerável ao tráfico ilícito transnacional. A segunda prende-se com as reformas legislativas da Justiça Criminal, direito processual, cooperação internacional de justiça criminal, pondo fim à impunidade e restaurando a confiança no sistema judiciário e, evitar que o país se torne num

³⁷ Disponível em <https://www.publico.pt/2007/08/09/jornal/guinebissau--o-primeiro--narcoestado--de-africa-225351>. Acessado em 12/07/2019.

refúgio de criminosos e recuperar os bens obtidos ilegalmente. A última esfera refere-se à relação entre o abuso de drogas e o VIH/SIDA, principalmente entre os jovens, através das drogas injectáveis com elevados riscos de infecção que torna a disseminação mais rápida.

O escritório da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) estima que cerca de 21 toneladas de cocaína transitam pelo país em cada ano, apenas como ponto de passagem, sendo que o lucro resultante nos países consumidores atinge mais de 1 bilhão de dólares americanos, o que supera o Produto Interno Bruto da Guiné-Bissau, avaliado em 825 milhões de dólares em 2013.³⁸

Em Dezembro de 2012 o Secretário-Geral da ONU Ban ki Mom, afirmou que centenas de quilogramas de cocaína entravam na Guiné-Bissau todas as semanas, envolvendo figuras de relevo guineense, como o Contra-Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, que chefiou a Marinha duas vezes, e o General Ibraima Papa Camará, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. E em Abril de 2013, Na Tchuto foi preso por autoridades norte-americanas em águas internacionais, depois de uma operação secreta de sete meses, com provas do transbordo de quatro toneladas de cocaína para a Guiné-Bissau e, depois para os Estados Unidos e Europa, onde Na

³⁸ O Mercado Transatlântico da Cocaína, Abril de 2011 e do UNODC, baseado no Relatório Mundial de Drogas de 2010.

Tchuto teria uma comissão que ascendia 1 milhão de dólares por tonelada, numa remessa de uniformes militares enviada da Colômbia para a Guiné-Bissau num avião que em seguida voltaria para a Colômbia com armamentos sofisticados, adquiridos pelas Forças Armadas da Guiné-Bissau, esse evento foi gravado por agentes secretos da polícia norte-americana, envolvendo o General António Indjai e quatro outros militares de alta patente.

A detenção de Bubu na Tchutu e de outros envolvidos, parece não ter assustado os líderes guineenses, pois ainda há relatos de dirigentes envolvidos com o tráfico, inclusive o general António Indjai, foi igualmente indiciado, porém foi alertado para não ir ao encontro dos supostos traficantes, que eram americanos disfarçados para o prenderem. A que tudo indica, as autoridades guineenses não estão tão afincadas na luta contra o tráfico, pois todas as operações de apreensões em grandes quantidades, têm sido lideradas quase exclusivamente pelos Estados Unidos, por uma questão de interesse nacional norte-americano em particular e, não uma iniciativa dos dirigentes guineenses.

Coincidência ou não em 2012, o General Indjai iniciou a construção de uma nova propriedade próxima da sua aldeia natal, que inclui uma pista de aterragem privada,

presumindo-se que era para melhor gerir, proteger e ocultar remessas de droga.³⁹

³⁹ Plano Operacional Nacional para o Combate ao Tráfico de Drogas, Crime Organizado e Abuso de Drogas na Guiné-Bissau de 2011-2014.

Será a Guiné-Bissau um Estado Falhado?

De acordo com Susan (2004), este conceito é vazio e transformou-se num rótulo abrangente, para uma análise cuidadosa de suas causas ou consequências e por isso mesmo é "vulnerável". Já Jonathan (2008) diz que são "definições vagas e imprecisas" e sustém que as variações na capacidade estatal constituem factores que fomentam o referido carácter vago. Em sentido análogo, Volker Boege, Anne Brown, Kevin Clements e Anna Nolan (2009) dizem que as definições de "Estado falhado" são distintas, vagas e obscuras uma vez que a dificuldade de estabelecer um conceito consensual de "Estado Falhado" passa de uma contingência específica, por ser um fenómeno complexo, variando em todo tipo.

Os autores atribuem o termo '*positive sovereignty*' (soberania positiva), os que actuam na esfera internacional livre de qualquer intervenção internacional, e os que conquistaram a sua liberdade mas não alcançaram o grau de desenvolvimento desejado, não possuem as mesmas condições para exercerem responsavelmente a sua soberania e por isso, não possuem requisitos necessários, como legitimidade, para exercer de forma madura a sua soberania, embora tenham sido reconhecidos como Estados pela comunidade internacional, são tidos como '*negative sovereignty*' (soberania negativa).

«Os indivíduos vivem num ambiente em que, se não é exactamente um Estado de natureza hobbesiano, é algo próximo a uma operação de extorsão, na qual, aqueles que detêm cargos formais do Estado, ou ao menos aqueles com arma, criam inseguranças e incertezas que os permitem recolher o sangue e os tesouros do seu próprio povo. Em alguns países, as estruturas de autoridade entram totalmente em colapso, ou, se elas existem realmente, são conchas ocas. Os serviços, como saúde e educação, são dolorosamente inadequados. Os direitos humanos são ignorados. A infraestrutura se deteriorou. A corrupção é desenfreada, as fronteiras são desreguladas. A moeda nacional foi substituída por dólares ou outro meio de troca internacionalmente reconhecido. O PIB decaiu. A expectativa de vida diminuiu. Direitos humanos básicos são pisoteados. O crime alastra. Grupos armados operam dentro das fronteiras do Estado, mas fora do controlo do governo. A pobreza é endémica» (Krasner 2001, p.1 *apud* Monteiro 2006, p.38).

Essa afirmação de Krasner parece estar a fazer um retrato quase que fiel da Guiné-Bissau, onde a elite política e militar, com arma na mão cria instabilidade social, numa estrutura de autoridade colapsada, sem um controlo real do seu efectivo, algumas instituições caducas sem reforma desde a independência, por conseguinte os serviços de saúde e educação encontram-se precários, tal como se abordará mais adiante.

A falta de um comprometimento de facto com a pátria, faz com que surjam constantemente actos ilícitos, que maioritariamente são desencadeadas por redes transnacionais de crime organizado e violento, aproveitando a permeabilidade fronteiriça quer marítima ou terrestre que dificilmente são fiscalizadas, associado ao déficit governativo em termos reais da soberania e autoridade vulnerável (Xavier et al. 2012, p.113).

Na tentativa de identificar os elementos que convergem para o falhanço estatal, Zartman (1995) observou que boa parte dos Estados africanos está mais relacionado com as questões de cunho nacionalista do que com o fenómeno do pós-colonialismo, com destaque nas esferas políticas e económicas. Na esfera política, constatou que os conflitos nestes países resultavam da fragilização das estruturas do poder executivo, legislativo, judiciário e burocrático, da intervenção constante de movimentos opositores do governo e a incapacidade dos governos de manterem o controlo sobre a totalidade de seus territórios, restringindo-se apenas às proximidades do governo central. A nível económico, apontou a deterioração da legitimidade como a prática de uma economia que escapa ao controlo da ordem pública pré-estabelecida, tendo concluído que o colapso de alguns países africanos, resulta do incumprimento das funções intrínsecas do Estado, e

consequentemente, o poder político e a boa governação são deterioradas (Zartman, 1995, pp.1-11).

Já Carvalho (2016) faz a combinação de quatro critérios para o falhanço do Estado: o primeiro diz respeito a inexistência do governo ou o governo existente revelar-se incapaz de cumprir as obrigações internacionais do Estado. O segundo critério prende-se com o facto de que o governo existente é incapaz de prover a ordem pública básica sobre o território do Estado ou sobre a maior parte deste território. O terceiro refere-se àqueles casos, em que a ordem pública do Estado circunstancialmente colapsou de tal forma que a segurança pessoal se encontra severamente comprometida em maior parte das actividades do país. Já o quarto prende-se aos fenómenos naturais ou sociais, como a seca, desertificação, fome, crise política, conflitos militares, sublevações, etc. reflectindo-se na vida dos seus cidadãos, cujas soluções são duvidosas, procurando constantemente ajudas internacionais e parceiros para que se tomem medidas convencionais, promovidas por legisladores locais ou internacionais (Carvalho 2016 *apud* Grant 2004, p. 52).

A discussão sobre “Estado falhado” pode ser analisada em três grupos: os que reconhecem o fenómeno e o trabalham sob a perspectiva dos efeitos negativos que agridem o sistema internacional e os indivíduos (Krasner, 1999, 2004; Rotberg, 2003); os que acreditam que o conceito é uma

construção de um grupo específico de países e organizações internacionais com o objectivo de justificar o emprego de determinadas medidas (Bilgin e Morton, 2002; Pureza, 2006; Pureza et al, 2007) e os que criticam o emprego dos termos frágil, falhado e colapsado (Boege et al, 2009b; Hill, 2007), por adotar um modelo de Estado ocidental e não respeitar as particularidades históricas locais, fazendo simplesmente uma leitura “Norte-Sul” (Carvalho, 2016).

Nesta perspectiva, entende-se que os estudos relacionados com o falhanço estatal, estão longe de alcançar consenso, entre os epistemológicos que escrevem sobre o assunto, porque existem vários elementos que podem ou não serem incluídos, quando se analisa o fenómeno. Porém o caso em estudo deu indicadores valiosos e práticos, em aspectos comuns e recorrentes na Guiné-Bissau como a corrupção, pobreza, enfraquecendo as estruturas administrativas do Estado, violação e descontrolo das suas fronteiras por traficantes e outros grupos armados, incapacidade governativa na gestão do Estado, violação dos direitos humanos, sem expectativas de vida da população, descrédito nos líderes, economia decadente afectando o próprio PIB, causando uma inflação generalizada.

Em 2009, o PNUD analisou os índices mais utilizados para mensurar a fragilidade estatal, embora reconheça a inexistência de um conceito comum sobre o assunto e, apresentou como definição de fragilidade estatal, “quando

um país sofre de uma fraqueza ou falência num ou vários atributos centrais do Estado, tais como sua efectividade em prover serviços aos cidadãos, falta de monopólio legítimo do uso da violência e a sua legitimidade, nos sectores da segurança, economia, política sociocultural e ambiental”.

Para o antigo presidente dos EUA, George W. Bush não se trata de um acontecimento recente, pelo contrário, o fenómeno remonta ao início dos anos 1990, coincidindo com o final da Guerra Fria, mas sob outro rótulo de Estados renegados ou párias que brutalizam o seu próprio povo e desperdiçam os seus próprios recursos nacionais em benefício pessoal dos governantes ou dos parceiros internacionais, violando totalmente os tratados internacionais dos quais são signatários, determinados em adquirir armas e outras tecnologias militares de destruição em massa de maneira agressiva, rejeitando os valores humanos básicos do seu próprio país (*White House*, 2002, p.14).

Com a esperança de vida abaixo dos 45 anos e um rendimento *per capita* que não chega aos 740 dólares, uma corrupção estrutural dos políticos e militares com vulnerabilidade das suas fronteiras, constantemente violadas e invadidas, funcionando como rota de toda espécie de tráfico, a Guiné-Bissau é um país frágil. Apesar de independente, a Guiné-Bissau parece não estar em

condições de exercer responsabilmente a sua soberania com legitimidade, estando numa *'negative sovereignty'* (soberania negativa) (Nolan, 2009).

Outro exemplo é o Tribunal Supremo e a Procuradoria Geral da República, que funcionam num edifício arrendado sem as mínimas condições de uma Corte Suprema. Nos anos 90, o governo decidiu instalar os Tribunais de Sector, para resolverem as pequenas litigâncias, porém, neste momento cerca de metade destes tribunais, encontram-se encerrados porque os edifícios onde funcionavam estão em avançado estado de degradação. Tratam-se dos Tribunais de Sector do III e IV Juízos, ambos com sede em Bissau, e os Tribunais de Sector de Contuboel, Cossé, Pirada, Bolama, Bubaque, Cátio, Cacheu, Mansôa, São Domingos, Ingoré e Fulacunda.⁴⁰

A Guiné-Bissau procurou reformas legais, pedindo ajuda a países como Angola, Portugal, França, Espanha, Nigéria e, instituições internacionais como a ONU, EU, CPLP, UA e CEDEAO, depois de ter atingido níveis deploráveis, com o incumprimento da Lei Magna do país, descrédito das instituições do Estado, sem garantia dos serviços fundamentais e de assistência à população, dentre outros casos.

⁴⁰ Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, 2010-2012. Disponível em http://inee-assets.s3.amazonaws.com/resources/relatorioLGDH-Completo_15Jan. Acedido em 23/05/2019.

A partir destes elementos, catalogados quer por via epistemológica, através da análise bibliográfica, documental quer a nível das organizações e autores que fizeram abordagens sobre “Estados falhado”, compreende-se que a Guiné-Bissau, é um estado falhado, narcotraficante ou em via de falir, se não se tomarem medidas reais para se estancar essa cultura violenta no país.



A Política Externa Angolana para a África Subsaariana

Com base na Lei Constitucional angolana que vigorou a partir de 11 de Novembro de 1975 a 1990, cabia à Assembleia do Povo, presidida pelo chefe de Estado, ratificar os tratados internacionais, decidir sobre a política interna e externa do Estado, eleger e exonerar os embaixadores e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros.⁴¹

A República Popular de Angola (RPA) procurou entre 1975 e 1991, através da sua política externa, superar as questões de ordem interna, mantendo alianças com os países socialistas, em termos económicos priorizou os países socialistas e não-alinhados ⁴² para efectuar o comércio externo.⁴³

Para Silva (2012), no que respeita aos países ocidentais, o Estado angolano considerou duas categorias de países. A primeira constituída por aqueles Estados que, durante a guerra pela independência, não apoiaram o MPLA, nem a sua luta pela independência política de Angola e a segunda

⁴¹ Lei Constitucional da República de Angola, 11 de novembro de 1975.

⁴² Países não alinhados são aqueles que, durante a guerra fria, não tinham nenhum compromisso formal quer com o bloco socialista assim como o capitalista. A sua primeira conferência ocorreu em Bandung (Indonésia), no ano de 1955, na qual participaram 23 países asiáticos e seis africanos, com destaque para a Índia, Egito, Indonésia e Paquistão, com o interesse de encontrar caminhos para o desenvolvimento económico, de forma a superar as imensas desigualdades sociais existentes entre a população. A oficialização deste movimento aconteceu em 1961, na cidade de Belgrado, na Iugoslávia. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$movimento-dos-paises-nao-alinhados](https://www.infopedia.pt/$movimento-dos-paises-nao-alinhados). Acessado em 19/05/2020

⁴³ Relatório do comité central ao 1.º congresso do MPLA. Lisboa: Edições Avante, 1978, pp.76-77.

categoria, estavam os países ocidentais que compreenderam a razão da luta do MPLA.

Do ponto de vista político, o Estado angolano empreendeu uma luta pela afirmação da sua independência, igualdade de direitos com relação aos outros Estados, segurança, paz e coexistência pacífica, cooperação mutuamente vantajosa na base da igualdade e respeito mútuo e defesa dos Direitos Humanos. Economicamente a política externa de Angola assenta num modelo de relações mais justas e livres de protecionismos (Sita, 2017, pp. 73-74).

Marcum (1987) afirma que, entre 1975 e 1988 a política externa angolana foi fundamentada na tentativa de transformação da ordem regional como forma de aumentar as chances de sobrevivência do Estado e do regime. Essa estratégia possibilitou a construção de um ambiente regional gradualmente favorável à unidade estatal e integridade territorial angolana, tendo ideologicamente relevância na solidariedade pan-africana e revolucionária com os Países de Linha de Frente (PLF)⁴⁴ e a articulação da Southern African Development Coordination Conference (SADCC), com

⁴⁴ "*Países da Linha da Frente*", criados em Abril de 1977, por cinco países africanos e seus respectivos presidentes nomeadamente: Agostinho Neto, de Angola, Samôra Marchel, de Moçambique, Seretse Khana, do Botswana, Julius Nyerere, da Tanzânia e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, para combater ações políticas e militares desencadeadas pelo regime do Apartheid da África do Sul. Disponível em <https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Pa%C3%ADses-Da-Linha-Da-Frente/39347404.html>. Acessado em 19/05/2020.

suporte nas políticas de fortalecimento da capacidade do Estado em termos militares e a garantia de amparo constante em forças, assessorias e equipamentos de aliados extrarregionais, em todos os cenários territoriais, como forma de assegurar a sua sobrevivência.

De acordo com Hodges (2004), após a morte de Agostinho Neto a 10 de Setembro de 1979, o seu sucessor José Eduardo dos Santos que, carregava maiores vínculos pessoais com o bloco comunista, procurou centralizar o processo decisório de política externa, ao estabelecer em 1984 um Conselho de Defesa e Segurança que se tornou o órgão mais alto de tomada de decisão do país, com o aumento da centralidade do poder por um grupo fechado e próximo ao presidente no processo de definição da política externa.

Em 1989, com o fim da Guerra Fria, o país experimentava a dura fragmentação dos seus principais apoiadores, como a URSS e países do Leste europeu, o "isolamento" de Cuba, o descrédito do Comunismo e de quase todas as filosofias esquerdistas, a abertura do multipartidarismo, a liberalização da economia de mercado e ascensão do capitalismo que trouxe consigo, grandes desafios para Angola de maneira simultânea.

De acordo com Bauer & Taylor (2005, p.141), no colóquio do MPLA realizado em Dezembro de 1990, o partido resignou oficialmente o marxismo-leninismo e em Maio de 1991, consolidou a reforma constitucional por pressão da UNITA e da comunidade internacional que não viu outros meios, senão anunciar em Angola, um Estado democrático e multipartidário, abrindo atalho para a democracia confirmada com a realização das eleições gerais em Setembro de 1992.

Depois de 1992, a política regional angolana focou-se, na edificação do Estado, com foco principal, nas suas fronteiras directas com a República Democrática do Congo (RDC), o Congo-Brazzaville, a Namíbia e a Zâmbia, visando a sua conservação ou alargamento e anular os movimentos da UNITA, tendo a China e os EUA como componentes basilares no sistema de construção do Estado, baseado no crescimento económico, em que o presidente José Eduardo dos Santos continuou a ser o principal articulador da política externa angolana (Khadiagala, 2001, 147).

“É a partir da mudança do sistema político e económico monopartidário para o sistema multipartidário, tendo início com as eleições em Setembro, de 1992 que apresentamos a política externa de Angola aos dias actuais. De uma política

externa nacionalista e socialista, seja em termos de desenvolvimento económico, quanto social, a política externa de Angola evoluiu de um país colonial para uma política externa com ideais socialistas iniciados com a proclamação da independência do país e ao retorno ao sistema de livre mercado em 1992” (Sita, 2017, p. 73).

Com a dissolução da estrutura marxista-leninista, o Ministério das Relações Exteriores enfrentava grandes dificuldades, com uma burocracia mal treinada e pouco eficaz, onde os militares acabaram por se forjar para a diplomacia, no sentido de se adiantarem no novo contexto da política externa, criando os “soldados-diplomatas” que adquiriram posições de embaixadores em locais importantes; tais foram os casos do General António França “Ndalú”, ex- Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) que, gozando da sua credibilidade em negociações regionais, levou-a à Nova Iorque e, Alexandre Rodrigues Kito, ex-ministro do interior de Angola para África do Sul, o General Alberto Neto Correia para o Brasil; dentre os nomes mais sonantes consta o de António Condesse de Carvalho, para os Estados Unidos da América (Malaquias 2002, 14).

A participação activa dos militares na diplomacia, foi uma estratégia de controlar a política externa angolana,

priorizando segurança estatal, com intuito de garantir segurança regional.

“Da guerra à paz e reconciliação; da emergência humanitária à reabilitação, recuperação e desenvolvimento; de um sistema de governo autoritário e unipartidário à democracia pluralista; e de uma economia de comando para outra baseada nas leis do mercado” (Hodges 2004, 199).

A partir de 2002, as características da política externa de Angola parecem indicar os interesses do país em estabelecer relações nos seguintes domínios:

“Do ponto de vista político, o Estado angolano empreendeu uma luta pela afirmação da sua independência e igualdade de direitos com outros Estados, segurança, paz, coexistência pacífica e cooperação mutuamente vantajosa na base da igualdade e respeito mútuo e defesa dos direitos humanos.

Do ponto de vista económico, a política externa de Angola persegue o estabelecimento de relações económicas internacionais mais justas, livres do proteccionismo. Esta política é o posicionamento adoptado pelo país para alcançar os seus objectivos agindo internacionalmente de acordo com sua estratégia. Diplomáticamente Angola promoveu estratégias para a captação de mais e melhor investimento estratégico, na promoção externa das potencialidades económicas e financeiras, turísticas e das exportações; criou e explorou oportunidades para as empresas angolanas e para a economia nacional com o fito de conquistar o mercado

internacional. Tudo isto é uma outra faceta da política externa de Angola no âmbito económico” (Pintinho, 2015, pp 52-53).

A Constituição da República de Angola (CRA) de 2010, quanto à política externa afirma o seguinte:

Ponto 1 do Artigo 12º: A República de Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana e estabelece relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos.

O Artigo 13º no seu ponto 1 diz que os tratados e acordos internacionais regularmente aprovados ou ratificados vigoram na ordem jurídica angolana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado angolano

Já o Artigo 121º garante que compete ao Presidente da República, no domínio das relações internacionais:

- a) Definir e dirigir a execução da política externa do Estado;
- b) Representar o Estado;
- c) Assinar e ratificar, consoante os casos, depois de aprovados, os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais;
- d) Nomear e exonerar os embaixadores e designar os enviados extraordinários;
- e) Acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros.⁴⁵

A política externa de Angola nasce de um encontro entre interesses económicos, políticos e sociais de origem variada

⁴⁵ Constituição da República de Angola aprovada pela Assembleia Nacional a 2 de Fevereiro de 2010.

do Estado e a acção diplomática ou militar, quando alargou e apostou em cooperações internacionais nos vários domínios, ao mesmo tempo que procurou a sua afirmação e reconhecimento pela comunidade internacional (Pintinho 2015).

De acordo com este autor, os pressupostos da política externa angolana estão assentes em dois pilares fundamentais: o primeiro baseia-se na constituição como foi analisado anteriormente e a seguir, nas agendas governamentais, visando promover a imagem de Angola no exterior e fortalecer o seu poderio a nível da região subsaariana.

Em política externa, os principais interesses de que o Estado é responsável são os que implicam a sobrevivência da nação, mas logo em seguida, vem a satisfação e a protecção dos seus interesses económicos⁴⁶

Para Freire (2001), a política externa não é um assunto fácil de se processar ou se implantar, por não ser igualmente um processo linear, podendo variar de modelos teóricos “[...] não tem lugar de forma isolada, revelando o carácter constitutivo das dimensões interna e externa que acompanham todo o processo” passando por acordos, cooperação aplicados e articulados de formas variadas (Freire, 2001, p.11).

⁴⁶Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba>. Acessado em 06/02/2019.

A Política Externa Angolana para a Região dos Grandes Lagos

A política externa de Angola não está confinada a uma única região, nem restrita a uma única dimensão, ela tem por prioridade a África Austral e Central, dando maior atenção aos seus vizinhos, procurando pautar por uma actuação objectiva em eventos tendentes à consolidação do entendimento e cooperação entre as nações bem como à preservação da paz, da estabilidade e da segurança internacionais (Miranda, 2018).

Por fazer parte das duas regiões, Angola tem sido, de forma directa ou indirecta, um elemento volátil, no quadro das suas relações em ambas regiões, no que tange à resolução de conflitos.

A diplomacia Angolana tem-se destacado neste particular, com o seu empenho nas resoluções dos conflitos, desempenhando um papel fulcral na região subsaariana. Embora “em política não haja amigos nem fronteiras, mas sim, jogos de interesses de Estados, para Angola a geometria transfronteiriça a Norte é complexa e potencialmente perigosa para a segurança de Angola” (Bernardino, 2013, p.401).

“Angola privilegia-se da geoestratégia e da geopolítica da região dos Grandes Lagos, não

esquecendo que é um dos poucos países que pertence à região da África Austral e dos Grandes Lagos. Angola, pelas suas características, apresenta as melhores condições para assegurar as divergências e o bom andamento político dos Estados na região dos Grandes Lagos” (Sita, 2017, p. 89).

Esta foi a estratégia encontrada e tracejada por Angola, para proteger o seu território nacional, enquanto indagava e ensaiava a estabilidade com os demais Estados, principalmente com a RDC, passando a conter o alastramento do seu conflito, porquanto teoricamente, quem sujeitasse diplomaticamente a RDC teria pouca complicação de controlar boa parte da Região dos Grandes Lagos. É assim que Angola não tem medido esforços em levar a paz e a estabilidade à região dos Grandes Lagos, sobretudo na pacificação dos conflitos da RDC, do Ruanda e Uganda. A diplomacia angolana nesta região, visa a estabilidade de cada um dos países membros, contribuindo decisivamente, para a definição de uma estratégia que impulsiona o processo de pacificação daqueles países, em consonância com a SADC (José, 2011).

Na sequência destas contribuições, no mês de Março de 2017 em Bruxelas, a União Europeia elogiou em especial, a liderança de Angola na Presidência da Conferência

Internacional para a Região dos Grandes Lagos e Vice-Presidente do Órgão para a Política, Defesa e Segurança da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).⁴⁷

Depois da recente minicimeira, realizada no mês de Maio de 2019, na cidade de N'Sele, arredores de Kinshasa (RDC), os Chefes de Estado de Angola, Ruanda e a RDC procuraram analisar questões relativas à Segurança, não em toda a região dos Grandes Lagos mas nas fronteiras entre o Ruanda, o Uganda e a RDC. De seguida, outra cimeira quadripartida com os chefes de Estado João Lourenço (Angola), Félix Tshisekedi (RDC), Paul Kagame (Rwanda) e Yoweri Museveni (Uganda), ocorreu em Luanda no dia 11 de Julho de 2019, visando traçar etapas para solucionar os problemas que a sub-região dos Grandes Lagos enfrenta.⁴⁸

A resolução dos diferendos entre os respectivos países, passará ser feita por meios pacíficos, através de canais convencionais e no espírito de irmandade e solidariedade africanas, com o apoio de Angola e da RDC. Apesar de não se tratar de uma resolução contígua, pelo menos a convicção de que muitos dos dilemas concretos que a sub-região vive, conhecerão dias melhores.⁴⁹

⁴⁷Terceira Reunião Ministerial Angola-União Europeia. Comunicado conjunto. Bruxelas, 07 de março de 2017.

⁴⁸ Jornal de Angola (12.07.2019, p. 02)

⁴⁹ Disponível em: <http://noticias/politica/chefe-de-estado-augura-estabilidade-na-regiao-dos-grandes-lagos> .Acessado em 12/07/2019.

Nesta sequência, a 21 de Agosto de 2019, Angola certificou o seu papel de pacificador na Região dos Grandes Lagos, ao mediar as negociações entre Ruanda e Uganda, através de contactos desenvolvidos a nível de equipas técnicas e ministeriais, colocando na mesma mesa de conversação os Presidentes Paul Kagamé e Yoweri Museveni, em que ambos os presidentes elogiaram o papel de Angola envolvendo a RDC e testemunhado pelo Presidente Denis Sasso Nguessou da República do Congo, na qualidade de Presidente da Conferência dos Países dos Grandes Lagos.

Esta cimeira foi vista como oportunidade a abraçar com coragem e um grande exemplo de se resolverem todas as diferenças, receios, disputas e conflitos pela via do diálogo. Foi igualmente o resultado tangível das decisões saídas da “minicimeira de N'Sele” que se comprometeu a solucionar os problemas da região dos Grandes Lagos, em que Paul Kagame chamou “conselhos sábios” aos Presidentes João Lourenço e Félix Tshisekedi, ao afirmarem que o mais importante é honrar o compromisso assinado em Luanda, pois os desentendimentos são comuns em “países vizinhos, com laços ancestrais de profunda irmandade”. Assim, cada um deverá abster-se de actividades que lesem os interesses económicos, socioculturais ou mesmo de segurança nacional de ambos os países.⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-fortalece-posi%C3%A7%C3%A3o-de-mediador-na-%C3%A1frica-central-com-acordo-entre-ruanda-e-uganda/5051384.html>. Acessado em 12/08/2019.

«O mérito desta conquista é dos dois homólogos por terem compreendido e sido movidos pelo sentimento de que os benefícios deste passo, são para os povos e as economias dos países que dirigem, pois na qualidade de grandes estadistas tiveram esta visão, porque a África e o mundo acompanham com interesse e ansiedade o desfecho de um processo considerado histórico. Colocou-se uma pedra sobre algo que a todos preocupava, atinente ao relacionamento entre dois países irmãos.»⁵¹

Assim, Angola tem empreendido vários esforços em defesa dos seus interesses, enfrentado enormes problemas, fundamentalmente na vasta fronteira com a RDC que, actualmente se apresenta como fulcro dos conflitos na região dos Grandes Lagos, pois a estabilidade desta região permite igualmente a estabilidade de Angola, além da certificação da questão de segurança e interesse em aumentar a sua influência regional (Miranda, 2018).

⁵¹ Disponível em: <https://africa21digital.com/2019/08/21/uganda-e-ruanda-assinam-em-luanda-acordo-que-poe-fim-a-acusacoes-mutuas/>. Acessado em 12/08/2019.



A Política Externa Angolana para a Região da África Austral

Angola faz parte da SADC e, esta tem objectivos próprios aos objectivos nacionais de cada estado membro. Um dos objectivos da SADC prevê a livre circulação de bens e a abertura dos mercados. Não constitui um objectivo benéfico para Angola assim como para determinados Estados que têm uma economia ainda em ascensão (Sita, 2017, p.77).

Quanto à África Austral, Angola adoptou uma diplomacia pacífica com os seus membros e tem feito quase tudo para os conflitos residuais que os apoquentam, não atinjam as suas fronteiras, daí desempenhar um papel peculiar como mediador na resolução destes conflitos.

Os políticos definem a política externa regional, buscando concretizar os seus projectos políticos sem responderem às pressões domésticas e externas das capacidades estatais disponíveis. Apesar de indicar um interesse em assumir um papel de liderança na região austral, Angola não pretende efectuar mudanças radicais na ordem sistémica, em termos formais, mas reforçar a identidade e a acção dos Estados africanos, no quadro das organizações regionais ou

internacionais, em manutenção da paz, sistemas de cooperação militar e de segurança colectiva (José, 2011).

De acordo com Van-Dúnem (2014), foi durante a presidência angolana no Órgão de Política, Defesa e Segurança que, a SADC começou a gerir as crises na região Austral, com maior dinamismo relativamente às questões de resolução de conflitos, criando brigadas regionais para a formação da Força Africana em Junho de 2010, com uma relação pacífica em termos de geopolítica, funcionando como elemento de ligação entre a região Austral e Central.

Angola tem participado activamente na SADC, com a sua linha de actuação e definição das prioridades na região, para a afirmação de uma solução articulada dos problemas de segurança e defesa, na possibilidade de se fortalecer e desenvolver como potência regional num tabuleiro que lhe confere um conjunto de oportunidades e garantias de desenvolvimento e fluidez diplomáticas, fundamentalmente a partir de 2010, através de treino militar operacional regular da SADC, tal como aconteceu no exercício militar *Dolphin*, contribuindo com mais de 500 efectivos das FAA, da Polícia Nacional e a componente civil (Bernardino, 2013).

Ainda é cedo para avaliar se os interesses de Angola na ordem regional serão ou não modificados e se o seu ímpeto será mantido ou expandido, à medida que haja desenvolvimento económico e estabilização política interna.

Embora a tendência de Angola seja actuar de forma mais activa na região no futuro, o seu alinhamento possivelmente colaborará com a manutenção do status quo, com reformas pontuais. ⁵²

⁵² Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais v.4, n.7, Jan./Jun. 2015

Relação entre Angola e Guiné-Bissau

Herbert (2012,p.36) aconselha-nos, a analisar o relacionamento entre a Guiné-Bissau e Angola, identificando três períodos: o primeiro ocorre durante a presidência de Luís Cabral, nos primórdios da independência da Guiné-Bissau, em que as relações entre Luanda e Bissau viveram os momentos brilhantes, com a solidariedade histórica da luta anti-imperialista da ocasião, em que a Bissau desembargou, para Angola os reconhecidos guerreiros do seu comando "*Abel Djassi*", municiadores de famosos mísseis "*Strela*" que conseguiram fazer frente à supremacia aérea do exército colonial na fase derradeira da luta pela libertação que deu vantagem aos Angolanos.

O segundo refere-se, ao que se seguiu ao golpe de Estado a 14 de Novembro de 1980. Na ocasião, Luanda condenou e criticou automaticamente a atitude de Nino Vieira. Na década de 90, em pleno clímax do conflito angolano, a Guiné-Bissau tenta aproximar-se às ideologias da UNITA, aproveitando o facto de ser Membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, (1996/1997) quebrando os antigos laços de solidariedade com Luanda. Com o derrube de Nino Vieira do poder (1998/99), liderado por Ansumane Mané, Luanda achou que era a oportunidade para se recuperar a postura anterior da diplomacia angolana. Ironia ou não, foi com o regresso de Nino Vieira ao poder nas

eleições de 2005 que, Luanda relança os contactos e ensaia a reaproximação à Guiné-Bissau. O terceiro período inaugura-se a 08 de Janeiro 2011, num Programa de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança, consolidada no dia 21 de Março de 2011, com a instalação da Missão Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG) (Ibidem).



Acordos de Cooperação entre Angola e a Guiné-Bissau para a RSS

No dia 10 de Abril de 2010, o jornal “*Expresso*” afirmava que Angola havia feito uma chamada de atenção e convencer às autoridades guineenses no sentido, de se criarem condições fundamentais, que garantissem o investimento angolano, sem quaisquer constrangimentos, uma vez que Angola já havia projectado para aquele país, um investimento bilionário e não queria perder esse investimento de maneira alguma, tais como a construção do porto de Buba que tinha sido adjudicada a uma empresa angolana, com um valor a oscilar entre os 500 e 700 milhões de USD, sendo que nos primeiros cinco anos de contrato, 60 mil toneladas minerais seriam recebidas regularmente de navios angolanos e, numa segunda fase atingiriam as mais de 240 mil toneladas.

Neste contexto, em declaração ao Jornal de Angola, Georges Chikoti afirmou que, esta cooperação teria maior impulso a partir de Janeiro de 2012, altura em que uma missão de Angola iria para Bissau implementar o intercâmbio económico com a exploração de bauxite, principal minério de alumínio e, uma linha de crédito avaliada em 25 milhões de dólares americanos que permitiria às empresas angolanas (*Bauxite Angola e outras*) implementar vários projectos na Guiné-Bissau. Entretanto, para que tal aconteça, era necessário a criação de condições políticas, sociais e de

segurança bem como acelerar a cooperação no sector da defesa e segurança com a reabilitação de alguns quartéis militares da Guiné-Bissau.⁵³

Esses acordos teriam o seu desdobramento em três áreas fundamentais: a primeira seria um investimento angolano, dirigido especialmente à exploração dos recursos naturais, como o petróleo, bauxite e outras riquezas do subsolo e, em infraestrutura, que facilitassem o escoamento dos produtos explorados, orçados em USD 400 milhões, entretanto não se materializou. A segunda visava o apoio orçamental àquele país, dirigido essencialmente ao Estado e não seria entregue de forma directa, mas sim, através da concepção de crédito bancário e outros financiamentos para a banca com um orçamento de USD 30 milhões, destacando-se o pagamento de salário dos militares guineenses por parte do governo angolano. Finalmente a terceira área apontava para a atribuição de linhas de crédito, essencialmente para as pequenas e médias empresas da Guiné-Bissau, num valor estimado em 10 milhões de USD, com intuito de se investir na produção tradicional da castanha, caju, e óleo de palma, produtos muito rentáveis na região, um investimento que previa a oportunidade de gerar lucros, principalmente para o sector primário (Pintinho, 2015).

⁵³ Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/mundo/uniao-africana-preocupada-com-forca-de-interposicao>. Acessado em 13/11/2018.

Entretanto para que todos estes projectos fossem concretizados, era necessário que se garantisse que não havia seguramente ameaça, nem perigo para tais empreendimentos. É aqui onde aparece a ideia de se estabelecer uma Missão Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), composta por uma equipa técnica e militar para reformar o exército e redimensionar o sector da defesa e segurança na Guiné-Bissau que, historicamente tem sido um obstáculo para o progresso do país, de maneira a garantir-se que, tudo estava alinhado para se arrancar com o tão gigantesco projecto.

Feito isso a 08 de Janeiro de 2011, o então secretário de Estado das Relações Exteriores de Angola, Manuel Augusto, chefiava uma delegação multisectorial de visita à Guiné-Bissau, composta pelo vice-ministro da Defesa para os Recursos Materiais e Infra-Estruturas, Salviano Cerqueira bem como altos funcionários e oficiais dos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa Nacional e do Interior. Na época, Manuel Augusto, anunciou que em Novembro daquele mesmo ano, se iniciaria a implementação do Programa de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança, entre os dois países, assim como o Memorando sobre a cooperação Financeira. Para justificar o acordo, o Ex-ministro da Defesa angolana, Cândido Pereira Van-Dúnem, afirmou que o programa de cooperação tinha o objectivo de apoiar a garantia da segurança e estabilidade da Guiné-Bissau, a fim

de contribuir para a sua reconstrução e desenvolvimento, com destaque para o reforço do sector de Segurança e Defesa como condição indispensável da prossecução de todas as iniciativas da cooperação.⁵⁴

Esta cooperação foi reforçada com a visita de Carlos Gomes Jr, a Luanda em 2011, onde Angola concederia um crédito com valor não revelado, para o pagamento dos salários de cerca de 12.000 funcionários, para além da compra de viaturas militares, abastecimento de fardamentos, medicamentos diversos e alimentos para a tropa. Igual. Por outro lado, Angola custeou as despesas da equipa de futebol guineense, para as suas deslocações de avião sempre que houvesse jogo em qualquer parte de África, inclusive a Televisão Pública guineense foi “contemplada” com três câmaras e seus respectivos acessórios, uma unidade de montagem e de edição, baterias, carregadores, projectores, cartões de memórias, tripés e um processador de disco (Pintinho, 2015).

⁵⁴ Jornal de Angola. Angola e Guiné-Bissau dão início à cooperação 08 de Janeiro, 2011

O Papel da Missang na Guiné-Bissau

Certamente, Angola já tinha um historial das instituições que tentaram Reformar o Sector da Segurança e Defesa na Guiné-Bissau, quais foram as suas repercussões nas dimensões políticas e militares, o que de certo modo, revelaram uma grande prudência. Um país que desiludiu vários actores no processo das RSS, tais foram os casos da União Europeia no âmbito da UE/RSS, tendo se deparado com vários constrangimentos, como os assassinatos do Presidente Nino Vieira, e do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Tagme Na Waie, de um deputado e antigo Ministro da Defesa Nacional Hélder Proença e do ex-candidato a Presidente, o Major Baciro Dabó, para além de tentativas de golpes de Estado (Sanhá, 2016).

Com a retirada da União Europeia, sob direcção da CPLP, Angola achou que era chegado o momento de abraçar a Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau, à luz de um trabalho conjunto denominado CEDEAO-CPLP que igualmente teve dificuldade em chegar a um acordo, em termos financeiros, uma vez que a CEDEAO havia prometido 63 milhões de dólares para a RSS (dos quais 45 milhões para o fundo de pensões) e Angola, por via da CPLP, disponibilizaria 30 milhões de dólares (Relatório África N°183 23 de Janeiro de 2012, no final de 2011).

Para Zartman (2009), alguns conflitos de identidade surgem da incapacidade do grupo prejudicado em lidar com seus próprios assuntos e não sobre sua participação na administração de assuntos gerais do governo. Na Guiné-Bissau, certos militares e políticos estavam mais preocupados com a forma como os seus negócios estariam comprometidos caso houvesse uma intervenção estrangeira, para reformar o SDS, do que com a participação para o desenvolvimento do país. Desta forma, as medidas para a reforma, necessitavam de uma seriedade por parte dos envolvidos estabelecendo padrões de comportamento que superassem as dissecções e evitassem situações perigosas, como a sobreposição de um grupo sobre o outro.

Para além disso, é conveniente se analisar os vários atributos do conceito conflito intraestado que, neste período vigorava no país, sendo que, o que geralmente é aceite pela comunidade científica, diz que: « é a incompatibilidade relativa ao governo e/ou território, onde o uso da força entre as duas partes, em que pelo menos uma delas é o governo do Estado, resultando em pelo menos 25 mortes em combate num determinado ano» (Sousa 2017).

Branco, Sousa, & Oliveira (2017), ao fazerem referência aos diversos documentos das Nações Unidas como o *Capstone Doctrine* (2008), em conformidade com Bellamy, Williams e Griffin (2010), são unânimes ao indicarem cinco principais

tipos de resolução ou gestão de conflitos: O primeiro diz respeito à prevenção de conflitos (*conflict prevention*), que tem a ver com as iniciativas estruturais ou diplomáticas para prevenir a escalada do conflito. O segundo refere-se à pacificação (*peacemaking*), que em uso da diplomacia, encaminha as partes em conflito para a mesa de negociações, através de enviados especiais, de países ou união de Estado. Um terceiro aspecto tem a ver com a manutenção da paz (*peace keeping*), que visa assegurar a implementação de um cessar-fogo e/ou a implementação de acordo de paz. O quarto elemento é a imposição da paz (*peace enforcement*), que usa a força militar para se alcançar a paz, normalmente sem o consentimento de pelo menos uma das partes envolvidas no conflito. Finalmente o quinto modelo diz respeito à construção da paz (*peace building*) esse tipo pretende reduzir o risco de retorno do conflito, fortalecendo as competências nacionais para a gestão de conflito de modo a que o Estado desempenhe as suas principais tarefas. São missões que procuram resolver as causas profundas associadas ao conflito. ⁵⁵

Por conseguinte, o último modelo de resolução de conflitos (*peace building*), mostra-se mais próximo com o papel desempenhado pela Missão Angolana na Guiné-Bissau, após o anúncio da retirada da missão da UE da Guiné-Bissau, onde os líderes militares numa primeira fase se posicionaram a

⁵⁵ Branco, Sousa, e Oliveira 2017. *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. pp. 34,35.

favor dessa missão, tendo se mostrado posteriormente contra a mesma, desta forma, Angola pensava promover a paz e evitar que houvesse um possível retorno ao conflito, ao mesmo tempo que via protegidos os seus interesses económicos.

Foi então assim, que Angola consolidou a instalação da MISSANG, no dia 21 de Março de 2011, como via média igualmente aceite pelo exército guineense, num investimento avaliado em 7,5 milhões de dólares nas seguintes obras: ⁵⁶

RAZÕES	INSTITUIÇÃO
Construção	Armazém de logística das forças de segurança
Reabilitação	Edifício do Ministério do Interior
Construção	Comissariado Geral da Polícia de Ordem Pública Instalação da polícia de Trânsito
Reabilitação	Quartel da Polícia de Trânsito
Edificação	Centro de Instrução da Polícia de Ordem Pública
Reabilitação	Televisão Pública da Guiné-Bissau
Construção	Reservatório de Combustível

⁵⁶ Disponível em: <http://jaimeazulay.blogspot.com/2012/04/guine-bissau-as-verdadeiras-causas-por.html>.
Acedido em 17/04/19.

----- -----	Escola de Formação de Polícia
Reabilitação	Porto de Buba, bem como de uma estrada ligando a área de exploração da Bauxite

Tabela 4 - Actividades agendadas no âmbito da MISSANG⁵⁷

Essa cooperação, gerou várias polémicas quer na Guiné-Bissau quer em Angola, chegando mesmo a afirmar-se em Angola que, não havia justificação de se prosseguir com um projecto de género, pois que esses valores serviriam para suprir muitas necessidades internas dos angolanos. Mesmo com essas vozes dissonantes, José Eduardo dos Santos e seus apoiantes estavam teimosamente decididos em partir para mais uma aventura, num terreno imperceptível e por si desconhecido, relegando para o segundo plano as preocupações do seu povo, com problemas fundamentais. Como diz M'bunde (2012), «é neste labirinto de intrigas palacianas e de guerras de facções com as casernas militares, a funcionarem tal qual um depositário fiel das contradições internas do PAIGC, com indícios do narcotráfico que a MISSANG se perde na Guiné-Bissau».⁵⁸

⁵⁷ Fonte: Pintinho (2015, p. 76), elaborado e adaptado pelo autor.

⁵⁸ Disponível em: <https://guinebissaudocs.wordpress.com/2012/05/05/missang-cronica-de-um-fracasso-anunciado-gbissau-com/>. Acessado em 17/04/2019.

De acordo com Van-Dúnem (2007), o interveniente no conflito, deve facilitar as negociações entre as partes, para evitar a deflagração violenta do conflito, pautando pela neutralidade, com vista a criar um clima de confiança e equilíbrio entre as partes conflitantes. O que não aconteceu com a MISSANG, tendo sido interpretada por uma das partes beligerantes, como outro elemento integrante do conflito, de acordo alguns militares e políticos.

A MISSANG não conseguiu articular a Oportunidade de diálogo e o nível, desenvolvendo um sentimento de compreensão conflituosa, com os beligerantes no país, avaliando as potencialidades e as suas tendências, calculando as suas vantagens, uma vez que a MISSANG possuía muitos recursos a seu dispor, para influenciar a negociação e *Peace Building*.

Por outras palavras, a MISSANG usou as restrições de comunicação com a outra parte, exibindo superioridade bélica, num país onde o exército tradicionalmente, tem grande influência na tomada de decisão sobre as políticas estatais.

A convivência, entre a população local e a força militar, divide-se em três períodos distintos: o primeiro tem a ver com o facto de que, depois da fase violenta do conflito, a população considera vital a presença dos “pacificadores”,

criando condições de segurança, com a garantia de apoio incondicional. O segundo surge com o avanço do sentimento de estabilidade, segurança e confiança em que a população se interroga da necessidade da presença internacional e, passa a tolerá-la em vez de a apoiar. E a terceira fase verifica-se, quando a população se apercebe de que vive um clima de segurança e de não retorno do conflito, passando a olhar para a força como um elemento intrusivo (Sousa 2017.p 141 *apud* Paris e Sisk, 2009).

Foi esse comportamento dos guineenses, principalmente entre alguns militares e certos políticos ligados ao PAIGC que, depois de um longo período de conflitos, viu a MISSANG como elemento de confiança e segurança, contudo, à medida que esse contingente se instalava com maior extensão e actuação, na medida em que aumentava o seu aparato militar, a alta corte militar guineense sentiu-se ameaçada, por uma força que eventualmente a substituiria, enquadrada no risco do alto grau dos meios armamentistas dos militares angolanos e a saída foi reagir, para não serem extintos, tal como alegaram⁵⁹.

O então Governo da Guiné-Bissau, liderado por Carlos Gomes Jr, nutria tanta confiança na MISSANG, a ponto de os militares guineenses, sentirem-se inferiorizados e desencadearem uma demonstração de força, desacatando as

⁵⁹ Comando Militar responsabiliza Angola por golpe de Estado ANGONOTICIA (17/04/2012).

ordens governamentais, como aviso sério contra os militares angolanos que estavam a apoiar e a defender o Governo guineense (Sanhá, 2014).

Neste período na Guiné-Bissau, a oposição política, a classe castrense e certos membros do PAIGC, questionaram-se sobre os verdadeiros motivos da MISSANG e, na ocasião acusaram-na seriamente de pretender tomar posse dos recursos naturais do país em nome de Angola e, a assegurar um governo pró-angolano que se apegaria ao poder por todos os meios necessários. Essas críticas atingiram o seu píncaro em 2012, quando a CEDEAO se distanciou da MISSANG, ao se perceber do seu objectivo latente, revelado nas supostas ambições económicas de Angola (Omoregie 2010 e Galito, 2011).

Quanto a esse aspecto, Sousa (2017), fala das características intrínsecas do território onde se desenrolou o conflito, como na Guiné-Bissau em que a cultura de guerra, as agendas dos diversos interesses económicos, geopolíticos e geoestratégicos externos, são *factores não controláveis* por quem executa a operação. Este elemento é muito presente naquele país, mas a MISSANG não o levou em consideração, bastando para ela a confiança e prestígio que gozava próximo de Carlos Gomes, então Primeiro-Ministro guineense.

Neste caso particular, os conflitos naquele país, não são só gerados pelos dirigentes civis e militares, mas incluem interesses latentes geopolíticos e geoestratégicos de outros países que seriam tidos como elementos de diagnóstico prévio, importante para a MISSANG, como afirma Zartman (2009):

Em qualquer negociação, o diagnóstico é o primeiro estágio. Nas negociações preventivas, o diagnóstico começa com a conscientização de que existe algo a ser prevenido ou - desmontado - o risco de algo e a chance de evitá-lo. O segundo passo é a conscientização de que existem medidas apropriadas que podem ser tomadas. (ZARTMAN I. W, 2009, p.80. Risco e prevenção nas negociações de identidade).

A MISSANG precisava de se certificar de todas garantias de segurança, cobertura multilateral, num terreno que desde logo se revelou íngreme, se nos lembrarmos que já antes a ONU e a EU tinham abortado os seus planos de RSS naquele país, antecedentes que deveriam ser muito bem estudados e analisados.

Para que a MISSANG fizesse uma verdadeira reforma, era preciso conciliar a sua actuação com uma série de acções paralelas como palestras, audições comunitárias que contribuiriam para a produção de mudanças de comportamento das percepções e crenças que perpetuem os

ressentimentos e dificultem a reconciliação entre as partes (Harris, 2010).

Um estudo, que analisou um conjunto de intervenções em situações de conflito, concluiu que, o sucesso dependeu essencialmente de cinco factores, três controláveis e dois incontroláveis, sendo que três controláveis são: recursos atribuídos para resolver o conflito; o volume de forças militares utilizadas e o tempo atribuído para o processo de resolução do conflito. Já, os não controláveis são: as características e complexidades internas do país e os interesses geopolíticos de terceiros. Aqui o instrumento militar foi a principal variável dos casos estudados e, uma das lições aprendidas é que existe uma forte correlação entre o volume de recursos utilizados e o grau de sucesso (Sousa, 2017).

Para o nosso estudo, o volume do aparato bélico angolano, que favoreceria a segurança do governo, estimulou descontentamento e resistência à presença estrangeira junto a força militar local, a partir do qual, se destacam dois factores que seriam controláveis pela MISSANG, nomeadamente: primeiro o reduzido número das forças angolanas e, os múltiplos recursos que possuía, já que a análise bibliográfica feita, constatou que o tempo não era um elemento tão preocupante. Seguidamente e os mais difíceis que foram realmente incontroláveis, foram as características

e complexidades internas, bem como os interesses geopolíticos externos.

A MISSANG possuía um arsenal bélico mais moderno e sofisticado em relação aos guineenses; apegando neste pressuposto teria colaborado com os militares, sensibilizá-los para a reforma de que tanto o exército guineense necessita. Descartando o excesso de confiança, a MISSANG teria controlado esse factor, já que o reduzido volume de forças que possuía não foi estímulo impulsionante para a reacção dos militares guineenses, mas os meios bélicos e a sua aproximação à Carlos Gomes (Paris e Sisk, 2009).

Para os dois últimos factores incontroláveis, importa salientar que as questões de complexidade internas da Guiné-Bissau, foram ignoradas pela MISSANG, tal como, um passado mal resolvido no seio do PAIGC, o descontentamento dos antigos combatentes e as várias facções no seio da classe castrense, associado ao tráfico de drogas e de armas.

“Angola desde sempre tinha o seu interesse em criar uma base militar forte para poder facilitar o seu negócio. O olho do angolano estava nas matérias primas (bauxita), fingindo-se de anjo bom para salvar ou trazer a paz e estabilidade para a Guiné-Bissau, mas que por fim estas estratégias foram descobertas pelos militares guineenses logo

os militares angolanos tinham que abandonar e voltar para o seu berço”, (Ifande,2016, p.43).

Outro elemento que a MISSANG não se devia esquecer nunca, seriam os interesses geoestratégicos de alguns países africanos naquela região, principalmente o Senegal atento a uma ligação guineense com os independentistas de Casamança e a Nigéria que não pretende de maneira alguma perder a sua hegemonia na região ocidental.

III- CONSEQUÊNCIAS DA INSTALAÇÃO DA MISSANG NA GUINÉ-BISSAU

Se por um lado, os Estados fazem prevalecer os seus interesses nacionais, controlando e exercendo a sua influência indirecta, o comportamento por meios culturais e ideológicos, por outro, exercem os seus poderes através de uma política coerciva que comporta tanto a guerra como a pressão económica, fazendo alianças circunstanciais e, muitas das vezes, sem qualquer pudor em relação aos meios a utilizar. Nesta ordem de ideias, alguns países ou potências sub-regionais têm tido tendências unilaterais, em dar respostas que acham adequadas, para resolver diversos conflitos que ocorrem, dentro dos Estados (Sanhá, 2016).

No quadro das relações bilaterais, o governo guineense firmou um acordo com o governo de Angola que resultou na instalação de Missão Militar de Angola no território guineense, a 21 de Março de 2011, (como já foi abordado), justamente para garantir a integridade dos governantes da Guiné Bissau, o que representou para as Forças Armadas da Guiné-Bissau, um abuso por parte do governo cuja resposta foi a tomada de poder, pela força (Mbunde, 2012).

Para Infande (2016), quem vivia na Guiné-Bissau principalmente na capital, não ficaria surpreso com esse golpe, pois era muito visível que haveria problemas nas vésperas da segunda volta das eleições presidenciais, ganhas na primeira volta por Carlos Gomes Junior do PAIGC

e contestadas por Kumba Yala do PRS, pela derrota, para além da presença dos militares da MISSANG que eram ameaça para o comando militar guineense, que afirmou que o golpe foi motivado por Carlos Gomes Jr. que trouxe militares angolanos para facilitar o seu negócio e acabou por motivar a revolta dos militares.

Antes do referido golpe, havia uma harmonia entre os angolanos e os militares guineenses, mas a medida em que a MISSANG introduziam novos materiais de guerra no território guineense, sem o conhecimento dos militares, já era perceptível e visível um cenário de profundo mal-estar entre as forças armadas locais e a missão militar angolana (MISSANG). Esse clima de desconfiança entre as forças armadas da Guiné-Bissau e a MISSANG, se agravou até ao dia em que se deu o golpe de Estado levado a cabo pelo “comando militar” encabeçado por oficiais militares.

A 20 de Março de 2012, o CEMGFA, António Indjai, afirmara que o Embaixador de Angola em Bissau, o General Feliciano dos Santos, se deslocara ao seu gabinete de trabalho para o acusar de que “estaria a preparar um golpe de Estado”. Por esta causa, o “Presidente da República Interino Malam Bacai Sanhá, convocou uma reunião entre o CEMGFA e o representante diplomático de Angola, para uma pseudorreconciliação entre as partes. Ainda assim, o CEMGFA insistiu que o Governo deveria interpelar a

MISSANG para entregar o material bélico em sua posse e, os equipamentos iriam ser entregues às FA guineenses” (Sanhá 2012, p. 67).

A MISSANG sabia sobre os planos golpistas na Guiné-Bissau e, não havia razões para surpreender os angolanos uma vez que a MISSANG tinha informações sobre os planos da subversão da ordem, para impedir uma possível participação de Carlos Gomes, na segunda volta das eleições presidenciais. Supostamente instigados por Kumba Yalá. Nesta ocasião, os generais das Forças Armadas Guineenses (FAG) entenderam inviabilizar o pleito e avançar para um golpe de Estado, e fizeram saber aos oficiais dos Serviços de Inteligência Externa (SIE) de Angola que tudo o que queriam era que a MISSANG se mantivesse neutra. Essa informação ficou confirmada pelo nosso primeiro entrevista, um coronel das FAA : “As mudanças na Guiné-Bissau foram sempre acompanhadas no ponto de vista interno como externo, por isso as FAA estiveram sempre por dentro ou acima dos acontecimentos.⁶⁰” Face aos pedidos insistentes das altas patentes guineenses para que Angola não interviesse, por se tratar de um “assunto interno” e prevendo que o pior poderia acontecer, há sensivelmente três semanas, a MISSANG fez deslocar a capital guineense, meios militares consideravelmente assustadores (armas pesadas, carros de assalto, helicópteros, etc.) ao mesmo tempo que se

⁶⁰ 1º Entrevistado 07/05/2020.

registava uma inusitada romaria de oficiais dos SIE e dos Serviços de Inteligência Militar, para Bissau (SIM).⁶¹

A isso os generais guineenses interpretaram como que Angola poderia advogar para distanciar um fortuito golpe de Estado, o que lançou a debandada da MISSANG, seguida da captura do poder pelos marciais que, reflectidamente o fizeram, para impedir o ascenso de Carlos Domingos Gomes “Cadogo”, a presidência da República da Guiné-Bissau, considerado apátrida, principal bandeira de Kumba Yalá junto dos seus correligionários, acrescentando ao facto de Carlos Domingos Gomes não possuir nenhum título académico, razão por que não podia ser seu presidente.

A MISSANG não estava, agradar muitos militares e alguns políticos quer da oposição ou mesmo no seio do PAIGC, por isso, a remoção da MISSANG do território guineense, alegrou esse grupo, porque para eles, “Angola não cumpriu com o acordo ao mandar secretamente para o país, um extenso material bélico, para fins inconfessáveis. Contrariamente ao que havia sido acordado no mês de Março de 2011, António Indjai, muda de discurso ao afirmar que um extenso material bélico, incluindo tanques de guerra e coletes para os 120 militares angolanos se encontram no país e que se haviam

⁶¹Jornal Makangola, 18 de Abril de 2012

violados alguns pontos do acordado no início da missão o que o levou a mostrar-se contra a presença da MISSANG.⁶²

Estas afirmações de Indjai não foram confirmadas pelo conselho de ministros, tendo afirmado que não existia nenhuma ilegalidade por parte de Angola e garantiu que iria manter e reforçar a missão angolana no país. Todavia, na noite de 12 de Abril de 2012, dão-se os primeiros disparos na capital guineense e, de seguida, a imprensa anunciava um novo golpe de Estado:

“Momentos depois, os militares dirigiram-se à Rádio Nacional e interromperam suas atividades, além de mandarem encerrar, também, os emissores particulares do país; invadiram e atiraram granadas na casa do primeiro-ministro Carlos Gomes Junior (...) Depois de invadirem a sua casa, ele e o Presidente interino, Raimundo Pereira, foram presos por militares. Os militares invadiram, também, a sede do partido governista, PAIGC, e as embaixadas foram cercadas por homens armados. Horas depois dos tiroteios, a situação estava sob controle, mas os militares ainda estavam nas ruas controlando a cidade. Esse ato foi assumido por um grupo chamado “comando militar”, que responsabilizou Angola pelo golpe, pois, de acordo com ele, “existia um acordo secreto entre MISSANG/GB e o governo guineense devido aos materiais bélicos supostamente enviados, caso isso aconteça à vida e a segurança da elite das Forças Armadas guineenses estaria ameaçada”, de acordo

⁶² Disponível em <http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobrecontexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>. Acessado em 09/05/2019.

com análises e comentários de alguns cientistas políticos, e com livros que falam da situação política na Guiné-Bissau, uma das razões do golpe de 2012 está relacionada com a presença dos militares angolanos no país, o que acabou causando desconfiança entre os militares e o governo, ocasionando em mais um golpe em 2012” (Bwock 2015, pp 45 & 46).

A interpretação que se pode ter com base no que diz Bwock, é que havia um certo mal-estar no seio da cúpula castrense guineense perante o efectivo angolano estacionado em Bissau. As chefias militares naquele país, instigavam antipatia para a reforma do exército e, isso ficou demonstrado na prossecução dos actos das Forças Armadas Guineenses, quando ocuparam a televisão e a rádio nacional, a sede do PAIGC e atacaram a residência do Primeiro ministro, com as imagens bastante cruéis e violentas, as paredes partidas, as portas rompidas e inclusive um cão morto.

Antes do referido golpe, havia uma harmonia entre os angolanos e os militares guineenses, mas a medida em que a MISSANG introduziam novos materiais de guerra no território guineense, sem o conhecimento dos militares, já era perceptível e visível um cenário de profundo mal-estar entre as forças armadas locais e a missão militar angolana (MISSANG). Esse clima de desconfiança entre as forças armadas da Guiné-Bissau e a MISSANG, se agravou até ao

dia em que se deu o golpe de Estado levado a cabo pelo “comando militar” encabeçado por oficiais militares.

Tudo indicava para a manifestação de um sentimento de aversão quer para a estrutura da MISSANG como ao Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior que, de acordo com o “Comando Militar” foi o culpado da instalação da missão angolana no país, que escapou da morte, mas não da prisão pelos militares golpistas junto com o Presidente da República interino, Raimundo Pereira (Sousa, 2013).

Daba Na Wana, porta voz do golpe, na altura declarou que, foi Angola quem levou as Forças Armadas guineenses a desencadear o golpe de Estado, para evitar a morte da cúpula castrense. Para ele, foi também Angola que “violou” o acordado, ao expedir para a Guiné-Bissau material de guerra à revelia das forças de segurança locais, ao encaminhar, o armamento pesado para a sede da MISSANG, tais como tanques com lagartas, carros de combate e alguns morteiros para canhão que além de não estarem prognosticados, tinha outros fins e, chegaram inicialmente a Bissau sem o conhecimento das Forças Armadas.⁶³

Segundo Daba Na Wana, quando foram solicitar explicação, à direcção da MISSANG, a resposta foi que esses meios se destinavam a reforçar o exército guineense, o que criou um

⁶³ Comando Militar responsabiliza Angola por golpe de Estado ANGONOTICIA: 17-04-2012.

ambiente de suspeita. Inclusive Angola substituiu os demais técnicos, por uma equipa de militares que era constituída por tropas especiais.

"Depois desse clima de desconfiança, o primeiro-ministro (guineense) escreveu uma carta secretamente, sem passar pelo Conselho de Ministros ou pelo Parlamento, a pedir às Nações Unidas para intervir ou a aprovar uma resolução que permitisse o uso de força ou o envio de militares para um país que não está em guerra. O portador da carta foi o Ministro das Relações Exteriores de Angola, George Chicoti". "Não tendo sido o Ministro dos Negócios Estrangeiros guineense o portador da carta, das duas uma: ou a carta foi escrita a pedido de Angola ou foi o Governo angolano que fez a carta e pediu ao Governo de Bissau apenas para assinar" um documento a pedir à ONU a aprovação de uma resolução que legitimasse o envio da força, "a integrar por Angola, Brasil, Gana e outros países da sub-região. Perante o cenário, não podíamos ficar de braços cruzados à espera de uma força expedicionária do exterior para um país que não está em guerra".⁶⁴

Carlos Gomes Júnior já tinha planeado de antemão o seu projecto, por isso, trouxe os militares angolanos que não tinham algo para fazer no país, mas sim para proteger os seus negócios, fingindo-se que não se sentia seguro. Mas não sabia que a presença desses militares angolanos seria ameaça para os militares guineenses e quais seriam as suas repercussões (Infadnde, 2016).

⁶⁴ Ibidem

Numa entrevista à revista *Times*, António Indjai afirmou que Angola estava a colocar armas na Guiné-Bissau, e Carlos Gomes Júnior ia trazer forças das Nações Unidas para atacar as forças armadas guineenses, por isso, os militares não fizeram um golpe de Estado, mas sim “um contragolpe”, por causa de Angola e de Carlos Gomes Júnior. António Indjai reconheceu igualmente que este evento abortou a democracia, mas justificou-o dizendo que não havia “outra saída”.⁶⁵

É assim que diante da nova realidade inesperada num momento de decisões difíceis e de grande tensão que se vivia naqueles momentos, fracassa a tentativa da MISSANG, de reformar o sector da defesa e segurança guineense.

Como é óbvio, o desafio para a MISSANG passou a ser, como gerir os ânimos num clima de ódio, vingança e provocações que se instalou em Bissau depois dessas ocorrências. O certo é que, os angolanos passaram por um processo de pressão, protagonizado pelos militares guineenses, para apoderarem-se do equipamento da MISSANG que era mais sofisticado do que o dos guineenses e se verem livres de qualquer força que pudesse ameaçar os seus propósitos.

⁶⁵ Revista Times: 05-10-2012

A MISSANG Fracassa e Recua

Os militares guineenses afirmaram antes do golpe que não tinham nenhum problema com Angola, entretanto o que pretendiam na altura, era só uma explicação da introdução no país do material pesado de guerra, sem o conhecimento prévio do parlamento e do conselho de ministros guineense num país que não estava em guerra. Por outro lado, se o objectivo era o de reformar o exército, não se justificava levar para aquele país tanto armamento. Como não obtiveram quaisquer respostas, num país com um exército formado, os militares sentiram-se ameaçados e a única saída que eles acharam foi a deposição do Primeiro-Ministro e dos seus sectários que foram os autores da presença da MISSANG e a consequente obrigação de regressarem para Angola.

Joaquim Nafolia do PRS angolano afirmava na ocasião que, “os militares angolanos que se encontram em território guineense, devem regressar imediatamente em casa. Angola não deve mandar mais militares à Guiné e exigimos o regresso imediato a casa dos que lá estão, até porque os próprios guineenses não os querem lá” (Cassama, 2011, p.12).

O ex-diplomata americano Joseph Montville, na década de 1980, falou da “diplomacia de segunda via” (*second track*

diplomacy), uma forma não-oficial e não-estruturada de interação entre adversários, um trabalho complementar aos esforços oficiais da diplomacia de primeira via, onde participa o governo, as Organizações Não-Governamentais de resolução de conflitos, o sector de negócios, a experiência de outros países, a educação, o activismo, a religião, os média e as fundações filantrópicas, que procurariam actuar de forma mais independente, o que a MISSANG não foi a tempo de realizar durante o tempo que lá esteve. Tem como objectivo conseguir intervir em espaços onde as organizações internacionais tradicionais e os actores governamentais não encontram a mesma receptividade por parte dos grupos em conflito como foi o caso da Guiné-Bissau (Oliveira 2017).

De acordo com a Televisão da Guiné-Bissau (TGB), foram necessários 04 (quatro) dias consecutivos para retirar a grande quantidade de armas pesadas que, segundo o porta voz do Comando Militar, foram secretamente introduzidas por Angola naquele país, num total de onze carros e tanques fortemente blindados, para além de carros de defesa anti-aérea, helicópteros de guerra e vários camiões carregados de materiais bélicos, bazucas e canhões de 23 mm.

As imagens apresentam ainda, uma grande quantidade de armas ligeiras do tipo kalashnikov, metralhadoras, algumas das quais de combate nocturno, para além de rádios de

comunicação de alta frequência para uma possível comunicação da MISSANG, com a sua base na Guiné-Conacry.

A MISSANG se viu encurraladas na Guiné-Bissau, graças alguns países daquela região como o Gana e outros poucos que, intercederam junto da CEDEAO, para mediar as relações entre os militares e polícias angolanos contra o os militares guineenses. Acho que houve excesso de confiança por parte dos angolanos, mas graças a alguns países da CEDEAO que ajudaram a saída dos angolanos porque senão as coisas corriam mal e, os meios ficavam no terreno guineense, como mostraram as imagens da televisão da Guiné e não angolana. Por tudo isso houve grandes prejuízos, embora naquela época Angola tinha muito dinheiro que está a nos fazer muita falta hoje.⁶⁶

Como já era de se esperar, diante da tensão da MISSANG e da pressão quer na Guiné-Bissau quer em Angola, conjugada com o fracasso do projecto, finalmente Angola anunciava oficialmente a retirada do seu efectivo da Guiné-Bissau, através do *Jornal de Angola* de 10 de Junho de 2012; os “filhos devem voltar a casa”, o facto estava consumado. Todos os 270 efectivos da MISSANG, constituído por 232 militares e 38 polícias bem como outros equipamentos, tais como um navio militar que estava atracado no porto de

⁶⁶ 5º Entrevistado, Jornalista.12/06/2020

Bissau, 8 tanques blindados, 6 camiões militares, 2 dois camiões cisternas de água, 1 um UNIMOG, 3 três Jeeps e vários material de apoio para os escritórios, para além de outro armamento e equipamento não revelado que estavam em território guineense no âmbito dos acordos com as autoridades daquele país, estão em solo pátrio”, lia-se, como consequência do clima de inimizade que se instalou, entre os efectivos da MISSANG e os militares guineenses.

Um ano depois da sua instalação na GB, a MISSANG começou a ser retirada no dia 05 de Junho de 2012, na sequência de acusações que os golpistas faziam de que a MISSANG “estava a funcionar como uma espécie de braço armado do governo, actuando fora do seu mandato,” tendo ainda afirmado que não iriam tolerar que o país fosse “novamente dominado” e que os militares guineenses realmente queriam cooperar com Angola, mas na base do respeito dos acordos, por isso, exigiram que “o material bélico da MISSANG ou fosse entregue às forças guineenses ou então regressasse ao país de origem” disse Daba Na Walna ⁶⁷.

Os militares guineenses deram conta das intensões dos angolanos, não se esqueça que já lá estive a união europeia, a CEDEAO a até a própria ONU. Os militares da Guiné

⁶⁷ Disponível em <http://www.rtp.pt/rdpafrika/noticias-afrika/militares-angolanos-deixam-guine-bissau-575> Acessado em 09/08/2019.

desconfiaram da forma como os angolanos iam ganhando terreno num território que não é seu e como já se encontrava em época eleitoral, então aproveitaram-se do momento para correrem com os angolanos que os estava a ajudar⁶⁸.

Na avenida principal de Bissau era visível a forte presença de 600 efectivos da CEDEAO que mediaram a garantia de uma saída segura da MISSANG da zona de Bra, arredores de Bissau. O primeiro grupo de militares e material deixou a GB, a bordo de um avião *Ilyshin*, na manhã do dia 05 de Junho; de tarde, outro avião de carga, da Força Aérea Angolana transportou duas viaturas e 15 sargentos, num avião da força aérea angolana. No total foram feitos oito voos em quatro aviões durante 05 dias com armamento e homens. O General Indjai desafiou os guineenses e a comunidade internacional a assistirem a retirada da MISSANG e, se possível, mostrar as imagens em vídeo para constatar *in loco*, o material bélico que os angolanos possuíam e exibiam na Guiné-Bissau.⁶⁹

“Os nossos tropas foram corrido que não vale apena, porque os militares de lá estavam a chatear para meter no poder o amigo deles, só que nós tivemos mesmo sorte senão iam nos

⁶⁸ 5º Entrevistado, Jornalista 12/06/2020.

⁶⁹ Disponível em m.dw.com/pt-002/miss%C3%A3o-militar-angolana-come%C3%A7a-a-deixar-aguin%C3%A9-bissau/a-16005666 Acessado em 09/08/2019.

varrer, epá mas é a assim ser militar você tem que ir onde te mandar senão ta mal”.⁷⁰

Na sua emissão de 10 de Junho de 2012, pelas 08:h01, a Rádio Eclésia Angolana anunciava que as tropas da MISSANG continuavam a retirar-se de Bissau, depois da interrupção do processo de reestruturação das Forças Armadas Guineenses e, que a missão tinha sido concluída, com a retirada, de todos os efectivos, meios e máquinas.

De acordo com esta emissora, na hora do adeus em Bissau, quando o Comandante da MISSANG, o Tenente General Gildo dos Santos passava o testemunho ao Tenente General Gnibang Barro, de nacionalidade burquinabe, endereçou uma palavra de apreço aos guineenses, incluindo os golpistas, desejando-lhes “felicidades, muita saúde, paz, progresso e desenvolvimento”.

Depois de 05 horas de voo, o último contingente, num total de 96 efectivos da MISSANG havia chegado a Angola em dois aparelhos do tipo *II 76*, da Força Aérea Angolana, deixando no terreno, em sua substituição, um forte aparato da CEDEAO composto por 600 homens que a substituiu, assistiu e apoiou a saída dos angolanos da Guiné-Bissau.

⁷⁰ 2º Entrevistado 12/05/2020.

Embora o comandante da missão tenha dito que o seu efectivo era composto por 249 homens entre militares e polícias, os guineenses falam em 270 e outras fontes apontam entre 700 a 900 efectivos.

O Tenente General Gildo dos Santos foi o último a desembarcar em Luanda num Boeing 737, da *SONAIR*, que disse na ocasião que saíram da Guiné-Bissau, com sentimento de missão cumprida e de cabeça erguida, apesar da interrupção dos trabalhos. O governo angolano disse que apesar de não ter sido concluído o programa previsto no acordo, por razões alheias à sua vontade, a MISSANG sai com a firme e inequívoca convicção do dever cumprido e, soube preservar a atitude, a equidistância em relação a todas as partes, mantendo por isso a frieza necessária”.⁷¹

Essa retirada dividiu a opinião dos guineenses e dos angolanos: uns achavam que a MISSANG já tinha terminado o seu trabalho e deveria ir-se embora. Outros opinaram que os guineenses, só tinham a perder com a saída da MISSANG, devido ao emprego que haviam ganho, os militares e políticos teriam encontrado um meio termo, no sentido de os militares angolanos continuarem em Bissau. Já alguns mais lacónicos chegaram mesmo a afirmar que se a MISSANG é a

⁷¹Disponível em <https://www.radioecclesia.org/angola/politica/6328-forças-da-missang-ja-em-angola>. Acessado em 09/08/2019.

causa do problema, seria melhor que deixasse o país (Rodrigues, 2012).

“Os militares dependem do poder político, pelo facto o governo da Guiné-Bissau achou que já não se fazia sentir a ajuda de Angola e nessa perspectiva as FAA deixaram a Guiné-Bissau com o sentido de dever cumprido”.⁷²

A MISSANG não estava a ser bem aceite por certo segmento militar e político, principalmente da oposição, apesar de na altura estar a efectuar pagamentos de salários aos militares, oferecer tratamento médico, quer aos militares como as populações, distribuir alimentação, água entre outros bens. Entretanto, houve inúmeras dificuldades em realizar a sua missão, pois a rede de tráfico guineense é muito forte e viciosa, num segmento político e militar, que nasceu, desenvolveu-se e expandiu-se pelo país como forma de enriquecimento rápido e fácil num país que enfrenta um passado mal resolvido. Por isso, a MISSANG teria que observar de forma equilibrada uma agenda de reformas que dissipasse, em primeiro lugar, as divisões e intrigas políticas tribais históricas, consubstanciadas no abuso do poder, violência e golpes de Estado.

A politização das Forças Armadas foi um obstáculo determinante para a MISSANG que, não tem claramente

⁷² 1º Entrevistado 07/05/2020.

definidos os parâmetros essenciais das suas funções e responsabilidades, demonstrando falta de disciplina militar. A classe castrense guineense contribuiria melhor se se mantivesse isenta da política, dando o seu contributo republicano, com reestruturação gradual e integração dos distintos grupos étnicos, evitando assim a tal chamada “balantização do exército”, pois os *balantas* perfaziam quase 80% das tropas.

A reforma gerou certa suspeita sobre esses militares que, sobretudo, temeram perder a sua influência na sociedade que, passaram a criar dificuldades para a MISSANG.

As Forças Armadas guineenses são autoras ou vítimas de várias crises políticas do país, desde o “Movimento Reajustador” de Nino Vieira à “Junta Militar” de Ansumane Mané, até ao “Comando Militar” de António Indjai. Por isso, a população guineense não nutria mais confiança nos militares, pelo que a MISSANG foi quase, um conforto, para elas, o que desagradou os militares, principalmente a alta cúpula.

Na prática, os militares temeram que a MISSANG fosse tomar as rédeas do país e desvendar muitos vícios, tais como o narcotráfico, a “desbalantização” do exército e outras práticas ilícitas que corromperam durante vários anos as autoridades militares e civis da Guiné-Bissau, a nível

nacional, regional e local. Esse tem sido um dos maiores obstáculos quando se fala da reforma do exército guineense. Por isso, os projectos da MISSANG não foram concluídos e, inclusive não foram capazes de pacificamente dissuadir o golpe militar que destituiu o Primeiro Ministro Carlos Gomes que, havia assinado tais acordos porque os militares e certos políticos não o permitiram, sabendo eles das consequências que uma reforma lhes causaria.

Do ponto de vista epistemológico compreende-se que os militares guineenses, pretendiam ter maior liberdade e visibilidade nacional, respondendo por si mesmos, através de si mesmos, não se submeter ao poder político, sem se aperceber que, em muitas ocasiões acabam por agir contra si mesmos, o que os fez resvalar para um labirinto escorregadio que, os levou durante quase meio século perdidos dentro de si mesmos, manifestado por intrigas, tribalismo, golpes, assassinatos e clivagens entre a classe superior castrense.

Esta é uma realidade que os militares guineenses, principalmente os que participaram da luta de libertação dificilmente aceitam, sobretudo quando se fala da sua reforma.

A ausência de serenidade, assim como de um espírito de tolerância entre os principais actores políticos e militares

guineenses, herdada do regime do partido-Estado e um comportamento antidemocrático tem sabotado qualquer tentativa de reforma militar com sucesso naquele país.

Como resultado desses acontecimentos, Angola levanta quesitos por se resolver entre guineenses, angolanos e a comunidade internacional, ficando exposta na arena internacional, como registando incapacidade e debilidade na arte de resolução de conflitos, fraqueza na sua componente diplomática, revelando desconhecimento da realidade do país onde se envolvera, sem tirar vantagens de um poderio bélico e carecendo de uma ideia clara do que seria na prática este projecto, envolvendo milhões de dólares quando havia em Angola, muitos problemas sociais por se resolver com tão avultados valores.

A CEDEAO Face à Saída da MISSAMG

A comunidade internacional tinha grandes dúvidas sobre a capacidade de os líderes golpistas governarem o país sem apoio internacional, por isso, foram à busca de soluções para ultrapassar a crise, junto da CEDEAO, que foi quase que uma lufada de ar fresco (Infande, 2016).

A CEDEAO, após ter mantido os primeiros contactos com os golpistas, exigiu a reposição imediata da ordem constitucional e democrática na Guiné-Bissau, entretanto, não explicitou se esta medida por si tomada, passaria obrigatoriamente pela regularidade constitucional que vigorava antes do referido golpe e se os militares votariam aos quartéis.

Angola e a CEDEAO chegaram a um acordo de que era necessária uma força militar e diplomática da ECOMIB para supervisionar a saída da MISSAMG, porque os militares angolanos temiam que saindo à rua, seriam alvo de ataques pelo exército guineense que considerou a força angolana como invasora do seu território para apropriação dos seus meios, segundo o porta-voz dos golpistas.

A CEDEAO procurou encetar contactos junto da ONU e da UA, de formas a encontrar estratégias viáveis para a resolução do golpe de Estado, visando banir os desígnios dos

angolanos no terreno. Isto ficou claro na cimeira de Dakar, do dia 3 de Maio de 2012, onde mostrou ter legitimado o golpe de Estado, ao nomear para Presidente interino de Transição o primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) e primeiro vice-presidente do parlamento da CEDEAO, Serifo Nhamadjo, que havia sido candidato às eleições presidenciais, ficando em terceiro lugar com 15% do total dos votos expressos (Oliveira, 2017).

De acordo com Santos (2015), o papel da Nigéria na Guiné-Bissau consistiu, em impor a sua influência como grande potência regional para benefícios dos seus interesses económicos, sendo o Estado-membro que mais contribuiu para a CEDEAO, procurou ter um carácter activo, com intuito de continuar hegemónico e ter maior espaço de actuação no equilíbrio, controlo e poder conter assim, a presença dos maiores rivais africanos, dentro da sua esfera de influência. Depois da saída das tropas angolanas, a CEDEAO implantou a Missão de Segurança da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) assumindo, o dossier da Reforma no Sector da Defesa e Segurança (RSDS) e, em Março de 2013, renovou a ideia de que os desmobilizados deveriam receber indemnizações, deixando assim de pertencer ao exército e, estes com apoio do poder civil, propuseram um montante elevado.⁷³ Passados vários meses, a CEDEAO por si só não conseguiu tomar conta, nem gerir os conflitos cíclicos que

⁷³ UNIOGBIS e ISS Março de 2017 a janeiro de 2018

emergiram naquele país, ficando simplesmente em intenções que não se materializam.

Consequências Políticas para Angola

Os Estados alteraram o meio, de acordo com os objectivos estruturais que estabeleceram e adaptam-se, tirando o máximo partido das cartas que o sistema lhes deu, (Brown e Anley, 2012). Rodrigues (2012) afirma que as intervenções militares devem ser feitas com o mais alto mandato ou cobertura seja ela qual for, das organizações continentais.

O apoio concedido por Angola que se consubstanciou na criação de uma base militarmente forte para assegurar e facilitar o seu negócio de avultados valores, não pretendendo de maneira alguma perder para qualquer outro concorrente, ignorou e subestimou a capacidade operacional dos diferentes órgãos guineenses, militares e civis (Santos, 2015).

Quando as estratégias angolanas foram descobertas pelos militares guineenses, diante de um ambiente politicamente incorrecto, fez com que o ministro da Defesa de Angola, Cândido Van-Dúnem, “visitasse” a Guiné-Bissau a 03 de Abril, para entregar uma carta do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, ao Presidente interino da Guiné-Bissau Raimundo Pereira, para salvaguardar as relações políticas.⁷⁴ O Partido da União Patriótica Guineense (UPG) considerou a MISSANG um grupo militar de ocupação estrangeira e uma força estacionária no seu país, tendo em conta as suas

⁷⁴ disponível em <https://www.tsf.pt/internacional/africa/interior/antonio-indjai-ameacou-atacar-tropas-angolanas-estacionadas-em-bissau-2420765.html> Acessado em 14/04/19.

características, com fortes tradições militares e de comando (NANSIL, 2011).

Além desse partido, várias vozes políticas, como a de Silvestre Alves, líder do Movimento Democrático Guineense discordaram da presença angolana. Por outro lado, a oposição angolana igualmente, criticou fortemente a MISSANG, tendo o porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, na ocasião, afirmado que “independentemente da posição tomada pela CPLP, as consequências são muito graves para Angola que pode arrastar-se para um conflito de maior proporção”.

Lindo Bernardo Tito da CASA-CE afirmou que “caso os soldados angolanos entrem em combate contra os militares guineenses haverá flagrante violação das leis angolanas celebradas entre os dois Estados. O governo angolano devia retirar as tropas da Guiné-Bissau e ajudar que se encontre uma solução pacífica, assente em premissas duradouras e não em soluções frágeis”.⁷⁵

O General Correia de Barros, do Centro de Estudos Estratégicos de Angola, disse à RTP que «Angola teria ido, não numa missão bilateral mas com apoio de entidades internacionais, tais como as NU ou UA e o problema que se impõe numa missão bilateral, é sempre perigosa e

⁷⁵Jornal de Notícias, disponível em <https://www.jn.pt>palops>interior>. Acessado em 14/06/19.

complicada, principalmente quando sai da sua área geográfica e mesmo organizacional. Nós não pertencemos a CEDEAO e, o facto de pertencermos a CPLP, ela talvez não tenha os pergaminhos e a força que poderá ter uma CEDEAO, SADC, UA ou NU e portanto, acho que talvez tenha sido precipitada essa nossa intervenção da forma que foi. E se o golpe de Estado ocorreu, em parte, foi devido à nossa presença que não agradava a muita gente, mas eu acho que neste momento, como solução, a saída da MISSANG é fundamental e mesmo que depois se queira por outro nível, a presença de algumas tropas angolanas na Guiné nunca a nível bilateral»⁷⁶.

«Para mim, o mais importante e que preocupa é o valor político e a fraternidade entre Angola e a Guiné-Bissau que ficam lesados, mais que aspectos imediatos, e interesses pessoais que uns aproveitam porque estão no poder. Como projectar as relações e tirar benefício no futuro? Porque os sectores políticos andaram sempre a “namorar” as forças armadas, para merecer os seus favores e, é isto; depois começam a fazer acusação. Não se pode pretender umas forças armadas republicanas, se as suas instituições não forem republicanas» (Ruí Landy em entrevista à RTP).⁷⁷

⁷⁶ www.rtp.pt/play/popup/rdpafrica. Entrevista áudio.

⁷⁷ Disponível em: <https://novasdaguinebissau.blogspot.com/2012/06/missao-angolana-para-guine-bissau.html>. Acessado em 14/06/19.

«O Carlos Gomes Júnior não pensava para o bem do país, mas sim do seu negócio. Ele se preocupava mais com o seu negócio, isso o levou a não acreditar mais nos militares guineenses, pois tinha que procurar os militares angolanos para assegurar o negócio que ambos se envolveram» (Infante, 2016 p.37).

Não podemos esquecer que o envolvimento de Angola na Guiné-Bissau quase emergia num tipo de conflito pouco comum em África que é o conflito entre Estados, envolvendo Angola, a Guiné-Bissau e a Nigéria, numa confrontação geoestratégica pouco habitual na região subsaariana.

Independentemente dos seus potenciais e interesses regionais, Angola deve analisar as dinâmicas e avaliar o impacto que o seu envolvimento pode influenciar e evitar num futuro próximo, uma nova ondulação de instabilidade cíclica, que pode mergulhar o país num novo tipo de conflito (Santos, 2015).

«O país cresceu debaixo de sucessivos golpes que foram todos planejados pelos corruptos, filhos desse país que só vivem da política. O Golpe Militar de 12 de abril de 2012 não trouxe algo para Guiné, foi motivado por Carlos Gomes Jr, que trouxe militares angolanos para facilitar o seu negócio que acabou por motivar a revolta dos militares

guineenses, razão principal da intervenção da Nigéria e Angola durante o Golpe Militar de 2012, embora a ala apoiada pela Nigéria saiu vencedora durante o golpe, fazendo com que o projeto angolano fosse interrompido, mandando embora os militares da Missão Angolana (MISSANG) que tinham por objectivo manter a segurança durante a exploração do bauxite onde Angola ficaria com a maior parte do lucro» (Infante, 2016 p. 42).

Os guineenses devem saber resolver os seus problemas, percebendo que o melhor não vem de fora, mas sim de dentro, isto é, o esforço e a vontade dos políticos e entender de uma vez por todas que, só a união e o comprometimento dos políticos com a pátria, fará dos guineenses e do seu país um lugar próspero (Sanhã, 2012).

Consequência Socioeconómica para Angola

Para M'bunde (2012), o que se pode dizer é que a nível económico, pelo menos a curto prazo, Angola perde com o fim da MISSANG, isso em função dos acordos e articulações económico-comerciais que vinham fazendo com o deposto governo guineense, acompanhados por investimentos financeiros significantes de Angola na Guiné-Bissau, com expectativas de retornos, como a Sociedade Mineira de Boé e da Bauxite Angola, que é realmente muito dinheiro que deveria suprir inúmeras dificuldades dos angolanos, principalmente nos sectores da educação e saúde.

Para além de 321 milhões de dólares americanos que eram para a construção do porto de Buba, que, de acordo com Bernardo Campos, então Presidente de Conselho de Administração da Bauxite Angola, este "enorme" projecto incluía a construção de linhas férreas de apoio ao porto que, iriam até à Guiné-Conacri e seria o maior porto da Costa Ocidental da África, passando a escoar os produtos dos países da sub-região sem saída para o mar (Mali e Níger), tornando-se a porta de entrada e de saída dos produtos da RGB (Africanidade, 2009, p.68).

No presente momento, poucos doadores têm prioridade para a Guiné-Bissau nas suas agendas externas, devido às sucessivas instabilidades que, levaram o país a perder os

seus doadores como sinal de cansaço destes (*donor fatigue*), condenando o país à categoria de "*donor orphan*" da comunidade internacional, em termos económicos (Correia, 2008, p. 86).

A intervenção num país tem sempre as suas consequências que podem ser benéficas ou malélicas, isto porque qualquer intervenção num país, tem sempre algum interesse em jogo, principalmente económico, de uma ou de algumas partes envolvidas (Sousa, 2013, p. 91).

«Para quem acompanhava a política angolana no momento, entenderia bem ou rápido que Angola estava lutando para alargar mais a sua área da influência e crescimento da sua economia. Mas, como na Guiné-Bissau tem políticos que não pensam para o povo, mas sim por eles mesmos, fica fácil de aceitar esse tipo de proposta que nunca tem benefício para o país, a vítima sempre é o povo que os elege» (Infande, 2016, p. 40).

Não obstante os avultados valores em dinheiro gastos pelos líderes angolanos, numa forma descarada de desrespeito ao seu povo nem compromisso com a sua pátria, tendo gasto quase mil milhões de dólares, para além de um navio militar que estava atracado no porto de Bissau que suportava 8 tanques blindados, 3 Jeeps, 6 Camiões militares e 2 Cisternas de água tudo em disposição da MISSANG (Ibidem). De acordo com o nosso 3º entrevistado "numa situação como essa há sempre prejuízo, e a MISSANG tinha um armamento

moderno só que não são divulgados, porque os meios que levaram pra lá gastou dinheiro, o pagamento dos efectivos mobilizados, o alojamento tudo isso envolve dinheiro e depois a rapidez como as coisas foram acho que houve prejuízo só que não são divulgados”⁷⁸.

Um dos objectivos de um país estrangeiro ao intervir num outro, em momento de conflito ou não é a exploração de bens naturais. Porém muitas vezes, o país que intervém, não consegue dar respostas dos seus projectos e, em vez de ajudar, acaba por subdesenvolver ainda mais o país de destino e, adiar o bem-estar do povo do seu próprio país (Infante, 2016).

Num despacho presidencial, publicado no Diário da República de Angola a 01 de Abril de 2019, o presidente angolano João Lourenço anunciou a venda do *"Palace Hotel de Bissau"*. A decisão foi tomada, devido à sua "dimensão e custos de manutenção que não responde de forma satisfatória às necessidades da missão diplomática naquele país, um espaço onde esteve instalada a MISSANG.⁷⁹

As repercussões são ainda hoje evidentes, no Sul e Leste de Angola, onde o povo, principalmente as crianças morrem de

⁷⁸ 3º Entrevistado Subinspector da Polícia Nacional. 09/06/2020.

⁷⁹ Disponível em: <https://gazetauigense.com/index.php/politica/item/2496-angola-poe-a-venda-palace-hotel-de-bissau-e-vai-mudar-embaixada-de-local>. Acessado em 10/12/2019.

fome, o que mudaria de figurino caso esses avultados valores fossem investidos na agricultura, abertura de canais de irrigação, desvios de caudais fluviais que certamente até sobraria para outros projectos domésticos de que Angola tanto precisa para o seu desenvolvimento. Oxalá tenha aqui ficado uma grande lição negativa de se preocupar com a casa do vizinho enquanto a nossa está em situação pior.

As projecções económicas e comerciais de Angola ficaram comprometidas, uma vez que os golpistas, pelo menos nos primeiros dias seguidos ao golpe, não nutriam nenhuma relação com o governo angolano e, este, como é óbvio, mostrou não reconhecer o “Comando Militar” nem o Governo de Transição pós-golpe. Isto fez com que Angola tivesse enormes dificuldades em reclamar os seus investimentos naquele país, pois a nova configuração do poder guineense não possibilitou a prossecução dos interesses económicos preconizados pelo regime liderado por Carlos Gomes Júnior, antigo homólogo do governo angolano, nos projectos de grande escala financeira (Mbunde, 2012).

Deste modo, o desmoronamento do governo de Carlos Gomes, mudou o cenário que se desenhava entre os dois países, ditando um certo afastamento entre os povos, pondo fim à cooperação com o governo angolano liderado pelo MPLA que viu os seus investimentos comprometidos naquele país.

O que se seguiu na Guiné-Bissau, após o 12 de Abril 2012 foi a estagnação social e económica: a situação no sector da educação e saúde é agonizante, a economia encontra-se estagnada devido à decadência do sector privado que se encontra em desespero, a função pública não funciona devido à tomada de assalto por compadrios e jogos partidários tribais, em consequência os salários não são pagos há vários meses e a situação tende a piorar, como resultado do golpe (Silva, 2013).



CONCLUSÃO

A Guiné-Bissau é hoje, um país conhecido em parte, devido aos constantes conflitos internos e frequentes interferências dos militares nos aspectos políticos do país. A tribalização e a politização das Forças Armadas, a desconfiança nas instituições do Estado bem como a falta de um espírito de flexibilidade, principalmente entre os políticos e militares da liberdade, ligados à um passado mal resolvido, herdado do regime de partido único, tem minado quaisquer tentativas de reforma legislativa e militar com sucesso naquele país.

Por isso, os militares guineenses várias vezes manifestam um comportamento antidemocrático, falta de disciplina castrense, sem saberem os parâmetros essenciais das suas responsabilidades.

Fruto das relações guineenses com Angola datadas das suas lutas para a independência e gozando de um momento de estabilidade política e económica que Angola se encontrava, foi assinado um acordo de cooperação e vários protocolos que resultaram na instalação da MISSANG naquele país, com o propósito de apoiar tecnicamente as reformas no sector da defesa e segurança.

Quando estava tudo apostado e prestes a dar continuidade dos seus projectos, a missão angolana depara-se com uma

realidade desfavorável aos seus intentos, passando de reformador, para ameaçador dos militares guineenses que, justificaram a golpe de Estado de 2012 pela sua presença, ao contrariar o que estava previamente acordado.

Este desacordo, desagradou algum grupo da classe castrense guineense, alegando que, Angola passou a mandar secretamente para o país, um extenso material bélico, para fins inconfessáveis. Estes não viram outros meios, senão partirem para a destituição do governo que havia assinado tais acordos, para que não fossem “agredidos”, por uma força estrangeira.

Devido aos desentendimentos entre as partes, volvidos um ano depois da sua instalação, a MISSANG teve que se retirar, em junho de 2012, acusada de estar a funcionar como braço armado do governo liderado de Carlos Gomes Jr e a actuar além do previsto. Assim, foi ordenada imediatamente a sua retirada do território guineense, o encerramento dos seus escritórios instalados no “Palace Hotel”, arredores da capital Bissau e, que o seu arsenal fosse entregue às forças guineenses ou então que regressasse a Angola.

Entretanto, essa retirada da MISSANG, dividiu a opinião dos guineenses e dos angolanos; uns achavam que os angolanos deviam ir-se embora, mas os outros opinaram que os guineenses, só tinham a perder com a saída da MISSANG.

A seguir, a CEDEAO entrou em cena de imediato na Guiné-Bissau, implantando uma Missão de Segurança denominada ECOMIB e assumiu o dossier da Reforma no Sector da Defesa e Segurança (RSDS).

Muitos peritos defenderam que Angola não teria ido a uma missão bilateral, fora da sua área geográfica e o organizacional, pelo que fica lesado o valor político e fraternal dos dois países.

Com o fim da MISSANG, Angola perde em termos económicos e diplomáticos, tendo em conta os seus interesses, apadrinhados pelo então Primeiro-Ministro Carlos Gomes e, com um contingente militar que garantiria o asseguramento contra as possíveis ameaças, destes investimentos milionários que acabaram por fracassar.

A CEDEAO demonstrou um alheamento preocupante sem uma posição oficial da organização, já a CPLP que na ocasião era presidida por Angola, mostraram-se impotente, sem margem de manobra no novo panorama, exercendo apenas, pressão para sanções nos fóruns internacionais.

Contudo, a análise bibliográfica e documental, a partir das ideias de vários políticos e especialistas em relações internacionais que, se debruçaram sobre o assunto, foi possível identificar que por detrás da interferência de Angola

na Guiné-Bissau, estiveram interesses econômicos, em Carlos Gomes, foi o principal facilitador da instalação da MISSANG com o seu aparato bélico-militar que, velaria para o asseguramento contra as possíveis ameaças.

O aspecto positivo e de destaque para Angola, foi a calma, a serenidade e a disciplina que, a equipa da MISSANG teve, ao evitar um confronto directo com os golpistas e, a capacidade de gestão da crise e tensão que, se instalou durante os 23 dias, após o golpe, apesar de se encontrarem fora da sua área regional e organizacional. Apesar da interrupção a MISSANG soube, manter uma boa conduta e, controlo do material em sua disposição, bastante pretendido pelo exército guineense.

Outrossim, fica aqui uma grande lição para a diplomacia angolana na solidariedade com os “povos irmãos”, onde quer que possa ser solicitada.

Sugestões

A Guiné-Bissau desde os momentos que antecederam a sua independência, manifestou intrigas no seio do PAIGC, que inclusive ceifou a vida ao seu fundador Amílcar Cabral e outros compatriotas seus. Fruto disso o país não se tem encontrado, passado quase meio século desde a sua independência. Assim somos de sugerir:

1ª Que a Guiné-Bissau compreendesse que uma solução interna para os seus cíclicos conflitos, passaria pelo combate a corrupção, ao narcotráfico, uma cultura de diálogo, a revisão do seu sistema judicial, para poder fortalecer o Estado;

2ª Os militares deveriam aprender a se submeter ao poder político e, os políticos precisam deixar de manipular os militares, por via do tribalismo, principalmente quando não estão no poder, devendo fazer-se cumprir a vontade do povo expressa nas eleições;

3ª As organizações internacionais que eventualmente venham intervir para a pacificação da Guiné-Bissau, devem procurar compreender os problemas nacionais, regionais, transversais e emergentes do país para melhor poder dar o seu contributo;

4ª A MISSANG devia articular a oportunidade do diálogo e compreender as causas conflituosas, avaliando as suas potencialidades, recursos e riscos, face às ameaças que poderiam influenciar positivamente a negociação;

5ª A MISSANG poderia igualmente analisar as características conflituosas intrínsecas dos militares e políticos guineenses, assim como as agendas e interesses económicos, geopolíticos e geoestratégicos quer internacional como regional;

6ª A MISSANG teria ainda entendido que estava fora, quer da sua área geográfica quer organizacional e por isto mesmo, em posição perigosa, pelo que teria ido à Guiné-Bissau numa missão com apoio da ONU, UA ou mesmo SADC, pois a CPLP por si só não tem a mesma influência que tem a CEDEAO na região. Contudo, se eventualmente Angola no âmbito de solidariedade com a Guiné-Bissau, quisesse apoiar a reforma naquele país, tendo em conta o investimento dos projectos seus deverá ter em conta estes elementos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Livros:

AVENHAUS Rudolf and SJÖSTEDT Gunnar eds. (2008). *Negotiating Risk*, Springer.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás, (2013). *A posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana. Análise da Função Estratégica das Forças Amadas Angolanas*. Medina, Lisboa.

BOULDING, K. E (1999). *Nonviolence and Power in the Twentieth Century*. In S. Zunes, L. B. Kurtz & S. B. Asher (Eds.) *Nonviolent Social Movements: A Geographical Perspective* (pp. 9-17). Oxford: Blackwell Publishing.

BRANCO, SOUSA & OLIVEIRA (2017). *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; Observare.

BROWN, Cris; **ANLEY**, Kristen (2012) - *Compreender Relações Internacionais*. 4ª Ed. Lisboa: Gradiva.

BUZAN, B. & **HANSEN**, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

BWOCK, Mahyona Fernandes. 2015. *A Crise Política na Guiné-Bissau 1998-2012*. Brasília.

CANNADINE, David coord. (2006). *O que é a História Hoje*. Gravidia-Publicações Lda- Lisboa.

CARVALHO, Amanda Sanches Daltro de (2016). *O conceito de Estado falhado na prática discursiva das organizações*

internacionais: o FMI como estudo de caso. Coimbra: [s.n.], Tese de doutoramento. Disponível em <http://hdl.handle>.

CARVALHO, Ana Larcher (2010) - Intervenções Externas no Setor da Segurança na Guiné-Bissau. Lusíada. Política Internacional e Segurança. Lisboa. ISSN 1647-1342. 4 (2010) 49-70.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires. (2014). Guiné-Bissau: A Instabilidade Como Regra. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Lisboa.

CORREIA, Ana (2008). Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné Bissau nº 1.

CEIA, Carlos (2008). Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos. 7ª Edição, Presença. Lisboa.

DJAU, Malam 2016. Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar. Curitiba.

FREIRE, Paulo (2010). Cartas para a Guiné-Bissau. Disponível em <https://pt.slideshare.net/dgbcarneiro/carta-para-guin-bissau-paulo-freire>. Acedido em 18.04.2019.

GAZNOT (2011) - Lançada missão angolana de apoio à reforma do setor da defesa e segurança, Guiné-Bissau. Gaznot, de 27.03.2011). Disponível em http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=611&titre=Nacional. Acedido em 06 .06. 2018.

GALTUNG, J. & TSCHUDI, F. (2000). Crafting Peace: On the Psychology of the transcend Approach. In J. Galtung e C. G.

Jacobsen (Eds.) Searching for Peace: The Road to TRANSCEND (pp. 206-230). London: Pluto.

GALTUNG, J. (2009). Introduction: peace by peaceful conflict transformation: the transcend **approach**. In **C. Webel e J. Galtung** (Eds.) Handbook of Peace and Conflict Studies (pp. 14-32). London: Routledge.

GIL, António Carlos (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

HARRIS, I. M. & MORRISON, M. L. (2013). Peace Education. London: McFarland & Company.

INFANDE Beto (2016). Geopolítica Africana na Guiné-Bissau: A Presença de Angola e Nigéria na Crise Política de Abril de 2012. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab Instituto de Humanidade e Letras. São Francisco do Conde.

KEMER, Thaíse, (2016). A Actuação da *Peacebuilding Commission* das Nações Unidas para a Construção da Paz: Estudo de Caso da Guiné-Bissau entre 2007 e 2014. Curitiba.

KEMPER, Barbara (2007), « Mediation in Intrastate Conflicts: The Contribution of TrackTwo Mediation Activities to Prevent Violence in the Aceh Conflict », INEF Report 88/2007, University of Duisenberg/Essen.

KOHL, Christoph. (2014) The Reform of Guinea- Bissau's Security Sector. Between demand and practice Peace Research Institute Frankfurt (PRIF).

Kosta, Aníran Ykey Pereira Kafft (2016). A Problemática do Sistema de Governo na Guiné-Bissau. Trabalho de

investigação apresentado no âmbito do Mestrado em Direito: Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses. Coimbra.

MARCONI, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos. (2009). *Metodologia Científica*. São Paulo. Editora Atlas.

MARUT, Jean Claud (2002). Les Casamaçais Sont "Fatigués", Caderno de Estudos Africanos, nº 2, Janeiro-Julho de 2002.

MATOS, Margarida Mendes et al. (1994). O Trabalho de Projecto na Aula de História. Texto Editora, Lisboa.

MATTHA, Fausto da, (2013). Dicionário Descritivo de Ciências da Educação, Angola.

MENDES, Leonel Vicente (2016). Guiné-Bissau entre Processo de Democratização e Crises Políticas: O Golpe Militar de 12 de Abril de 2012 Génese e Desdobramentos. São Francisco do Conde.

MIRANDA, Maria Alice Manuel (2018). Angola e a Resolução dos Conflitos na região dos Grandes Lagos: o Caso da CIRGL. Lisboa.

MONTEIRO, Leandro Nogueira. (2006). O Conceito de Estados Fracassados nas Relações Internacionais. São Paulo no Novo Contexto Internacional. Lisboa.

MOREIRA, A (2010). "As fronteiras incertas". Diário de Notícias, 26 de Setembro. Disponível em <http://www.dn.pt/inicio/opinião/interior.asp> acessado no dia 20.05.2019

MOURA, T. (2010). *Novíssimas Guerras: Espaços, Identidades e Espirais da Violência Armada*. Coimbra: Edições Almedina.

O'REGAN, D. & Thompson, P. (2013a). Promover a estabilidade e a reconciliação na GuinéBissau: lições do primeiro narco-Estado de África. Relatório Especial do CEEA Nº2, 1ª impressão.

O'REGAN, D, & Thompson, Peter. 2013. *Advancing Stability and Reconciliation in Guinea-Bissau: Lessons from Africa's First Narco-State*. Publication of the Africa Center for strategic studies.

OLIVEIRA, Elias Chinguli de (2008). *Segurança Regional Em África*. Luanda, edit. Nzila. 1ª ed, ISBN: 978-989-631-082-0.

PARIS, R. & SISK, T. (eds.) (2009). *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. London: Routledge.

PARIS, R. (2010). Saving Liberal Peacebuilding. *Review of International Studies*, vol.36(2), 337-365.

PAVIA, José Francisco (Org), 2011. *A Política Externa de Angola*.

PERISSINOTO, R. (2009) *As Elites Políticas: Questões de Teoria e Método*. Curitiba: IBPEX.

- a) (2012), "Comparação e história na ciência social", in Flávio Heinz (org.). *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*, Porto Alegre, Oikos. b) *Comparação história e interpretação por uma ciência*

política histórico interpretativa. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/10.pdf>.

Acedido no dia 10/06/2019.

PINTO, Maria João (2012) - Guiné-Bissau: aumento de tráfico de droga na GuinéBissau preocupa ONU. Deutsche Welle. [12 Julho 2012]. Disponível em <http://www.dw.de/dw/article/0,16093956,00.htm>>.

Acedido em 12. 02.2019.

POWELL, J. M & C.L. **THYNE**. (2011). "Global instances of coups from 1950 to 2010: a new datasets", Journal of Peace Research 48, 2: 249-59.

RIBEIRO, A. S, (2011). "O conceito estratégico da NATO".

<http://www.marinha.pt/PT/amarinha/atividade/areacultural/academiademarinha>

RICHARDSON, R. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

RODRIGUES, Venâncio (2012) - Missang sai mais fica. O PAÍS [Em linha]. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais>. Acedido no dia 11.06.2019.

SALOMON, G. & CAIRNS, E. (2010). Peace Education: Setting the Scene. In G. Salomon e E. Cairns (Eds.) Handbook on Peace Education (pp. 1-5). New York: Psychology Press.

SÁ, F. (2010). Os sucessivos Golpes Militares no processo político da democratização na Guiné-Bissau. Lume. ufrgs.br. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26408/000758576.pdf>? Acessado no dia 9 de Junho de 2019.

SANHÁ, Ismael Sadilú, 2012. A cooperação com a Guiné-Bissau: os projectos de apoio à reforma do sector de segurança (RSS). Lisboa.

SARAIVA, Luís (2010) - A Reforma da Segurança e da Defesa na Guiné-Bissau: o apoio da União Europeia. Jornal Defesa e Relações Internacionais de 02.05.2009. Disponível em <http://www.jornaldefesa.com.pt>. Acedido em 09.06.2019.

SHARP, G. (2014). Nonviolent Struggle: An Overview. In P. T. Coleman, M. Deutsch & E. C. Marcus (eds.) The handbook of Conflict Resolution – Theory and Practice (pp. 1045-1058). San Francisco: Jossey-Bass.

SILVA, António Aly. (2012) - A rota do pó. Guiné-Bissau: Ditadura do Consenso. Disponível em <http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/>. Acedido em 07 .06. 2019.

SOARES, Tiago Luís Rodrigues de Castro (2013). Desafios à paz na Guiné-Bissau: O papel da etnicidade na Reforma do Sector de segurança. Coimbra.

SOL (2011) – Maior perigo para o desenvolvimento são Estados Falhados. Sol, de 11.04.2011. Disponível em <http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior>. Acedido em 15.11. 2018.

SOUSA, Miguel Girão de, (2014). Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de Abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. Universidades Lusíada.

SOUSA, Miguel Girão. (2013). *Guiné-Bissau: O golpe militar de 12 de Abril e a Necessidade da Reforma do Sector de Segurança*. Instituto da Cooperação e da Língua. Lisboa.

SOUSA, R. R. P. (2014). Comparing Datasets: Understanding Conceptual Differences in Quantitative Conflict Studies. In H. Hintjens & D. Zarkov (eds.), *Conflict, Peace, Security and Development - Theories and Methodologies* (pp. 216-232). Routledge.

SOUSA, Ricardo Real P. (2017a). Genealogia da Investigação da Paz Behaviorista. Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões. Janus.net ·

SOUSA, Ricardo Real P. (2017). Relações Internacionais e o Estudo da Paz e Conflito, o Contexto da Resolução de Conflitos, em Branco, Carlos; Sousa, Ricardo Real P. e Oliveira, Gilberto Carvalho de (coord.) "Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos". Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; OBSERVARE. pp. 49-98.

TEIXEIRA, António Rebelo, (2013). Guiné-Bissau: o insucesso dos esforços de reformado sector de segurança. JANUS.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas (2008). Forças Armadas, Narcotráfico do Estado e Democracia Militarizada na Guiné-Bissau.

União Africana (2007). *Carta Africana Sobre a Democracia, As Eleições e a Governação*. Oitava Sessão Ordinária da Conferência, Realizada em Adis Abeba.

VAN-DÚNEM, Belarmino, (2007). *Prevenção de Conflitos em África- Da Organização da Unidade Africana à União Africana*.

VASCOCELOS, Álvaro at all, (1991). *África Austral - O desafio do futuro. Integração Nacional e Integração Regional*. IEEI, Lisboa.

WILLIAMS, Paul D (2011). *War and Conflict in Africa*. Cambridge: Polity Press.

XAVIER, Ana Isabel at all (2012). *A prevenção e a Resolução de Conflitos em África*. Instituto da Defesa Nacional. Lisboa.

ZARTMAN, I.W (2003). "Ripense". Em Guy Burgess e Heidi (eds), *Beyond Intractability*. Conflict Research consrtium, University of Colorado, Boulder.

ZARTMAN I. William ed. (2001), *Preventive Negotiation*. Rowman & Littlefield.

ZARTMAN I. W (2009) *Risk and Prevention in Identity Negotiations*. School of Advanced International Studies, The Johns Hopkins University. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-negotiations-2009>. Acedido a 06.05.2019.

Jornais:

CARVALHO, António Luvualu de. *Crescimento dos Estados falhados*:28 de Dezembro de 2013.

Para Além dos Compromissos: As Perspectivas de Reforma na Guiné-Bissau Relatório África N°183 – 23 de Janeiro de 2012. *Traduzido do francês.*

AGÊNCIA LUSA: Oposição angolana recusa participação de militares na Guiné-Bissau. 16 Abril 2012 às 16:17

Maka Angola: Missang Sabia Sobre os Planos Golpistas na Guiné-Bissau. 18 de Abril de 2012 Por Carlos Duarte.

NHAGA, Adão GUINÉ-BISSAU - 37 ANOS DE UM ESTADO FALHADO 23.09.2010 nhaga76@hotmail.com.

PRO-ÁFRICA (2010) - As causas do conflito na Guiné-Bissau. Pro-áfrica. De 26 de Setembro de 2010). Disponível em <http://pro-africa.org/as-causas-do-conflito-na-guine-bissau/> , acedido em 26. 04 2019.

ANEXOS

ENTREVISTAS E IMAGENS QUE MOSTRAM A RETIRADA DOS MILITARES, POLÍCIAS E ALGUNS MEIOS QUE ESTAVAM EM DISPOSIÇÃO DA MISSANG NA GUINÉ-BISSAU. IMAGENS DA ECOMOG.

1º entrevistado - Coronel FAA

Já ouvi falar sim da MISSANG. Foi uma missão de segurança e de paz na Guiné-Bissau.

Os objectivos práticos desta missão foi de apoiar as reformas do sector da defesa e de segurança deste país.

Os efectivos que participaram desta missão rondam uns 200 homens.

Os militares dependem do poder político, pelo facto o governo da Guiné-Bissau achou que já não se fazia sentir a ajuda de Angola e nessa perspectiva as FAA deixaram a Guiné-Bissau com o sentido de dever cumprido.

As relações entre os militares guineenses com as FAA, consistiam numa boa cooperação, num rigor de disciplina, assim foi possível terminar com reestruturação das FAA naquele país.

As FAA tiveram na MISSANG como membro da PALOP. Sim conseguiram desenvolver as suas actividades.

As mudanças na Guiné-Bissau foram sempre acompanhadas no ponto de vista interno, por isso as FAA estiveram sempre por dentro ou acima dos acontecimentos.

Toda a missão de paz é doptada de fontes de informação para proporcionar o caso sobre mudanças e alterações, manifestações estranhas é deste modo que a MISSANG tomou conhecimento sobre o Golpe.

A missão encarou com serenidade e tranquilidade as mudanças políticas na Guiné-Bissau, por isso não houve envolvimento no conflito.

Com o objectivo pelo qual Angola relançou o apoio a reforma com papel de cooperação em que se seguiu pelo que não houve prejuízo.

O armamento foi moderno de que as FAA dispunham e na retirada da MISSANG parte deste foi cedido para as FAAG.

Está claro que o objectivo da presença de Angola na Guiné-Bissau ao contrário de qualquer conflito cingiu-se na ajuda e pacificação e cooperação e não podia permitir que estivesse na condição de encurralado.

As forças Armadas Angolanas foram retiradas com o dever de missão cumprida, apesar de ter havido reacções não favoráveis a presença de meios bélicos por parte de algumas alas, o governo da Guiné manifestou a sua firme determinação em manter a MISSANG no país assim como também a reforças. Mas a MISSANG começou a deixar a GB em 06.06.2012.

2º entrevistado-sargento FAA

sim já ouvi falar da MISSANG. Foi uma missão de paz na Guiné-Bissau.

Acho que esta missão foi o mesmo do Zimbabwe, para ajudar o presidente deles que estavam a fazer muita confusão.

Não sei quantos homens participaram, mas acho que é mais de 1000 porque uns estavam na Guiné-Conacry. Eu sei que essa missão estava a ser preparada em 2008 e eu na altura estava na Caama.

Os nossos tropas foram corrido que não vale apena, porque os militares de lá estavam a chatear para meter no poder o amigo deles, só que nós tivemos mesmo sorte senão iam nos varrer, epá, mas é a assim ser militar você tem que ir onde te mandar senão ta mal.

A MISSANG foi no mesmo grupo com os PALOP, tinha lá moçambicano, angolano, não sei, todos esses.

Os homens (SIE) sabiam, do golpe por isso é que não aconteceu o pior. Lá tinha homens fortes e quilo não era para sair de lá agora, porque levaram muito armamento de combate e aqueles povos são maus.

O prejuízo já sabe, são altos porque a missão não terminou porque eles queriam meter lá o homem deles correcto. Até onde eu sei todo armamento voltou é possível que deixaram lá um qualquer, não sei nê, mas o material veio com a malta. O objectivo não foi alcançado porque tudo ficou parado. O dever de missão cumprido, porque saímos de lá vivos, mas

não sei é tipo no Zimbawe nem todos saíram contentes. Não faço ideia da data da saída, mas sei que a missão não durou lá muito tempo que estava previsto.

3ºEntrevistado-Subinspetor da Polícia Nacional

Já ouvi falar sim da MISSANG. Foi uma missão de apoio na Guiné-Bissau.

Os objectivos desta missão foi de apoiar as reformas do exército da Guiné-Bissau.

Não tenho uma ideia assim clara, mas cerca de 300 a 500 homens participaram nesta mesma missão.

Os guineenses acharam que já estava tudo feito e os angolanos já podiam regressar mas os angolanos tinham certeza de que alguma coisa não estava bem naquele país, uma vez que já não necessitavam da ajuda dos angolanos a solução foi a retirada, mas não foi fácil porque os guineenses queriam apodera-se dos meios dos angolanos por isso é que pediram para deixar o país deles, não porque estava tudo terminado, epá mas o dever de missão foi cumprido, quem sabe um dia vão pensar bem...

As FAA tiveram na MISSANG como membro da CPLP. Sim digamos que uma parte das actividades foram cumpridas, porque já estavam a reabilitar muita coisa, só que devido essa situação do golpe de Estado a cooperação foi anulada por iniciativa dos próprios guineenses.

A missão angolana estava a desconfiar que a qualquer momento os guineenses iam começar com a confusão por

isso é que foi reforça com mais homens e meios, só que não dava para entrar em confronto directo, por isso tiveram que ser muito tranquilo, mas não foi fácil.

Numa situação como essa há sempre prejuízo, e a MISSANG tinha um armamento moderno só que não são divulgados, porque os meios que levaram pra lá gastou dinheiro, o pagamento dos efectivos mobilizados, o alojamento tudo isso envolve dinheiro e depois a rapidez como as coisas foram acho que houve prejuízo só que não são divulgados. Tirando estes elementos que dissemos, a missão dos militares e até polícias foi cumprida, resta agora fazer um balanço que nunca se fez publicamente.

5º entrevistado - Professor de História

Já, mas muito pouco sobre isso, acho que foi uma força conjunta da CPLP, para a manutenção de paz na região. Ok, não na região da África Austral, mas sim na Guiné-Bissau, obrigado.

O objectivo desta missão foi de apoiar a manutenção da paz e segurança, por causa dos conflitos daquele país. Não tenho ideia de quantos efectivos participaram desta missão.

Acho que os militares angolanos saíram da Guiné-Bissau depois de pacificarem daquele país.

O seu papel foi de restabelecer a paz e segurança na Guiné-Bissau, mas as informações não foram bem passadas e isso já aconteceu há muitos anos, seria bom se o actual governo revelasse, o que aconteceu porque lá participaram muitos

angolanos e a população quase que não tem nenhuma informação sobre o assunto. A única coisa que sei é que recentemente devido aos conflitos naquele país o presidente angolano mandou vender as instalações da embaixada na Guiné-Bissau por ter gastos muito elevados.

Quanto ao Golpe de Estado só sei dizer que houve um assassinato de Nino Vieira, mas também esses assuntos não passam na imprensa angolana e os estudantes devem aprender esses assuntos que, dizem respeito a História contemporânea de Angola. E se acham que é muito cedo para se ensinar no ensino médio então que fosse ensinado com clareza no ensino superior. Eu por exemplo sou licenciado, mas só agora depois de oito anos é que ouço falar abertamente sobre esse assunto. Ouvi de outras missões no Congo e na Costa do marfim, mas essa eu não tenho acompanhado, pelo que esse é um tema bastante actual e atuante para que se ensinem as novas gerações académicas, já que esses assuntos não são abordados nos meios de comunicação social.

5º entrevistado-Jornalista

Sim. Foi uma missão que resultou da cooperação de segurança e paz entre Angola e a Guiné-Bissau. A MISSANG foi instalada na Guiné-Bissau no âmbito da CPLP, de que Angola na altura era presidente.

Os abjectivos desta missão foram de reformar o sector da defesa e de segurança na Guiné-Bissau. Acerca dos efectivos

que participaram desta missão não se tem bem a certeza porque o governo dizia na altura uma coisa os guineenses outra e a imprensa outra coisa, mas creio que deviam ser cerca de 500 homens para uma missão de reforma, pois envolve um grande aparato de técnicos quer militares, paramilitares e civis, por isso o número é bastante oscilante. Os militares guineenses deram conta das intensões dos angolanos, não se esqueça que já lá estive a união europeia, a CEDEAO a até a própria ONU. Os militares da Guiné desconfiaram da forma como os angolanos iam ganhando terreno num território que não é seu e como já se encontrava em época eleitoral, então aproveitaram-se do momento para correrem com os angolanos que os estava a ajudar.

Se a missão foi cumprida ou não, passados oito anos esse assunto ainda é muito debatível, porque a missão foi abortada contra a vontade dos angolanos, aliás foi o que a imprensa nacional na altura comunicou. Então tu tens um plano esse plano não termina e tu dizes que a missão foi cumprida? E não se esqueça que a Guiné-Bissau tem uma forte tradição de guerra. Quantos golpes de estado já protagonizou? Quantos presidentes foram destituídos? Então é preciso ver esses aspectos e não podemos esquecer a questão do tráfico de drogas. Então tudo isso é que vai ditar se a missão foi cumprida ou não. Talvez se cumpriu com a presença da MISSANG naquele país porque a missão em si fracassou porque teve que se retirar antes do tempo.

As relações entre os militares guineenses e as FAA, não foram tão boas assim como se pensa, porque quem levou lá a MISSANG foi um Primeiro (Carlos Gomes), que era muito contestado por Kumba Ya Lá que tem muitos membros da sua tribo na chefia dos militares guineenses e era inimigo declarado de Carlos Gomes. Outra coisa, Angola foi se meter num problema que não é seu. Veja que Angola já esteve na Costa de Marfim a apoiar Raulent Gbabo que saiu de lá derrotados e, é na mesma região que a Angola foi intervir. Acho que é preciso falar sobre isso e ver se houve ou não o sentido de missão cumprida.

Rafael Marque já havia escrito na época que Angola não devia se espantar com o golpe, porque os serviços de inteligência de Angola sabiam muito bem das movimentações e manifestações de descontentamento dos militares da Guiné-Bissau e as fontes de informação passaram todo o dossier do que viria a acontecer, foi por essa via que a MISSANG tomou conhecimento sobre esse Golpe de Estado na Guiné-Bissau.

Olha a MISSANG se viu encurralada na Guiné-Bissau, graças alguns países daquela região como o Gana e outros poucos que, intercederam junto da CEDEAO, para mediar as relações entre os militares e polícias angolanos contra o os militares guineenses. Acho que houve excesso de confiança por parte dos angolanos, mas graças a alguns países da

CEDEAO, como já disse que ajudaram a saída dos angolanos porque senão as coisas corriam mal e, os meios ficavam no terreno guineense, como mostraram as imagens da televisão da Guiné e não angolana. Por tudo isso houve grandes prejuízos, embora naquela época Angola tinha muito dinheiro que está a nos fazer muita falta hoje.

Angola não consegui desenvolver as suas actividades e, se sim diga-me qual? Não fez nada senão ostentar os luxuosos e modernos meios belicistas e assegurar o então Primeiro-ministro.

Acho que as forças Armadas Angolanas aprenderam uma boa lição quer na Guiné-Bissau quer na Costa do Marfim, por ter ficado mal na fotografia, manchou a sua imagem naquela região em duas ocasiões e em dois países diferentes na mesma região. Hoje esse assunto já devia ser abordado nas universidades, nos centros de estudos e até se podia fazer uma exposição de todas as missões onde Angola participou e qual foi o seu desfecho, como aconteceu agora em Moçambique com o ciclone *Idai*. O problema é que nós só ouvimos por alto que os militares angolanos estiveram no Congo, no Zimbabwe, no Botswana, nas Guínés, etc. etc., mas o governo nunca vem a público justificar tal como fazem os outros países e isso é mau, nós nunca aprendemos e só nos veem dizer que a missão foi cumprida e mais nada, o que é grave.

**ANEXO: 2- Imagens dos Efectivos da MISSANG
Polícias e Militares, em parada a serem
informadas sobre a sua retirada da Guiné-
Bissau. Fonte: TGB.**



**Militares e Polícias prontos a embarcarem para o avião
que os trouxe de volta para Angola. Fonte: TGB.**





Meios militares, transportes e material de escritório, a serem carregados no avião e o navio de volta para Angola. Fonte: TGB.





**ANEXO:3- Meios da ECOMIB, que substituiu a
MISSANG. Fonte: TGB**



Siglas

ANP: Assembleia Nacional Popular

APA: American Psychological Association (Associação Psicológica Americana)

BM: Banco Mundial.

CASA-CE: Convergência Ampla para a Salvação de Angola-Coligação Eleitoral

CEDEAO: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEEA: Comunidade Económica Euro Asiática

CEMAG: Chefe de Estado Maior da Marinha de Guerra

CEMGFA Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CIRGL: Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

CNE: Comissão Nacional de Eleições

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPS: Conselho de Paz e Segurança

CR: Conselho de Revolução

CRA: Constituição da República de Angola

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

ECOMIB: Interposition force, of the Economic Community of West African States (Missão de Segurança da ECOWAS na Guiné-Bissau)

ECOWAS: Economic Community of West African States
(Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)

EMG: Estado-Maior General

EU: União Europeia

EUA: Estados-Unidos da América

FA: Forças Armadas

FAA: Forças Armadas Angolanas

FAGB: Forças Armadas da Guiné-Bissau

FANA: Força Aérea Nacional Angolana

FAPLA: Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo

FDS: Forças da Defesa e Segurança

FLING – Frente de Libertação Nacional da Guiné

FMI: Fundo Monetário Internacional

IAG: Index of African Governance (Índice de Governação Africana)

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INE: Instituto Nacional de Estatística

ISWDW: Index of State Weakness in the Developing World
(Índice de Fraqueza dos Estados no Desenvolvimento Mundial)

JM: Junta Militar

LGHD – Liga Guineense dos Direitos Humanos.

MISSANG: Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau

MLG: Movimento de Libertação da Guiné

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

OGE: Orçamento Geral do Estado

OMD: Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

ONUDC: Organização das Nações Unidas contra a Droga e Crime

OUA: Organização da Unidade Africana

PAICV: Partido Africano da Independência de Cabo-Verde.

PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PALOP: Países de Língua Oficial Portuguesa

PESD: Política Europeia de Segurança e Defesa

PIB: Produto Interno Bruto.

PM: Primeiro-Ministro.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PONCTDCOADGB: Plano Operacional Nacional para o Combate ao Tráfico de Drogas, Crime Organizado e Abuso de Drogas na Guiné-Bissau

PRS: Partido da Renovação Social.

RDC: República Democrática do Congo

RFI: Rádio França Internacional

RGB: Resistência da Guiné-Bissau

RSDS: Reforma do Sector da Defesa e Segurança

RSS: Reforma do Sector da Segurança

SADC: Southern African Development Community
(Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

SDS: Sector da Defesa e Segurança

STJ: Supremo Tribunal de Justiça

UA: União Africana

UE: União Europeia

UEMOA - União Económica Monetária dos Estados da África Ocidental

UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola

UNIOGBIS United Nations Integrated Peacebuilding Office
In **Guinea-Bissau** (Gabinete das Nações Unidas de Apoio à
Consolidação da Paz na Guiné-Bissau)

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD: United State Dollar (Dólar dos Estados Unidos)

ZEE: Zona Económica Exclusiva

Tabelas

Tabela 1 - Índice da Percepção da Corrupção na Guiné-Bissau.	71
Tabela 2 - Principais figuras assassinadas na Guiné-Bissau por motivos político e militar entre 1999 e 2010.....	83
Tabela 3 - Principais iniciativas no sector da Defesa e Segurança para a Guiné-Bissau.	85
Tabela 4 - Actividades agendadas no âmbito da MISSANG	134

**MISSANG UMA ODISSEIA ANGOLANA NA GUINÉ-BISSAU
(2010 – 2012)**

Autor: Hélio Tchuvica Sozinho

EDITORA DIGITAL
"ÁGUA PRECIOSA"

Telefone: 923 407 949

Projecto gráfico
Belson Pedro Raimundo Hossi



Todos os direitos desta obra reservados a
Hélio Tchuvica Sozinho

Este E-book está protegido por
Leis de direitos autorais na "**CPLP**" "**SADC**" e "**PALOP**"
=====

"CPLP" COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

"SADC" COMUNIDADE DOS PAÍSES DA ÁFRICA AUSTRAL

"PALOP" PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Esta obra está sob uma Licença Commons.
Você pode copiar, distribuir, exibir, desde que
Seja dado crédito ao autor original –

Não é permitido modificar esta obra.

Não pode fazer uso comercial desta obra.

Não pode criar obras derivadas.

A responsabilidade
Pelos textos, músicas e imagens
É exclusivamente do Autor.

